

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O IMPACTO SOCIAL DA IMPLEMENTAÇÃO DO INSTITUTO
MULTIDISCIPLINAR DA UFRRJ NA BAIXADA FLUMINENSE
(2005-2017)**

Christopher Alves Guimarães

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O impacto social da implementação do Instituto Multidisciplinar da
UFRRJ na Baixada Fluminense (2005-2017)**

Christopher Alves Guimarães

Sob a orientação do Professor Dr.

Pedro Henrique Pedreira Campos

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em História,
no Curso de Pós-Graduação em História, Área
de Concentração Relações de Poder e Cultura

Seropédica, RJ

Fevereiro de 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Christopher Alves Guimarães

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em História**, no Programa de Pós-Graduação em História – curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: ____/____/ 2022

Banca examinadora:

Professor Dr. Pedro Henrique Pedreira Campos
(Presidente e Orientador)

Professor Dr. Alexandre Fortes
UFRRJ

Professor Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro
UESPI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO Nº 471 / 2022 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.028288/2022-23

Seropédica-RJ, 09 de maio de 2022.

CHRISTOPHER ALVES GUIMARAES

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de MESTRE, no Programa de Pós Graduação em HISTÓRIA, Área de Concentração em RELAÇÕES DE PODER E CULTURA

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 06 de maio de 2022

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Dr. FELIPE AUGUSTO DOS SANTOS RIBEIRO, UESPI Examinador Externo à Instituição

Dr. ALEXANDRE FORTES, UFRRJ Examinador Interno

Dr. PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 09/05/2022 10:12)
ALEXANDRE FORTES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1308466

(Assinado digitalmente em 09/05/2022 13:59)
PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHRI (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1570625

(Assinado digitalmente em 10/05/2022 16:11)
FELIPE AUGUSTO DOS SANTOS RIBEIRO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 087.925.387-89

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **471**, ano:
2022, tipo: **TERMO**, data de emissão: **09/05/2022** e o código de verificação: **c14233f5e1**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G963i Guimarães, Christopher Alves, 1995-
 O impacto social da implementação do Instituto
Multidisciplinar da UFRRJ na Baixada Fluminense (2005
2017) / Christopher Alves Guimarães. - Nova Iguaçu,
2022.
 195 f. : il.

 Orientador: Pedro Henrique Pedreira Campos.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, História, 2022.

 1. Educação Superior. 2. Baixada Fluminense. 3.
Nova Iguaçu. 4. Universidade. 5. Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). I. Campos, Pedro
Henrique Pedreira, 1983-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. História III. Título.

Aos estudantes, professores, técnicos-administrativos e trabalhadores
terceirizados do Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu.

AGRADECIMENTOS

No ano de 2013, o Exame Nacional do Ensino Médio foi realizado em todo o país e era o passaporte de entrada para as universidades públicas do país. A prova foi aplicada no *campus* de Nova Iguaçu da UFRRJ e, em uma das salas do bloco Multimídia, um estudante de dezoito anos, que ali realizava a prova, se surpreendeu quando descobriu que aquele espaço era uma universidade. Decidiu que, se tivesse uma boa nota, matricularia-se para estudar ali. Este primeiro contato marca o começo de uma relação com o instituto que resultou nesta dissertação.

De todos os elementos de um trabalho acadêmico, a seção de agradecimentos é a menos impessoal, pois mostra ao leitor um pouco sobre como se deu o período de pesquisa. E, no caso desta pesquisa, se mostra relevante o registro de que estes foram anos muito difíceis. Esta dissertação foi escrita durante a pandemia da COVID-19 e da deliberada política de genocídio posta em prática por Jair Messias Bolsonaro, presidente da República.

Sendo assim, é importante destacar, em primeiro lugar, que esta dissertação não seria possível sem a orientação do professor Pedro Henrique Pedreira Campos. Durante todo o período da pós-graduação, nosso contato ocorreu apenas por meios virtuais, mas suas palavras e considerações estiveram presentes comigo ao longo desses dois anos. Na graduação, aprendi que a História é uma ciência, mas ele foi quem me mostrou o que isso significa e, mais importante ainda, como o trabalho científico deve ser feito. Em meio a semanas difíceis, as reuniões com Pedro — a maioria delas realizadas ao fim do dia — me motivaram a continuar a pesquisa. Seu rigor e atenção me incentivam a ser um historiador melhor trabalhando um parágrafo de cada vez.

Uma pessoa cuja presença foi fundamental nesses dois anos e a quem gostaria de agradecer é minha irmã, família e porto seguro, Sthefanie Alves Guimarães, por todo o sacrifício feito na última década para que eu pudesse estudar e pesquisar. Espero que um dia me seja possível compensar e lhe dar a chance de ter o mesmo que tive.

Além disso, também quero agradecer a uma pessoa especial que escolheu me acompanhar neste processo e que espero que me acompanhe em desafios futuros. Ela é minha companheira, amiga e revisora do texto que veremos a seguir. À poeta, Thamires Pinto Pimentel, deixo um muito obrigado pela companhia e parceria.

Também sou grato aos professores que compuseram minha banca de qualificação, Alexandre Fortes e Felipe Augusto dos Santos Ribeiro, pelo reconhecimento e comentários feitos. Seus apontamentos foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ademais, agradeço à minha colega de graduação Luana Lima, cuja amizade começou quando ingressamos juntos na turma de 2014.1 e continuou na pós-graduação. Obrigado pelo apoio e pela força que me deu ao longo desses dois anos. As conversas sobre nossas pesquisas, feitas virtualmente, reforçaram em mim a importância da História nos tempos atuais.

Quero também agradecer aos meus amigos da época de graduação Pedro Negrão, o Pedrão, e Mauro Vasconcelos. Nossas conversas sobre a vida, o trabalho e a sociedade serviram como um refúgio em semanas difíceis. Obrigado pela presença e apoio, ainda que virtual.

Tive a honra de conhecer caros colegas nas aulas da pós cujas conversas de corredor (feitas remotamente pelo *WhatsApp*) e trajetórias de vida e políticas me fascinaram. Aqui quero destacar, mas sem querer cometer injustiças, Gabriel Maraschin, que me chamou a atenção por suas conversas densas, e Daniel Marques, o historiador-filósofo que sempre trazia reflexões pertinentes tanto nas aulas quanto nas conversas. Ambos são pessoas e historiadores excelentes, e quero agradecê-los por serem tão solícitos e acessíveis.

Quero agradecer aos meus professores de graduação Marcos José de Araújo Caldas, que foi meu orientador na monografia e cujas aulas me lembraram da época em que me apaixonei pela História; ao professor José D' Assunção Barros cujos livros me apresentaram ao mundo da teoria da História; e ao professor Thiago Ribeiro, que lecionou História Contemporânea e mais duas optativas em 2017. Thiago me orientou na elaboração do projeto de pesquisa, sugerindo alterações e leituras, e sua ajuda contribuiu para meu ingresso na Pós-Graduação.

Gostaria de aproveitar este espaço para fazer algo que talvez seja um pouco incomum neste contexto, mas que, para mim, faz todo sentido. Sendo assim, agradeço às minhas companhias de quatro patas, que me alegraram e me tiraram do sono durante esses dois anos, e, em especial, ao meu idoso Tequinho, que teve que partir em uma segunda-feira.

Por fim, quero agradecer ao corpo acadêmico, constituído por alunos, professores, técnicos e terceirizados do Instituto Multidisciplinar, que travam uma luta cotidiana em nome

de uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Agradeço por terem lutado pelo *campus* de Nova Iguaçu, espaço que se tornou minha segunda casa e meu abrigo. Os melhores anos de minha vida se passaram lá.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

(...) para fazer história, virem resolutamente as costas ao passado e antes de mais vivam. Envolvam-se na vida. Na vida intelectual, sem dúvida, em toda a sua variedade (...) Mas vivam, também, uma vida prática. Não se contentem com presenciar de costas, preguiçosamente, o que se passa no mar em fúria (...) Arregacem as mangas (...) E ajudem os marinheiros na manobra (...) Isso de nada serve se continuarem separando ação e pensamento, vida de historiador e vida cotidiana. (FEBVRE, Lucien. Viver a História. In: Combates pela História. Edª Presença: 1989)

RESUMO

Esta dissertação analisa o impacto social da implementação do Instituto Multidisciplinar (IM) de Nova Iguaçu da UFRRJ na Baixada Fluminense, entre o período de 2005 a 2017. A análise do impacto social tem como objetivo traçar um perfil do alunado contemplado pela implementação do IM e realizar um histórico da criação do instituto, buscando suprir lacunas de pesquisas anteriores. Esta pesquisa se baseou na análise de fontes institucionais da UFRRJ, como as deliberações do Conselho Universitário, Relatórios de Gestão dos anos 2008-2017, Plano de Reestruturação e Expansão da UFRRJ e Projeto Político Pedagógico do IM. Também contamos com a análise de depoimentos orais e audiovisuais. Concluimos que o IM proporcionou acesso a cursos de ensino superior para a população local, ao mesmo tempo que sensibilizou os alunos para questões relativas ao pertencimento de sua identidade regional.

PALAVRAS-CHAVE:

Educação Superior; Baixada Fluminense; Nova Iguaçu; Universidade; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

ABSTRACT

The following dissertation analyzes the social impact of the implementation of the campus of *Instituto Multidisciplinar*, also known as IM, of the *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro* (UFRRJ) between the years of 2005 to 2017. Our goal is to discover the profile of the students contemplated by its implementation and to analyze the history behind the institute's creation, seeking to fill the gaps left by previous studies. This research was based on the analysis of institutional sources from UFRRJ, such as deliberations by the University's Council, Administration reports for the years 2008 to 2017, Restructuring and Expansion Projects and the Political and Pedagogical Project of IM. We have also relied on the analysis of spoken and audiovisual media. We reached the conclusion that the institute has made possible for the local population to have access to higher education while raising student's awareness of their regional identity.

Keywords:

Higher Education; Baixada Fluminense; Nova Iguaçu; University; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Lista de tabelas e mapas

Mapa 1 Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Mapa 2 - Baixada Fluminense, “núcleo duro”

Mapa 3 - Baixada Fluminense: Recorte ampliado

Mapa 4 - Principais rodovias na Baixada Fluminense

Mapa 5 - Distribuição das instituições de ensino superior público na Baixada Fluminense

Tabela 1 - Número de Instituições de Ensino Superior no Brasil (2003-2017)

Tabela 2 - Número de Instituições de Ensino Superior 2003-2017 (Rio de Janeiro - Interior e Capital)

Tabela 3 - Número de Matrículas no Ensino Superior 2003-2017 (Rio de Janeiro - Interior e Capital)

Tabela 4 - Número de Instituições de Ensino Superior público 2003-2017 (Rio de Janeiro - Interior e Baixada Fluminense)

Tabela 5 - Dados de Matrícula por *Campus* - 2008, 2013 e 2017

Tabela 6 - Dados de matrículas em universidades públicas na Baixada Fluminense - 2008, 2013 e 2017

Tabela 7 - Matrículas, ingressos e Egressos no IM UFRRJ (Série histórica 2008-2017)

Tabela 8 - Matrículas por curso (2017)

Tabela 9 - Matrículas* no IM por sexo (2008-2015)

Tabela 10 - Matrículas do IM por curso (2015)

LISTA DE ABREVIACOES E SÍMBOLOS

AAPQ	Associao de Amigos para o Progresso de Queimados
Abeu	Associao Brasileira de Ensino Superior Universitrio
Adur-RJ	Associao dos Docentes da UFRRJ
Andes-SN	Associao Nacional de Docentes do Ensino Superior - Sindicato Nacional
Andifes Superior	Associao Nacional dos Dirigentes das Instituices Federais de Ensino Superior
APMBF	Associao dos Prefeitos dos Municípios da Baixada Fluminense
Cedim	Centro de Documentao e Imagem
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
Cefet	Centro Federal de Educao Tecnológica
Cefetq Nilópolis	Centro Federal de Educao Profissional e Tecnológica de Química de Nilópolis
Cepea	Conselhos de Ensino, Extensão e Pesquisa por reas
CFE	Conselho Federal de Educao
CFPEN	Curso de Formao de Professores para o Ensino Normal
CNE	Conselho Nacional de Educao
Concamp	Conselho de <i>Campus</i>
Consu	Conselho Universitrio
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentao de História Contempornea do Brasil
DCE	Diretório Central dos Estudantes
Ead	Ensino A Distncia
EGBF	Escola de Governo da Baixada Fluminense
ENCE	Escola Nacional de Cincia e Estatística
Enem	Exame Nacional do Ensino Mdio
Faperj	Fundao de Amparo  Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
Fasubra Instituices de Ensino Superior Públicas no Brasil	Federao de Sindicatos de Trabalhadores Tcnico-Administrativos em Instituices de Ensino Superior Públicas no Brasil
FEBF	Faculdade de Educao da Baixada Fluminense
Fies	Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior

FNM	Fábrica Nacional de Motores
Fundrem	Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana
FGV	Fundação Getulio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEGRS	Instituto de Educação Governador Roberto Silveira
Ifes	Instituições Federais de Ensino Superior
IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro
IM	Instituto Multidisciplinar
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MAB	Movimento de Amigos do Bairro
MEC	Ministério da Educação
Nepe	Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão
ONG	Organização Não Governamental
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRE	Projeto de Reestruturação e Expansão da UFRRJ
Prouni	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Reduc	Refinaria de Petróleo de Duque de Caxias

Reuni Públicas	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação do Educação Superior
Sintur	Sindicato dos Trabalhadores em Educação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UDN	União Democrática Nacional
Uerj	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unigranrio	Universidade do Grande Rio
Uniabeu	Associação Brasileira de Ensino Superior Universitário
Unig	Universidade Iguaçu
UPB	Universidade Pública da Baixada
UUIO	Unidades Urbanas Integradas do Oeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	23
Baixada Fluminense: Formação do Território, classe trabalhadora e dinâmica social	23
1.1 A Baixada Fluminense: significado e limites espaciais	25
1.2 – A formação da dinâmica social na Baixada Fluminense: industrialização e povoamento da região a partir da década de 1950	31
1.2.1 - A industrialização na Baixada: condicionantes e efeitos na região	33
Considerações finais	64
CAPÍTULO II	66
As políticas públicas de expansão do ensino superior público nos governos Lula e Dilma	66
2. 1 - A clivagem ensino superior público x privado: as políticas para o ensino superior privado da Reforma Universitária de 1968 até os governos Lula	67
2.2 - Políticas Públicas nos governos Lula: Expandir e Reuni	74
2.2.1 - Políticas Públicas nos Governos Dilma para o ensino superior: o Plano Nacional de Educação (2014-2024)	81
2.3 - O desenvolvimento do ensino superior na Baixada Fluminense	88
Considerações finais	97
CAPÍTULO III	99
O Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu: criação e impacto social	99
3.1 - O Reuni na UFRRJ: debatedores e o processo de adesão	101
3.2 - O histórico da criação do Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu	108
3.3 - O impacto social do Instituto Multidisciplinar na Baixada Fluminense	134
3.3.1 - Os alunos do Instituto Multidisciplinar	135
3.3.2 - O(s) significado(s) do IM para o alunado	147
Considerações finais	156
CONCLUSÃO	158
REFERÊNCIAS	166
Anexo A - Entrevista com Lucília Augusta Lino de Paula realizada no dia 13/01/2022	174
Anexo B - Registros fotográficos do colégio Monteiro Lobato e do prédio na rua Capitão Chaves	180
Anexo C - Registro fotográfico de manifestação feita pelos estudantes do movimento Campus Já:	183

Anexo D - Registros fotográficos do IM feito por estudantes mostrando a parte da entrada ainda em construção:	185
Anexo E - Registros fotográficos das rampas que conectam os prédios:	187
Anexo F - Registros fotográficos do IM feito por estudantes mostrando a parede exterior dos prédios:	189
Anexo G - Andamento das obras do prédio da pós-graduação e Cedim:	190

INTRODUÇÃO

Em novembro de 2017, o ex-presidente Lula da Silva realizou uma caravana pelo país. Passando pelo interior do estado do Rio de Janeiro, o ex-presidente visitou o *campus* do Instituto Multidisciplinar (IM) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde foi recebido por membros da comunidade acadêmica. Lula fez um discurso no auditório do instituto, cujo tamanho não comportava a aglomeração de estudantes e visitantes que estava lá para ouvi-lo falar. Ele criticou a deposição da presidenta Dilma Rousseff e disse que a população estava “anestesiada” diante das reformas que tinham sido aprovadas, dentre elas a reforma do ensino médio e a PEC 95, que congelava o orçamento público por 20 anos. Há quase um ano, antes desta visita, o *campus* tinha sido ocupado pelos estudantes contra essas mesmas medidas.

No mesmo ano em que o ex-presidente visitou o *campus*, foi publicado um documentário intitulado “O custo da oportunidade”(2017). Resultado de uma parceria entre a UFRRJ e a *Duke University* na qual buscava analisar os efeitos da implementação de uma universidade pública numa região periférica como a Baixada Fluminense. O documentário, disponível na plataforma de vídeos do *Youtube*, contém depoimentos de alunos e responsáveis, que refletem sobre a experiência de serem os primeiros de suas famílias a cursarem o ensino superior ¹.

A demanda por universidades na Baixada Fluminense é antiga e data, pelo menos, da década de 1970, quando começaram a ser criadas as primeiras instituições deste tipo na

¹ Youtube. O Custo da Oportunidade [The Cost of Opportunity - In English]. Hulle Brasil. 2017. Disponível no endereço eletrônico: https://www.youtube.com/watch?v=O_60ClxvLHY&t=264s (Acesso em: 21/01/2022)

região (SILVA, 2019). A primeira unidade universitária pública dentro da região, a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, a FEBF, *campus* da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), só foi criada na década de 1980 (MORAES, 2020). E ao longo da década seguinte, movimentos, tanto das elites locais quanto populares, pleiteavam a criação de uma universidade pública no município de Nova Iguaçu (CEDIM, 2018; SANTOS, 2016).

O IM é oficialmente criado quando o convênio entre o Ministério da Educação e a UFRRJ foi firmado, no final do ano de 2005. Estava previsto que o IM atenderia mais de mil alunos no momento de sua implementação. Doze anos depois, o número de matrículas dobrou e, no ano de 2013, temos as primeiras pesquisas que têm como objeto o Instituto Multidisciplinar, boa parte delas defendidas nos programas de pós-graduação ou da UFRRJ ou da Uerj. Além disso, o *campus* do IM foi ocupado em duas ocasiões distintas: a primeira no ano de 2013 e a segunda no ano de 2016. O *campus* também viu a agitação das estudantes do sexo feminino contra os assédios e estupros que ocorreram dentro da universidade, criando o movimento *Me avise quando chegar*. Ou seja, num curto período de 12 anos (2005-2017), não só o *campus* de Nova Iguaçu da UFRRJ atendeu o dobro dos quantitativo de matrículas esperado, como também produziu uma realidade que instiga e motiva pesquisas acadêmicas e serviu como palco de movimentos e reivindicações estudantis.

O objeto desta dissertação é o Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu. Buscamos analisar o impacto social de sua implementação na Baixada Fluminense, especificamente no município de Nova Iguaçu. Por impacto social, entendemos numa perspectiva quantitativa - referente a quantidade de alunos contemplados por sua implementação - mas também em uma perspectiva qualitativa, no que diz respeito à concepção de universidade presente em sua criação e aos significados atribuídos à existência de uma universidade pública em Nova Iguaçu. O *campus* da UFRRJ é o resultado de um processo político que envolveu parlamentares locais, universidades federais e políticas do governo federal de expansão e reestruturação do ensino superior. Sua criação foi possibilitada por essas condições políticas e a concepção que permeou as expectativas em torno do jovem instituto são expressões de um momento histórico. Além disso, entendemos sua criação

como a união de dois processos históricos, que possuem características próprias: a formação histórica da Baixada Fluminense e o desenvolvimento do ensino superior.

Acreditamos que nossa pesquisa pode contribuir no melhor entendimento dos impactos da implementação do instituto na região da Baixada Fluminense, no que diz respeito ao perfil dos alunos que frequentam o *campus*, buscando analisar a composição do corpo discente, perfil socioeconômico e os significados que eles atribuem à experiência do ensino superior. Queremos compreender a concepção de universidade presente em sua criação. Buscamos suprir esta lacuna ao inserir este processo dentro de um contexto geral de reforma e expansão do ensino superior, colocadas em prática nos governos petistas. Também buscamos esclarecer aspectos que dizem respeito ao processo de criação do instituto e de seus primeiros anos de funcionamento, bem como compreender a concepção que norteou a criação do instituto.

Nossos objetivos são o de compreender a criação do IM, a partir da análise e investigação dos processos históricos envolvidos na formação social da Baixada Fluminense e no desenvolvimento do ensino superior no Brasil, e analisar o impacto social de sua implementação na região da Baixada Fluminense, tendo em mente que o instituto beneficia a população local ao oferecer cursos de ensino superior. Por impacto social entendemos, em primeiro lugar, a capacidade que a instituição possui em ofertar cursos de ensino superior público e gratuito para uma região que é atendida, majoritariamente, por universidades privadas de ensino. Em segundo, entendemos que a implementação do instituto contempla uma população de moradores e trabalhadores da região, que, ao mesmo tempo, desejam ascender socialmente através de melhores empregos e precisam conciliar estes anseios com o trabalho. Essa experiência produziu, entre os estudantes, significados sobre cursar o ensino superior na região em que moram.

O período de análise começa no ano de 2005, com a criação do convênio entre MEC e UFRRJ, e tem seu final no ano de 2017, pois este é o último ano do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para os anos 2013-2017. O período em questão (2005-2017) foi marcado por iniciativas do governo federal em reestruturar, expandir e interiorizar as universidades públicas do país. O projeto de expansão do ensino superior, iniciado no primeiro mandato do governo Lula, criou as condições para o repasse de

verbas às universidades, que possibilitaram a criação do novo instituto e também a construção de uma sede em Nova Iguaçu.

O município de Nova Iguaçu se encontra na região da Baixada Fluminense, que, por sua vez, integra a região metropolitana do Rio de Janeiro. As diferentes fronteiras que a região pode assumir dependem do problema e recorte de pesquisa. Há uma extensa discussão sobre a *polissemia* do conceito de Baixada Fluminense, cujo exame detalhado é pertinente. Apesar dos diferentes recortes espaciais, mantém-se o consenso de que a Baixada constitui uma região formada por trabalhadores que buscaram, no entorno dos caminhos que levavam ao centro da cidade, moradias acessíveis. Há também uma defesa de que a Baixada não é uma cidade-dormitório, mas uma região com uma história, questões e dinâmicas próprias. A região possui uma dinâmica social singular que vai além da visão de cidade-dormitório. Além disso, suas fronteiras são muito influenciadas pela formação histórica da região, que remonta à criação das primeiras sesmarias ainda no século XVI. A Baixada possui municípios centrais, Nova Iguaçu e Duque de Caxias, cidades onde a população local consegue acessar diversos serviços.

Nós nos referimos ao espaço da Baixada Fluminense como uma região. O conceito de região é definido a partir dos seguintes elementos: permanência, homogeneidade, identidade, unidade e conexão com o todo. Sendo assim, a região pode ser definida como um espaço, produto de uma permanência que se refere à capacidade que aquele espaço tem de manter-se coeso a ponto de possuir uma homogeneidade, que garante àquele espaço traços em comum. Tais traços em comum formam uma identidade. A região, por fim, é uma parte constitutiva de um sistema maior (BARROS, 2017)

A Baixada Fluminense, portanto, pode ser pensada como uma região dentro de uma área maior, inserida no desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro e público alvo de políticas do governo federal. Foi atribuída à região um estigma de pobreza, violência e precariedade, que serviu como um elemento homogeneizante para pensar a região. Nós rejeitamos esta posição, mas reconhecemos que há processos em comum que são fruto de sua formação histórica e posição social e geográfica dentro do estado, que acabam por lhe dotar de uma certa identidade atrelada à pobreza, violência e distância do centro urbano. Portanto, a formação histórica e econômica da região, servem como traços em comum,

contudo, a Baixada possui uma diversidade interna, expressa na relação entre seus municípios constituintes, nos quais Nova Iguaçu e Duque de Caxias possuem posições centrais, servindo como núcleos principais da região. Escolhemos nos referir à Baixada enquanto uma região, pois nos permite dar inteligibilidade ao seu processo de formação histórica e sua dinâmica social interna, bem como situá-la dentro dos diferentes contextos históricos.

As universidades brasileiras, em contrapartida, são espaços cuja criação não chega a ser centenária e, além disso, eram reservados para os filhos da elite. A ditadura militar marca um ponto de inflexão na história das universidades brasileiras ao modernizar as universidades públicas, expandindo a pós-graduação ao mesmo tempo em que se criavam mecanismos de vigilância (MOTTA, 2014). Além disso, as universidades privadas também se beneficiaram muito neste período e iniciou-se uma dinâmica que se manteria nos períodos seguintes: que é a da desproporção entre o ensino superior privado e público, no qual as universidades privadas detêm um número muito maior de instituições e matrículas (CUNHA, 2004). Podemos ver que este processo também ocorreu na Baixada Fluminense, com a criação das primeiras universidades privadas na região, a partir da década de 1970 (SILVA, 2019). A reabertura política não alterou a dinâmica do ensino superior, no sentido de aumentar o número de vagas e matrículas para a universidade pública e tal relação manteve-se nos governos seguintes (PACHECO, 2019).

Contudo, uma novidade que surgiu nos anos 2000, no campo das políticas públicas para o ensino superior, foi a expansão, reestruturação e interiorização das universidades públicas. A expansão do ensino superior nos governos Lula é um tema que apesar de recente já possui extensa bibliografia tratando do assunto. No entanto, escolhemos focar apenas no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais, mais conhecido como Reuni. O programa foi criado em 2007, como uma iniciativa do governo federal com o objetivo de possibilitar a expansão e interiorização das universidades públicas em escala nacional. O Reuni foi centro de inúmeros debates na área da educação superior durante o seu período de vigência, mostrando grupos favoráveis à política e grupos contrários. Na maioria das vezes, os

debates se davam não sobre a validade da política em si, mas sim pela forma como estava sendo implementada (ALMEIDA, 2016).

Investigar a formação e desenvolvimento do ensino superior implica na análise das diferentes políticas públicas que se desenharam ao longo das diferentes conjunturas políticas no Brasil. Um olhar mais detalhado revela as concepções que o Estado tinha sobre o papel da universidade para o desenvolvimento do país, e também nos mostram a dinâmica que o desenvolvimento do ensino superior no Brasil engendrou. Ademais, a análise da criação de universidades nos mostra como se deu a interface entre os atores locais-regionais com as políticas elaboradas na esfera federal.

Ao longo do percurso de análise do objeto, sob as temáticas levantadas por Marc Bloch em *A apologia da história*, nós nos propusemos a evitar, o “ídolo das origens”, no sentido de que análise histórica “nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento” (BLOCH, 2002, p. 60). Ou seja, não devemos tomar os fatos como dados, mas sim ter em mente o estudo das condições que possibilitaram aquele acontecimento ou processo. Portanto, nos propomos encarar nosso objeto enquanto o resultado de um processo histórico que traz em si elementos constitutivos da formação histórica de uma região, mas também da dinâmica do desenvolvimento do ensino superior.

Outro ponto de apoio foram as contribuições do historiador britânico Edward Thompson, que somou para um melhor entendimento e aplicação do paradigma do materialismo histórico. O autor enriqueceu o entendimento do conceito de classes sociais a partir do pensamento marxista. Para o autor, a classe social não era um conceito que existia fora da realidade histórica; pelo contrário, elas existem e se formam na experiência histórica, transforma-se em conceito e retorna ao local de formação como ferramenta analítica. A classe social pode ser definida enquanto um grupo formado a partir da divisão do trabalho na sociedade, porém as formas como tal pertencimento serão entendidas pelos membros desta classe, são formadas a partir das experiências compartilhadas entre seus pares. Como adição ao “planetário” do materialismo histórico, Thompson sugere a categoria de experiência como um instrumento que permite mediar o acontecimento histórico e as ferramentas teóricas (THOMPSON, 1981). O que o autor defende, portanto, é que as sociedades não pensam sobre si a partir de categorias e conceitos teóricos, mas,

sim, a partir de seus valores. O historiador, portanto, estabelece uma relação entre a experiência histórica e as ferramentas teóricas, muitas das vezes conflitantes.

Portanto, ao analisar a formação histórica da Baixada, enquanto uma região, implica numa investigação sobre as classes sociais existentes no espaço, e na interface feita entre os trabalhadores e o poder local. O conceito de classes sociais, pensado por Thompson, nos ajuda a pensar a Baixada, pois a região, em seus contornos contemporâneos, passou por um intenso processo de industrialização, que impulsionou uma onda de migrações para a região. A ocupação dos antigos laranjais, por lotes onde os moradores construíram suas casas, consagra a região enquanto um espaço formado por trabalhadores. As características do desenvolvimento da região, pautadas por um processo de industrialização fomentada pelo Estado, não levou em consideração os impactos que a ocupação precária geraria no entorno. Tal realidade fica presente nas demandas dos primeiros movimentos sociais urbanos que se formaram na Baixada Fluminense, que pleiteavam políticas de saneamento e acesso à saúde. Por fim, as tensões entre as demandas da população trabalhadora e do poder local se traduziram em uma relação complexa, cujo exame detalhado é pertinente.

O IM é um objeto de pesquisa jovem. As primeiras pesquisas aparecem a partir do ano de 2013, com uma dissertação de mestrado que analisa a conciliação entre trabalhar e estudar, feita pelos estudantes do IM (MARTINS, 2013). São analisadas questões relativas à permanência e desafios encarados pelos estudantes. Em 2016, foram defendidas duas dissertações de mestrado no programa de pós-graduação da UFRRJ cujos objeto são a expansão do ensino superior na Baixada (ALMEIDA, 2016) e os significados que os estudantes do curso de literatura atribuem ao instituto (SOUZA, 2016). No mesmo ano, foi defendida uma monografia que realiza um levantamento sobre o histórico do instituto (SANTOS, 2016). No ano de 2020, foi defendida uma tese de doutorado que traz depoimentos orais de discentes e docentes, de universidades públicas na Baixada (MORAIS, 2020).

Embora cada trabalho possua seu objetivo específico, todos abordam a criação do instituto. Tal histórico é construído a partir da leitura do projeto político e pedagógico do instituto, datado do ano de 2006. Há poucas informações sobre o lugar e funcionamento

das aulas antes da inauguração da sede, a dinâmica que ocorria quando o instituto funcionava em prédios alugados e o movimento de luta pela entrega da sede. Além disso, embora alguns trabalhos analisem o perfil dos estudantes, a partir de questionários realizados pelos próprios, algumas questões ficam sem resposta. Assim, por exemplo, a distribuição dos alunos por cursos e o tamanho do IM dentro de um contexto mais amplo do ensino superior na região não foram significativamente contemplados nas pesquisas citadas. Entendemos que as questões de pesquisa válidas são aquelas que fazem avançar o entendimento do objeto. Portanto, dentre nossos objetivos está o de preencher as lacunas dessas pesquisas, de forma a contribuir com as pesquisas sobre o instituto.

Esta dissertação trabalha com um universo de fontes de origens diversas e de natureza quantitativa e qualitativa. Na busca por compreender o impacto do IM na Baixada Fluminense, concomitante à necessidade de preencher lacunas das pesquisas anteriores, nós selecionamos um *corpus* documental que respondesse às nossas questões e atendesse nossos objetivos. Entendemos que não basta possuir um problema de pesquisa ou ter acesso às fontes, é necessário “assegurar uma espécie de entrelaçamento entre essas duas instâncias” (BARROS, 2019, p. 25). A partir do encontro da fonte com o problema de pesquisa torna-se possível a investigação histórica.

Para organizar nossas fontes, elaboramos uma tipologia, tomando como critério o local de origem das fontes. Sendo assim, separando as fontes entre institucionais da UFRRJ, fontes estatísticas, governamentais, audiovisuais, orais e indiretas. As fontes institucionais fornecem dados sobre a estrutura da universidade bem como os objetivos e visão da universidade durante o período em análise. As fontes estatísticas nos fornecem dados sobre o quadro geral da situação do ensino superior, permitindo uma comparação entre a realidade total e local. As fontes governamentais são os relatórios de governo, principalmente oriundos do MEC, são fontes que nos permitem avaliar o impacto das políticas empreendidas durante os governos Lula. Dentre as fontes audiovisuais temos documentários e vídeos feitos por estudantes. Dentre as fontes orais, contamos o depoimento da primeira diretora do instituto. Por fim, as fontes indiretas são aquelas de jornais e portais on-line.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos, que seguem um percurso que busca dar conta dos principais temas em torno do nosso objeto. Por se tratar de uma universidade pública no município de Nova Iguaçu na Baixada Fluminense, esta dissertação evoca dois grandes temas: o da Baixada Fluminense e sua formação histórica e a universidade pública no Brasil. Os capítulos serão estruturados em subcapítulos, no qual abordaremos questões referentes aos temas centrais do capítulo.

No primeiro capítulo da dissertação, analisaremos os aspectos históricos relativos à formação do território da Baixada Fluminense, a fim de melhor compreender o perfil de sua classe trabalhadora e a dinâmica social que se formou na região a partir da década de 1950. Os principais objetivos serão: analisar os múltiplos recortes geográficos da região e analisar a formação histórica da região. Será pertinente realizar uma análise acerca do conceito de Baixada Fluminense e dos diferentes significados geográficos que a região possui. Entendemos que a região possui municípios que agem como pólos internos, centralidade que é explicada pela formação histórica da região, possibilitada pela construção de caminhos que interligam a região ao interior do país e à capital do Rio de Janeiro. Tal desenvolvimento, que se iniciou na conjuntura do pós segunda guerra, engendrou uma dinâmica social interna particular.

Após a investigação da formação histórica da Baixada, no segundo capítulo avançamos para a discussão das universidades no Brasil, tendo como norte analisar o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas, o Reuni, criado em 2007. Temos como objetivo analisar a concepção e os debates empreendidos em torno de sua adesão e implementação. Para tanto é preciso compreender o desenvolvimento do ensino superior a partir da reforma universitária de 1968, pois trata-se de um período que inaugurou uma dinâmica que persistiu nos períodos seguintes. Feito isto, será pertinente analisar as políticas para o Ensino Superior Público empreendidas durante os governos Lula, tendo em foco o Reuni, suas diretrizes e ações. Por fim, descreveremos a formação e desenvolvimento do ensino superior na Baixada Fluminense a partir da criação de suas primeiras universidades na década de 1970.

Feita a análise da formação histórica da Baixada Fluminense e do desenvolvimento do ensino superior no Brasil, o terceiro capítulo da dissertação dedica-se à análise do

impacto social da implementação do IM na Baixada Fluminense, tendo como foco levantar um perfil dos alunos contemplados por essa política. Para realizar este objetivo abordamos a adesão da UFRRJ ao Reuni; levantamos aspectos relativos ao histórico de criação do instituto multidisciplinar, preenchendo as lacunas das pesquisas anteriores; por fim, nos debruçamos sobre o impacto social do IM, tendo como norte levantar um perfil do alunado e dos significados, evocados pelos alunos, da experiência de cursar o ensino superior na Baixada.

No processo de elaboração da dissertação, tentamos entrar em contato com algumas figuras que consideramos importantes no processo de criação e construção do IM e obtemos uma entrevista com a primeira diretora do IM, Lucília Augusta Lino. Tomamos a liberdade de incluir a entrevista completa nos anexos deste documento.

Essa dissertação foi escrita e defendida durante a pandemia do coronavírus. O projeto inicial sofreu alterações substanciais, tanto por conta desta realidade, quanto do processo de delimitação do tema. Longe de almejar ser a palavra final nos estudos, desejo que esta dissertação seja apenas o começo para futuras pesquisas sobre o IM. Fizemos um esforço em apontar as lacunas do texto justamente para que novas pesquisas surjam para preenchê-las. Não pretendemos esgotar o tema e sim, abordá-lo a partir das questões que motivaram esta pesquisa.

CAPÍTULO I

Baixada Fluminense: Formação do Território, classe trabalhadora e dinâmica social

Em inícios de setembro de 2016, dois coletivos de movimentos sociais lançaram um relatório, em tom de denúncia, contra a violência na Baixada Fluminense. O documento foi intitulado “*Um Brasil dentro do Brasil pede socorro*” (Fórum..., 2016). O texto é o resultado de uma produção conjunta de duas entidades que lutam e advogam pelos direitos humanos na região da Baixada Fluminense: o movimento Fórum Grita Baixada - um coletivo de entidades - e a Diocese de Nova Iguaçu.

O documento é dividido em duas partes: a primeira discute a formação histórica da região, seguida de casos no qual a violência alcançou patamares extremos. Na segunda parte, os autores apresentam possíveis soluções para a questão da violência na Baixada. Por ora, deixemos de lado o conteúdo do documento, que está disponível virtualmente, e concentremo-nos no título. A Baixada Fluminense é uma região formada por pessoas de várias regiões do país do mundo. Segundo os autores, essas pessoas:

São descendentes de escravos de diferentes locais da África, de japoneses, de italianos, alemães e nordestinos, que hoje se juntam a angolanos, haitianos, coreanos, sulistas brasileiros, turcos etc., entre judeus, católicos, evangélicos, espíritas, mulçumanos e candomblecistas, em uma espécie de mistura étnica que abriga praticamente 1/4 da população do estado do Rio de Janeiro. Com todo esse caráter multiexpressivo, a Baixada acaba se configurando praticamente como um recorte do Brasil dentro do próprio Brasil. (Fórum Grita Baixada *et al.*, 2016, p.5)

De acordo com o documento, a diversidade de origens dos habitantes da Baixada confunde-se com a multiplicidade encontrada na formação da população brasileira, o que justificaria o jogo de imagens contido no título. Nesse sentido, a história da Baixada, apesar de suas especificidades, possui muitos pontos de contato com a história do Brasil, pelo menos através daquela que consta nos livros didáticos: os principais momentos da história econômica do país, como o cultivo da cana, a cafeicultura e a industrialização que ocorre, sobretudo, a partir dos anos 1950. Tais processos mencionados estiveram presentes na formação do território.

Ou seja, ao longo do desenvolvimento econômico do país, e dos diferentes momentos por qual passou, a região que viria a ser a Baixada Fluminense participou ou esteve inserida neste processo. Contudo, não está entre os objetivos do texto analisar como a Baixada esteve inserida no desenvolvimento econômico do país. Porém, é importante ressaltar que a forma como isto se deu, principalmente a partir da década de 1950, mostra algumas singularidades da Baixada Fluminense, no que diz respeito ao desenvolvimento da região, a partir deste período, e do perfil socioeconômico dos moradores: composto, majoritariamente, por trabalhadores e operários imigrantes vindos da região nordeste.

A Baixada é uma região que, enquanto objeto de estudos, é composta por um universo de pesquisadores que vão desde aqueles com um perfil mais memorialista como aqueles que têm um perfil mais acadêmico. Entendemos que a região, apesar de ser um espaço com uma história que remonta ao século XVI, tem suas características mais contemporâneas delineadas a partir dos anos 1950 e cuja dinâmica social particular da região já é vista nos finais da década de 1970, através dos relatórios da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana (Fundrem), quando o conceito de Baixada Fluminense ganha força.

Este capítulo tem como objetivo analisar a região da Baixada Fluminense buscando compreender a dinâmica interna através de processos históricos que ocorreram na região a partir da década de 1950. Não objetivamos exaurir as discussões ou a bibliografia sobre a Baixada Fluminense, mas abordá-la a partir de questões pertinentes a aspectos sociais. A região foi historicamente constituída enquanto um espaço de moradia para trabalhadores que usavam tanto os meios de transporte ferroviários como rodoviários para se deslocarem

ao local de trabalho, que poderia ser no entorno das rodovias recém instaladas ou na cidade do Rio de Janeiro.

Este capítulo está dividido em dois subcapítulos. O primeiro dedica-se a discutir o termo Baixada Fluminense, seu significado e limites territoriais. A Baixada Fluminense é uma região que pode agregar diferentes municípios, a depender do problema de pesquisa, o que torna o termo bastante polissêmico. Dessa forma, a Baixada Fluminense pode possuir diferentes limites geográficos. Tais recortes espaciais podem tomar diferentes critérios que podem ser históricos, tomando como referência a formação de Iguaçu e Estrela, administrativos, tomando os documentos da Fundrem como referência, geográfica ou tomando como critério a topografia da região. O segundo subcapítulo dedica-se à análise da formação da dinâmica social da região. A identidade e dinâmicas contemporâneas da região têm um histórico que remonta a década de 1950, com a criação das primeiras indústrias na região.

1.1 A Baixada Fluminense: significado e limites espaciais

Para começar a pensar na região da Baixada, em princípio, reparemos na nomenclatura Baixada Fluminense. A palavra Baixada significa uma região de planície em meio a montanhas. Enquanto o Fluminense vem do latim *flumen* que se traduz para a língua portuguesa como rio. A partir da união destes dois substantivos temos a Baixada Fluminense e o que fica evidente é a identidade geográfica da região presente em sua terminologia. Tal nomenclatura não apenas marca o caráter da topografia dessa região, sua forma primária de conexão com a capital e as vias fluviais, como também nos traz o indicativo de um processo político de fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, em 1975 (SILVA, 2015). Desde então, a palavra Guanabara caiu em desuso enquanto termo a se referir à região da Baixada.

A ocupação e formação da região da Baixada Fluminense se deu, em princípio, a partir das vias fluviais, que serviam como caminhos de acesso que permitiam a interiorização da cultura de cana e café, assim como uma rota rumo à capital do estado. A Baixada, enquanto palavra referente a atual região, surgiu na década de 1870, no contexto

Meriti e Nilópolis. De toda a região metropolitana, esta era a única subdivisão enxergada pelos técnicos, denominada pelo relatório como Unidades Urbanas Integradas do Oeste (UUIO).

Para Silva (2015), a Fundrem tomou a formação histórica da Baixada, da Grande Iguaçu, como critério para pensar a Baixada enquanto uma sub-região. Da região metropolitana do Rio de Janeiro, a Baixada é a única sub-região enxergada pelos relatórios, o que indica que os autores notaram uma dinâmica própria na região, marcada por sua formação histórica, ainda que os técnicos não deixassem esse critério de forma explícita. Os estudos da fundação coincidem com o crescente relato da mídia sobre a Baixada, que atrelaram àquele lugar a reputação de lugar violento, pobre e periférico. O nome Baixada Fluminense vem dessas notícias e dos relatórios. No entanto, não existe um consenso sobre os limites da Baixada. Os autores que posteriormente pesquisaram a Baixada usavam os relatórios da Fundrem como base para pensar os limites geográficos da Baixada Fluminense.

Outra autora que contribuiu nesses debates foi Ana Lúcia Silva Enne (2002), em sua tese de doutorado intitulada *Lugar, meu amigo, é minha Baixada*. A autora não apenas traz as múltiplas definições de Baixada, como também mapeia as relações e interações entre duas grandes redes de pesquisadores da Baixada. A autora defende a posição que a Baixada é um termo polissêmico, pois seu tamanho pode variar a depender do autor, do objeto que se estuda ou do problema que é trazido pela pesquisa. Seu trabalho foi possível, em grande medida, por sua abordagem teórica de encarar o universo de atores e agentes envolvidos na produção de uma história e memória da Baixada Fluminense a partir do conceito de redes. Enne realiza um trabalho que serve de referência para os pesquisadores da Baixada, ao entendê-los como partes integrantes de uma rede complexa, formada por redes principais, sub-redes e elos, que ajuda a dar conta do universo que é a produção de bibliografia sobre a Baixada Fluminense (ENNE, 2002).

Enne reconhece distintos recortes para a região da Baixada, que variam de acordo com o problema de pesquisa, a saber: (a) uma primeira definição, mais recorrente, na qual a região é composta por onze municípios, que são Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Paracambi, Japeri, Queimados,

Magé e Guapimirim. Uma segunda definição (b), proposta pela extinta Fundrem, nela fazem parte os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Queimados e Japeri. Uma terceira definição (c) expande o conceito para a Zona Oeste, incluindo Itaguaí e Seropédica. Uma quarta definição (d) expande o conceito para a Baía, incluindo Magé e São Gonçalo. Uma quinta definição (e) inclui dentro do conceito toda a região metropolitana do Rio de Janeiro incluindo Porto das Caxias e Itaboraá. Uma sexta definição (f) cobre bairros da cidade do Rio de Janeiro, como Pavuna e Irajá. Por fim, uma sétima definição (g) inclui municípios da Serra, como a Serra de Teresópolis e Petrópolis (ENNE, 2002).

Tais definições podem possuir critérios históricos e sociais, como a formação histórica de Iguaçu. Tal critério justificaria a definição *a*, de caráter mais recorrente. Podemos perceber, nos trabalhos que se baseiam nessa definição, que há uma centralidade maior garantida ao município de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, cidades que, na dinâmica interna da Baixada, tornam-se centrais para o desenvolvimento de atividades econômicas. Também há critérios mais administrativos, e com isso destacamos a definição da extinta Fundrem, que apesar de incluir outros municípios, baseando-se no grau de urbanização, toma como base para seu recorte aspectos da formação histórica da região (SILVA, 2015). Indo além, algumas definições tomam como critério, as dinâmicas sociais provocadas pela urbanização (e sua expansão) para municípios satélites, como a quinta e sexta definição. Há também critérios geográficos, como os recortes que pretendem expandir o conceito de Baixada, seja para a Baía, seja para a Serra. (ENNE, 2002)

Podemos observar na análise dos municípios que compõem a Baixada, que Nova Iguaçu e Duque de Caxias possuem uma centralidade maior. Ao analisar os recortes e fronteiras que a Baixada pode (ou não) ter, Simões elabora uma reflexão interessante (2006). O autor enxerga um núcleo duro de municípios ao mesmo tempo em que há municípios satélites. Dentro do núcleo duro, o autor destaca Nova Iguaçu e Duque de Caxias, que possuem uma centralidade sócio-econômica, e os municípios que outrora eram distritos e que se emanciparam. Este núcleo duro constituía a região que compreendia a Grande Iguaçu. Além desses, há aqueles que ora entram ora saem do espaço da Baixada. Dessa forma, o recorte geográfico para a Baixada ficaria definido desta forma:

Mapa 2 - Baixada Fluminense, núcleo duro



Fonte: Elaboração própria. (CEPERJ, 2019).

Tal núcleo duro teria municípios que agiriam como pólos locais, Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Tal centralidade explica-se pela história administrativa e econômica da região. Nesta definição, intitulada de “núcleo duro”, os municípios pertencentes à Baixada eram uma unidade administrativa inteira (Antes chamada de Maxambomba, depois de Nova Iguaçu), que em dois períodos distintos - a década de 1940 e 1990 - foram sofrendo alterações nas quais distritos de Nova Iguaçu passaram a ter o *status* município (SIMÕES, 2006). Por outro lado, numa perspectiva econômica, tais municípios centrais (Nova Iguaçu e Duque de Caxias), tinham fábricas instaladas no seu interior (CARVALHO, 2015; MENDONÇA, 2017; RAMALHO, 1989), fator que atraía maior contingente de imigrantes, mas também maior atenção tanto do poder local quanto federal ou estadual.

Neste trabalho, para definir o nosso recorte de Baixada Fluminense, tomamos como base as fontes institucionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A partir da leitura de fontes como o Projeto Político Pedagógico do Instituto Multidisciplinar² e do Plano de Desenvolvimento Institucional, do período de 2006-2011, podemos perceber que a definição de Baixada não é muito distinta da mais corrente. Sendo assim,

² Deliberação n° 04, 30 de Março de 2005.

desenvolvimento da região a partir dos anos 1950. Por exemplo, a partir desta década são instaladas fábricas nesses municípios, no entorno das rodovias. Além disso, durante o período da ditadura militar, ambos municípios sofreram intervenções do governo federal. Logo, é pertinente, portanto, investigar as razões históricas que explicam a centralidade destes municípios no desenvolvimento da região.

1.2 – A formação da dinâmica social na Baixada Fluminense: industrialização e povoamento da região a partir da década de 1950

A dinâmica contemporânea da Baixada Fluminense formou-se a partir da década de 1950, com o processo de industrialização, que provocou uma interiorização na região e impulsionou uma onda de loteamentos. Para compreender como isso se deu na Baixada, é preciso entender a situação que a região se encontrava antes que tais processos tomassem forma. Não é nossa intenção esgotar a bibliografia sobre a Baixada, mas compreender que condições permitiram a industrialização na Baixada Fluminense, quais desdobramentos e efeitos ocorrem e como tais processos se refletiram na formação dos movimentos sociais presentes na região. Também investigaremos a Baixada no contexto de reabertura política e liberalização da economia, quando novos processos entram em cena sem alterar as dinâmicas previamente formadas. Embora a formação histórica da Baixada remonte das primeiras tentativas de ocupação da região: com a cultura da cana, passando pelo café até a citricultura, nós não pretendemos aprofundar este período. Teremos como foco a Baixada pós anos 1950, pois foi a partir deste período que se formou a atual dinâmica social da região, com o processo de industrialização e povoamento periférico.

A formação do território do que viria a ser a Baixada Fluminense começou no século XVI, com a doação de sesmarias, local onde se formou a fazenda Iguaçu. A região teve sua formação econômica atrelada ao cultivo da cana, do século XVI até o século XIX. Depois, o cultivo do café, que vigorou entre as primeiras décadas do século XIX até a década de 1850. Com o declínio da cafeicultura, a região passou por um processo de decadência, superado pela citricultura. A laranja foi uma saída para a estagnação econômica da Baixada, em especial, o município de Maxambomba, que foi o lar da

citricultura. O município ganhou uma centralidade na região, que pode ser expressa pela mudança da sede de Iguazu para Maxambomba, como com a mudança de nome para Nova Iguazu, em 1916. Mas assim como os outros empreendimentos, a laranja também enfrentou seu declínio.(RODRIGUES, 2006)

O principal meio de comunicação da antiga fazenda com a capital era através das vias fluviais. Além das vias fluviais, haviam estradas de terra que cortavam o interior do território. Dentre elas, havia o Caminho Novo, que interligava o Rio de Janeiro a Minas Gerais, rota pela qual o ouro passava. Mais tarde, já no início do século XIX, foram criadas tanto a Estrada da Polícia e do Comércio que permitiram uma ligação às regiões do interior (RODRIGUES, 2006). A Estrada da Polícia unia o interior de Minas Gerais à capital do reino, o Rio de Janeiro, passando pela região do Vale do Paraíba (NOVAES, 2004). Por outro lado, a estrada do comércio, construída no ano de 1822, foi fundamental para a criação da Vila de Iguazu.

A partir da década de 1850 são instaladas as primeiras estradas de ferro: a estrada de Ferro Mauá (1854) - que unia a região do porto de Magé até a raiz da Serra (Vila Inhomirim). A estrada de ferro Pedro II (1858) - cujo trajeto se iniciava na cidade do Rio de Janeiro até o distrito de Queimados, ainda parte de Iguazu (RODRIGUES, 2006). A estrada Leopoldina (1874), que unia os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, passando por Duque de Caxias. A estrada Rio d'Ouro (1882), que criava caminhos entre partes do Rio de Janeiro (Pavuna) com Belford Roxo e Xerém, localizada em Duque de Caxias. Na década de 1930, foi incorporada à estrada de ferro Pedro II (OLIVEIRA, 2019).

O cultivo do café alterou a dinâmica interna da Baixada, com a instalação de estradas de ferro. Com o declínio da antiga Iguazu, o município de Maxambomba passou a receber e possuir uma centralidade maior. O transporte ferroviário tem um papel fundamental na formação do território da Baixada como conhecemos hoje. Sua importância aumenta com o cultivo da laranja, pois as estradas de ferro eram o principal meio pelo qual escoavam as mercadorias. As estações, além de serem um meio de locomoção do trabalhador para o local de trabalho, também são agentes marcadores de uma identidade e pautam o desenvolvimento urbano da cidade, pois ao longo das estações formaram-se aglomerados urbanos. Em Maxambomba, por exemplo, foram abertas

estalagens destinadas a empacotar a laranja que seria carregada nos trens. O preço dos imóveis aumentou e a paisagem mudou com cada moradia nova construída às margens da estação (PEREIRA, 1977).

Ou seja, até a década de 1940, aproximadamente, as únicas vias de acesso que haviam entre a Baixada, a capital e interior do país, eram por caminhos de terra, rios e recém-criadas estradas de ferro. A partir da década de 1950 vemos a criação de rodovias que cortam a região, unindo-a à capital e interior do país. A formação contemporânea da Baixada Fluminense ocorre neste período, com a abertura de uma nova conjuntura econômica e social. Logo após o declínio da citricultura, novos empreendimentos são feitos na região e múltiplos processos ocorrem que resultam na formação de uma dinâmica social na região.

1.2.1 - A industrialização na Baixada: condicionantes e efeitos na região

Há uma inflexão na importância dada ao transporte ferroviário, que começa a esboçar contornos mais definidos a partir do golpe que colocou Getúlio Vargas no poder em 1930. Com a ascensão de Vargas ao governo federal, passou a haver uma centralização das políticas públicas e o início de um processo de industrialização, financiado pela renda do setor cafeeiro. A aproximação diplomática e econômica com os Estados Unidos, que possuía uma indústria automobilística em ascensão, somado com a precarização e organização espacial das ferrovias, que não ofereciam condições de integração entre as regiões do interior do país e mobilidade para recursos, foram fatores que pesaram na predominância que a malha rodoviária passou a ter nas políticas públicas. (OLIVEIRA, 2019)

O período de 1920 a 1950 é de enfraquecimento da malha ferroviária frente à rodoviária, ao passo que as políticas nacionais deslocam-se para a expansão das rodovias. Sua decadência foi provocada pela perda na captação de investimentos e desgaste na infraestrutura. Os investimentos em ferrovias na época eram altos e as empresas rodoviárias passaram a oferecer tarifas atrativas para os investidores. Somado a isso, o paulatino desgaste, provocado pela perda de investimentos e carência de recursos para

materiais ferroviários, agravaram o quadro das ferrovias (OLIVEIRA, 2019). Entendemos que este processo de deterioração está relacionado com a perda de importância da malha ferroviária diante das novas necessidades do Estado brasileiro.

Contudo, a malha ferroviária sofreu algumas políticas de modernização, no sentido de reduzir a necessidade de carvão como combustível. Uma das soluções foi a eletrificação de trechos. Porém, o ritmo de tais políticas foi pautado pela disponibilidade de recursos para investimento e a escolha dos trechos se deu nas partes onde houvesse "elevado tráfego ferroviário, e a frequência contínua de trens de passageiros suburbanos para longas distâncias." (OLIVEIRA, 2019, p. 53-54). Para citar um exemplo, as obras de eletrificação da Central do Brasil levaram dez anos para serem concluídas. Por outro lado, em alguns trechos foram adotadas locomotivas movidas a diesel.

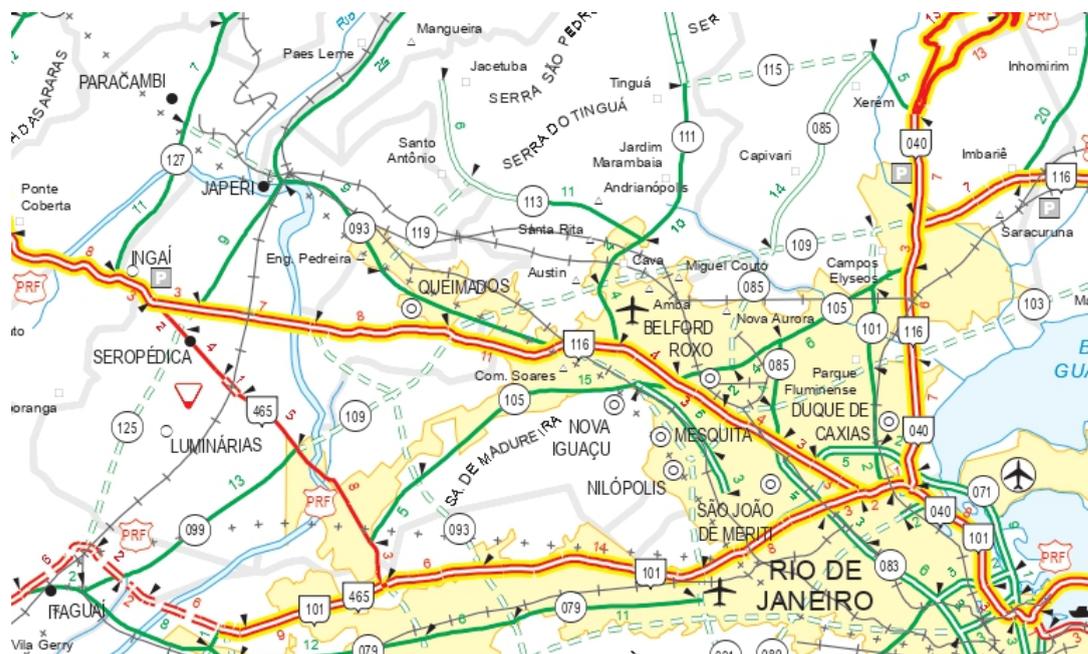
O território da Baixada passa a ser formado e povoado, então, a partir dessas duas vias de acesso à capital. Em dissertação de mestrado, Leandro M. de Oliveira argumenta que esta mudança se dá por conta da própria estrutura da malha ferroviária, que foi construída pensada no modelo exportador, que vigorou durante o cultivo do café e da laranja. O advento do modelo de substituição de importações alterou essa lógica, criando a necessidade de novos caminhos (OLIVEIRA, 2019). Além disso, as rodovias ofereciam um retorno financeiro mais rápido, maior flexibilidade e custos menores com infraestrutura, o que as tornaram em alternativas viáveis para os novos projetos. Portanto, "o governo passou a priorizar a expansão das rodovias, transformando-as em principal eixo modal, política adotada no âmbito nacional e também aplicada no Rio de Janeiro" (OLIVEIRA, 2019, p. 60).

As rodovias teriam sido uma alternativa às ferrovias justamente por conta do novo momento econômico do país, marcado pela dependência com a economia norte-americana (grande produtora de bens de consumo duráveis, como os automóveis), bem como pela existência e formação de um mercado interno e de um processo de industrialização (OLIVEIRA, 2019). Tanto as rodovias quanto as ferrovias eram vias de acesso aos moradores locais aos seus espaços de trabalho. A região passa a ser caracterizada por um movimento pendular de ida, durante o dia, ao trabalho e volta, durante a noite, à sua

residência. Esse movimento pendular marca a identidade da Baixada enquanto uma cidade-dormitório.

São três as rodovias criadas durante este período. A primeira é a rodovia Washington Luiz, BR-040, cuja construção data antes do período em questão. Inaugurada em 1931, a rodovia unia os municípios de Petrópolis e Rio de Janeiro, passando pela cidade de Duque de Caxias. A segunda é a Avenida Brasil, cuja inauguração data de 1946, que contempla trechos tanto da Presidente Dutra, quanto da Washington Luiz e um trecho da BR-101, que segue um trajeto que corta Duque de Caxias no sentido da zona oeste. A terceira rodovia instalada deste período é a Presidente Dutra, BR-116 ou “Dutra”, inaugurada em 1951, cujo trajeto une os estados de Rio de Janeiro e São Paulo, a estrada corta caminho por dentro dos municípios da Baixada, destacando-se os municípios de Nova Iguaçu e Belford Roxo. O mapa a seguir detalhe a disposição espacial das rodovias:

Mapa 4 - Principais rodovias na Baixada Fluminense



Fonte: Ministério do Transporte (2012)

Podemos ver que entre a década de 1930 a 1951, três rodovias foram instaladas na região, cortando o interior da Baixada, integrando a região à capital e interior do país. As rodovias criaram um ambiente favorável para a instalação de fábricas em seu entorno, o

que por sua vez, provocou efeitos que alteraram a dinâmica interna da região. Se a Baixada possuía um centro em Maxambomba (futura Nova Iguaçu), especialmente em torno da linha do trem, com a criação das novas vias de acesso, há uma alteração nesta relação, pois as rodovias permitiram uma interiorização na região, impulsionada pelas fábricas.

Existem pontos em comuns na experiência industrial que gostaríamos de ressaltar. Antes de tudo, a escolha da Baixada para sediar indústrias não foi aleatória. A região, além de precisar se reestruturar frente à decadência do projeto agrícola, também se localizava próxima à capital do país. O contexto dos anos 1950 também, foi favorável, pois haviam projetos nacionais que visavam a industrialização do país. A instalação de rodovias na Baixada, portanto, permitiu a instalação de fábricas no interior da região, que serviram como fator de impulso para a urbanização que ocorreria na região sudeste, e também no Rio de Janeiro e Baixada. Os motivos para a instalação variam de acordo com a fábrica e as necessidades, mas a política estatal de expansão das rodovias foi um dos fatores que pesou na escolha das empresas. Um indicativo disto, é que a maioria das fábricas instaladas neste período, estão localizadas no entorno das recém instaladas rodovias, estas também servindo para transformar a paisagem urbana dos municípios no entorno (PEREIRA,1977).

Se as ferrovias, por um lado, foram importantes para o escoamento da laranja aos portos do Rio de Janeiro. As rodovias, por outro lado, promoveram uma interiorização do espaço urbano e novas oportunidades econômicas. A fase industrial na Baixada, por assim dizer, tem sua expansão intimamente relacionada à ampliação e instalação de rodovias, espaço estratégico para a implementação de fábricas e indústrias que servirão de via de acesso para a circulação de bens e mão de obra.

Um dos efeitos dessa orientação, voltada para a industrialização, é que a partir da segunda metade da década de 1940, temos as primeiras levas de emancipações da região. Nas palavras de Rodrigues: “O fim do ciclo da laranja marca o início da transição e a transformação do espaço da Baixada Fluminense através do fracionamento das terras.” (RODRIGUES, 2006, p.48). Em 1943, o município de Duque de Caxias se emancipa. Quatro anos mais tarde, em 1947, são emancipados os distritos de São João de Meriti e

Nilópolis. Tais municípios eram antes distritos dentro de Nova Iguaçu, mas ganharam autonomia administrativa ao tornarem-se municípios (SIMÕES, 2006).

A crescente autonomia de Duque de Caxias pode ser explicada pelas obras de saneamento (drenagem de rios), feitas nas primeiras décadas do século XX, a instalação da rodovia Rio-Petrópolis e a proximidade da capital do país, possibilitada pela Estrada de Ferro Leopoldina (Naquela época, o Rio de Janeiro). Além disso, sua emancipação foi fruto de uma organização local intitulada União Popular de Caxiense (UPC). Era uma associação formada por políticos locais, médicos e jornalistas, que defendiam que a solução para os problemas locais do distrito seria sua emancipação perante Nova Iguaçu (SOUZA, 2002). O projeto foi aprovado em 1943, a partir do controle de interventores. Marlúcia Souza (2002) entende que a emancipação de Caxias estava dentro de um projeto de reforma administrativa no estado. Atender as demandas emancipatórias tinha a função de “reorganizar o quadro territorial para melhor controlá-los e administrá-los; cooptar simpatia e apoio popular”, mas também o de articular o representante local do getulismo, Amaral Peixoto “com as frações da classe dominante no local.” (SOUZA, 2002, p. 111).

A partir da década de 1950, o núcleo duro da Baixada era composto por quatro municípios que eram Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis. Tais municípios eram distritos administrativos de Nova Iguaçu que se emanciparam por conta de fatores locais. Nesse contexto, os municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias agiam como pólos e centros dentro dessa periferia. Além disso, a região era interligada à capital e ao interior através de estradas de ferro, cada vez mais deterioradas, e rodovias recém instaladas na região. A partir dos anos 1950, ocorreu a instalação de fábricas na região, o que promoveu um processo de industrialização na Baixada Fluminense, contudo, já havia, pelo menos, uma fábrica na região, a FNM (RAMALHO, 1989).

A periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, dentre elas, a Baixada Fluminense, tinha fábricas no interior da região. Fato curioso é que a partir da década de 1950, a região do interior do Rio de Janeiro contava com um número muito maior de fábricas e mão de obra empregada no centro da cidade. Dado que mostra que a instalação das rodovias permitiu uma interiorização da indústria para o interior da capital. Jogando, tanto a produção quanto a concentração demográfica de trabalhadores, para áreas distantes

do centro. De qualquer forma, a proximidade das fábricas permitiu um acesso mais fácil ao local de trabalho, em comparação aos trabalhadores cujas rotinas se davam no compasso dos trens. Rodrigues (2006), ao falar sobre a situação da indústria na Baixada, mapeia as principais fábricas instaladas na região:

Entre os grandes estabelecimentos industriais localizados em Nova Iguaçu neste período destacam-se a Bayer do Brasil Indústrias Químicas S.A, Cia Dirce Industrial, Cia. Mercantil e Industrial Ingá, Cia. de Canetas Compactor, Forjas Brasileiras S.A., Indústrias Granfino S.A., Duque-Industrial e Comercial S.A., BRASFERRRO – Laminação Brasileira de Ferro S.A., Indústria de pneumáticos Firestone S.A., S.A. Marvin (parafusos e pregos), Rupturista S.A. (Explosivos), USIMECA – Usina Mecânica Carioca S.A., Fábrica de Tecidos Cachambi e Fábrica de cigarros Souza Cruz. (RODRIGUES, 2006, p. 76)

Ao todo, Adriano Rodrigues mapeia 372 estabelecimentos industriais em Nova Iguaçu, empregando cerca de 7,7 mil operários. Tal realidade mostra que as políticas de fomento às rodovias, no contexto de desenvolvimento da indústria nacional, tiveram efeitos na formação da Baixada Fluminense, em especial Nova Iguaçu. Não temos como objetivo analisar todas as fábricas instaladas na região, porém, é interessante analisar o caso de algumas, que foram objetos de estudos em pesquisas anteriores. Dentre elas estão: FNM (RAMALHO, 1989), Compactor (MENDONÇA, 2017), Bayer (CARVALHO, 2015) e Reduc (COSTA, 2009).

Apesar da década de 1950 ter sido de criação e implementação de fábricas na Baixada Fluminense, já havia uma fábrica funcionando na região desde os anos 1940. A FNM foi criada em 1942, durante o esforço de guerra. A fábrica fora construída sobre uma área pantanosa, sob o pretexto de que o sucesso da empreitada significaria um triunfo do homem sobre a natureza. Em princípio, fabricavam-se motores de avião, mas na década seguinte passaram por transformações, motivadas pela nova conjuntura política e econômica, e a fim de adaptar a empresa aos novos tempos e necessidades, a empresa passou a produzir automóveis e caminhões pesados (RAMALHO, 1989).

A construção da FNM foi permeada por uma concepção de nacionalidade e sociedade, na qual a colonização do espaço, através das políticas de saneamento, foi uma

etapa importante, que envolveu os trabalhadores. Havia um ideal de sociedade por trás do projeto da FNM no qual ela seria “hierarquizada e ordenada a partir das orientações do poder central, visto como provedor das necessidades básicas do homem e condutor da nação à sua vocação: o progresso e a felicidade.” (SOUZA, 2002, p. 101). Havia entre os trabalhadores que participaram deste processo de conversão da fábrica, uma sensação de orgulho por estarem participando do processo, o que nos mostra um profundo sentimento de pertencimento por parte daqueles trabalhadores com a FNM (RAMALHO, 1989)

A Compactor tem seu registro em cartório no ano de 1954 e foi instalada no quilômetro 181 da Rodovia Presidente Dutra. Sua presença tornou-se referência para os anúncios de vendas de lote no entorno da fábrica, espaço que era tratado como uma região industrial (MENDONÇA, 2018). Sua instalação ocorreu no bojo do governo de Juscelino Kubitschek e a companhia beneficiou-se de maneira que se tornou a principal produtora de canetas do Brasil. Seu crescimento explosivo explica-se pelas políticas de promoção da empresa, que mirava no mercado consumidor da cidade do Rio de Janeiro, contudo, apesar da fábrica localizar-se na Baixada Fluminense, os consumidores locais e do entorno não eram o público alvo inicial. A fábrica cresceu a ponto de que, a partir da década de 1960, a companhia consolidou-se no mercado doméstico, e a produção da companhia passou a atender a demanda nacional (MENDONÇA, 2017).

A Compactor possui uma relação muito particular com os moradores e com o entorno em que está localizada, relação esta que, de certa forma, distingue a empresa de outras instaladas neste mesmo período. Há uma simbiose entre o bairro e a fábrica, apontada por Mendonça (2017), na qual a fábrica não apenas dita o passar do tempo, com sua sirene, mas está presente em nomes de ruas e de escolas. Além disso, a empresa tinha práticas de cunho assistencialista com os seus trabalhadores, que foram se expandindo à medida que a empresa crescia. Dentre as práticas promovidas pela empresa, destacamos aquelas na área da saúde, expressa em um convênio entre a fábrica e uma clínica médica em Comendador Soares; a oferta de cursos de aprendizado profissional, sob a orientação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); uma escola para os filhos dos operários, creche para crianças mais jovens e conjuntos habitacionais (MENDONÇA, 2017). Podemos ver no caso da Compactor, que suas políticas assistencialistas suprem uma

lacuna das políticas estatais. Ao oferecer tais serviços para a população a fábrica cumpre uma função social no entorno. Esta prática da empresa, que a difere das demais analisadas, ajuda a explicar a simbiose, enxergada por Mendonça, pois ao prover creches, escolas, cursos profissionalizantes e saúde a empresa passa a ter uma aceitação social por parte dos moradores do entorno.

Outra empresa instalada neste mesmo período, no ano de 1956, é a Bayer. A presença da Bayer na região remonta às primeiras décadas do século XX, quando esta oferecia auxílio aos produtores de laranja. Porém sua inserção de fato só se efetivou na década de 1950. A empresa também foi instalada no contexto do governo de Juscelino Kubitschek, momento em que foi firmado um acordo entre o então chefe do executivo e o presidente da Bayer. Nesta negociação foram dadas as condições para a implementação de uma fábrica da Bayer, no então Distrito de Belford Roxo (CARVALHO, 2015).

A fábrica foi instalada em uma antiga fábrica nacional de ácido sulfúrico, localizada próximo à rodovia Presidente Dutra, a 45 km de distância da capital. A antiga fábrica funcionava desde o ano de 1950 e foi comprada pela Bayer no ano de 1956. A fábrica da Bayer tornou-se um pólo de atração para imigrantes do nordeste e foi inaugurada no ano de 1958, após obras feitas para adaptar a estrutura da antiga fábrica às novas funções que desempenharia. Na época de sua instalação, a criação da fábrica foi recebida como um grande passo no desenvolvimento da indústria nacional (CARVALHO, 2015). Sua criação, portanto, está em consonância com as políticas federais de fomento à industrialização da região. Podemos ver que sua implementação impulsionou a vinda de imigrantes vindos do nordeste, o que provocou um aumento populacional. Tal como a Compactor, a Bayer também teve a presença de funcionários alemães que tinham funções hierárquicas mais altas, além de treinarem a mão de obra disponível para o exercício da função.

Outra fábrica estatal, além da FNM, foi criada na Baixada Fluminense. No ano de 1961 era inaugurada a Refinaria de Petróleo de Duque de Caxias, a Reduc. A fábrica era a terceira maior refinaria do país. Sua localização foi escolhida pela Petrobras por razões estratégicas, que segundo Pierre Costa são: fácil acesso à rodovia Presidente Dutra, Avenida Brasil e a rodovia Washington Luiz; bom suprimento de água corrente; facilidade

de recebimento e escoamento do petróleo e uma grande área para instalação da refinaria. Seus efeitos no entorno, de acordo com o autor, são pequenos, pois além de uma parte considerável da mão de obra empregada na fábrica não ser oriunda de Duque de Caxias - pois não havia centros de formação na cidade para trabalhar com refinamento - o processo decisório da refinaria estava submetido à Petrobrás (COSTA, 2009). Ao contrário da Bayer e da Compactor, sua implementação não trouxe significativas alterações no entorno, o que nos mostra que as políticas federais para a industrialização, ainda que considerassem a Baixada enquanto um espaço propício para sua instalação, não tinham, necessariamente, preocupações com o desenvolvimento regional.

Alguns paralelos podem ser traçados na experiência dessas fábricas. Destacamos a experiência das Vilas Operárias, iniciativas presentes nas fábricas da Bayer, Compactor e FNM. As vilas da Bayer tinham a função de abrigar funcionários alemães em localidade próxima à fábrica, pois eram considerados essenciais para o seu funcionamento. Maicon Carvalho, em dissertação sobre a Bayer, argumenta que as Vilas foram instaladas para abrigar funcionários alemães e que a grande motivação da iniciativa estava nos serviços de transporte precários. Tornava-se necessário, portanto, garantir as condições para que os funcionários essenciais para o funcionamento da fábrica tivessem como chegar ao local de trabalho sem transtornos (CARVALHO, 2015). Por outro lado, no caso da Compactor, a companhia ofertava conjuntos habitacionais que, ao invés de restringirem-se apenas a determinados funcionários, destinavam-se a todos que tivessem as condições de arcar com o financiamento de um imóvel próprio. Contudo, o programa tinha como foco os funcionários da fábrica (MENDONÇA, 2017).

Assim como a Bayer e a Compactor, a FNM também possuía uma Vila Operária, mas seu funcionamento era diferente. Segundo Ramalho (1989), a função das vilas era manter os operários sob um “controle estrito”. Ao contrário da Bayer e Compactor, que reservavam as vagas das casas a funcionários de origem alemã ou estratégicos, a Vila da FNM era composta de brasileiros, casados e que tivessem filhos. Como vimos, a prática de vilas operárias era comum, nesse período que vai dos anos 1950 até a década de 1980, estando presente na Bayer e na FNM. Voltada para certos trabalhadores, era um espaço simultaneamente cobiçado e visto com desconfiança por alguns trabalhadores, pois morar

na vila era visto como morar no local de trabalho. A FNM também oferecia cursos com o objetivo de qualificar trabalhadores jovens para o ofício dentro da fábrica. A empresa estimulava a contratação por indicação, o que fez com que muitos familiares e colegas dos trabalhadores fossem contratados para trabalhar na FNM, formando uma rede familiar dentro da empresa. Havia imigrantes entre os trabalhadores e eles incentivaram familiares que moravam no Nordeste a imigrar para o Rio de Janeiro, onde o emprego estaria garantido (RAMALHO, 1989).

As fábricas atraíram a mão de obra imigrante que vinha para a região em busca de emprego. A escolha por supervisores estrangeiros (como era o caso da Bayer e Compactor) deu-se pela necessidade de qualificar a mão de obra disponível para o trabalho fabril. Outras estratégias foram adotadas pelas fábricas para profissionalizar seus operários, na FNM, por exemplo, oferecia cursos aos trabalhadores, além de que a contratação de familiares facilitava o processo de qualificação profissional, na medida em que os operários mais experientes desempenhavam funções de treinamento.

Como podemos ver, a instalação das empresas possui um impacto no desenvolvimento da região. Ao serem implementadas próximas às rodovias, alteram a dinâmica interna da região, muito centrada nas ferrovias. As vilas operárias servem como agentes de interiorização, ao oferecer moradia para os trabalhadores. Além disso, a presença de fábricas no entorno atrai trabalhadores para a região, o que contribui para o povoamento da Baixada. A interiorização da produção industrial e da aglomeração de trabalhadores na periferia do Rio de Janeiro, distanciou tais elementos da capital. Tal realidade contrasta muito com a imagem de cidade-dormitório da Baixada, pois podemos ver que a região possuía uma dinâmica interna particular, impulsionada pela industrialização. Uma das consequências mais marcantes deste processo, foi a vinda de imigrantes, vindos da região nordeste em busca de empregos, que chegavam na Baixada Fluminense em busca de moradia e emprego. Teve-se o início, a partir da década de 1950, de um expressivo surto populacional na região, impulsionados pelos loteamentos, instrumento pelo qual muitos trabalhadores conseguiram acesso à terra.

A abertura de um novo período econômico na Baixada, cujos princípios são dados a partir da abertura de rodovias e da instalação de fábricas na região, a partir dos anos

1950, trouxe um segundo elemento: os loteamentos de terrenos na Baixada. A relativa facilidade em conquistar uma moradia fez com que viessem trabalhadores, principalmente do Nordeste, para a Baixada Fluminense, em busca de melhores condições de vida e trabalho. O incentivo à vinda de imigrantes parecia solucionar o problema da decadente elite iguaçuana, que com o declínio da citricultura, precisava encontrar novas formas de conservar sua riqueza. A vinda de imigrantes e, conseqüentemente, os loteamentos, foram uma saída, porque resolvia, nas palavras de Linderval Monteiro, dois problemas: o primeiro era a necessidade desses citricultores de adquirirem novas terras para o plantio da laranja (que se encontravam em Niterói), a venda de terras em lotes era uma estratégia para levantar mais fundos para essa compra; o segundo era o fato de que esses proprietários precisavam de consumidores para manter funcionando o comércio local e pagar impostos ao Estado (MONTEIRO, 2016).³

Há, então algumas condições sociais que permitiram que os loteamentos fossem possíveis: o declínio da citricultura, a instalação de fábricas nos entornos das rodovias, a necessidade da decadente elite de financiar novos empreendimentos em outra região do Rio de Janeiro e, um desejo, por parte do poder local, de atrair consumidores para manter o comércio local aquecido. A conjunção de tais fatores fez possível que os loteamentos fossem uma alternativa viável para a decadente elite, servindo também como mecanismo para os trabalhadores imigrantes terem acesso à terra.

José Cláudio de Souza Alves (2020) apresenta algumas estatísticas interessantes para pensarmos neste processo. De fato, trata-se de um surto populacional. A cidade de Nova Iguaçu, se viu, de uma década para a outra, num crescente aumento de sua população que não só povoaram essa região como também serviria de mão de obra barata para os empregos no centro como também nas fábricas mais próximas. Notamos, também, que esse surto populacional ocorreu durante um período de vinte anos, de 1940 a 1960, em um ritmo intenso que diminuiu a partir da década de 1960. Período relativamente curto para um processo muito intenso e explosivo. No ano de 1940 a população de Nova Iguaçu

³ Em outro momento, Monteiro argumenta que: “O incentivo à "invasão" de imigrantes pareceu uma solução aceitável, principalmente porque tais novos personagens nada exigiram das autoridades municipais, que unicamente deveriam permitir a criação dos loteamentos e receber as verbas originárias da expansão de taxas e impostos do tipo urbano.” (Monteiro, 2016, p.48).

contava com 140.600 habitantes. Vinte anos depois, em 1960, essa população já era de 891.300 habitantes. Por outro lado, os loteamentos foram de 447 a 1.168. A terra recortou-se em milhares de lotes e a ocupação da Baixada, dada longitudinalmente às linhas férreas, passou a dar-se de forma transversal, indo para o interior da Baixada até o entorno das recém-inauguradas rodovias (ALVES, 2020)

Rodrigues traz algumas contribuições sobre as razões que possibilitaram a migração em massa para a Baixada. Apoiando-se no trabalho de Abreu (1997), Rodrigues destaca as quatro razões para o crescimento populacional na Baixada:

(...) a obras de saneamento realizadas na década de 30 pelo DNOS (através do Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense); a eletrificação da linha Central do Brasil a partir de 1935; a instituição da tarifa ferroviária única em todo o Grande Rio; e a abertura da avenida Brasil, feita por Dodsworth em 1946, permitindo desta forma a acessibilidade desses municípios ao Distrito Federal. (RODRIGUES, 2006, p. 65–66)

Rodrigues entende o surto populacional, expresso nos loteamentos, a partir das obras de saneamento feitas na década de 1930, a modernização do transporte ferroviário - com a eletrificação da linha Central do Brasil, instituição da tarifa única e da criação da avenida Brasil, no ano de 1946. As obras de saneamento (drenagem de rios e aterros) permitiram que áreas da Baixada pudessem ser exploradas para a atividade agrícola ou para a instalação de indústrias (como foi o caso da FNM). Os fatores elencados por Rodrigues, nos mostram que havia políticas no sentido de criação de uma infraestrutura que pudesse modernizar a região em consonância com a nova conjuntura econômica. Juntamente com tais fatores, entendemos que a industrialização na região também desempenhou um papel importante, pois sua implementação incentivou levas de imigrantes para a região, o que impulsionou o povoamento. Porém, o autor adverte dizendo que:

O acelerado processo de urbanização e industrialização experimentado pelo município de Nova Iguaçu bem como os outros municípios da Baixada Fluminense não foi acompanhado pela efetiva ação governamental no que se refere a uma programação de investimentos em equipamentos e serviços urbanos. Da mesma maneira, esse processo fez com que houvesse a diminuição das

oportunidades de lazer e recreação nestas localidades. (RODRIGUES, 2006, p. 77)

Ou seja, embora as fábricas tenham trazido um dinamismo para a região, que passava por uma decadência econômica, elas não trouxeram mais benefícios para a população além do emprego. Os loteamentos, processo que teve ritmos explosivos a partir da década de 1950, provocaram um aumento populacional de imigrantes, que chegaram na região. As políticas de estímulo à industrialização na região não foram acompanhadas de políticas de integração a essa população no espaço urbano. Esse processo de urbanização sem controle e planejamento, possuía problemas, que estão no cerne das agendas dos primeiros movimentos sociais que se formam na região.

Houve poucas iniciativas do governo local para adequar o espaço aos novos moradores que vinham do Nordeste e Rio de Janeiro, em busca de moradia segundo Monteiro: “Para além da retirada das laranjeiras, da delimitação e da abertura das ruas dentro dos antigos pomares, nenhuma outra intervenção foi realizada” (MONTEIRO, 2016, p. 26). Motivados pelo pequeno valor das prestações, os novos moradores enfrentam dificuldades adversas. A autoconstrução, processo no qual os moradores seriam os responsáveis por construir suas casas, atravessa os limites do terreno e engloba a “própria montagem e manutenção dos equipamentos urbanos mínimos” (MONTEIRO, 2016, p. 26). Os moradores foram responsáveis pelas obras em seus lotes, mas também pelas iniciativas de urbanização do espaço. Nessa realidade na qual viviam, emergiram lideranças populares.

Os líderes populares seriam aqueles moradores que teriam uma posição de destaque no bairro, por conta de sua capacidade de resolver problemas práticos do cotidiano. Tais líderes não estão, necessariamente, ligados à esfera do poder público, mas são capazes de mobilizar a comunidade do entorno na resolução de problemas. Dentre os problemas estariam a coleta de lixo, controle do mato, acesso a saúde, estupros e iluminação pública. Podemos ver que os líderes comunitários surgem em um contexto no qual a população que passa a habitar os lotes não possui qualquer auxílio do Estado e deve, portanto, resolver os problemas causados pelo explosivo processo de industrialização, de forma autônoma. A partir disso, Monteiro afirma que se “desenvolveu naquela periferia da antiga capital

federal um modo *sui generis* de vida” no qual há uma recusa e desconfiança, por parte dos moradores, às esferas oficiais de poder (MONTEIRO, 2016, p. 27).

A Baixada a partir dos anos 1950 era uma região formada por fábricas localizadas nas proximidades das rodovias. Espaços que eram centros locais de trabalho, empregando a população local que ou moravam nas vilas operárias, construídas próximas às fábricas, ou no entorno, em terrenos comprados durante o período de loteamentos, que abrigava casas em condições precárias e ruas sem saneamento e asfalto. Sobre a situação da Baixada neste período, a seguinte citação, do historiador Linderval Monteiro, lança luz sobre a condição na qual a população vivia:

A visão do migrante proletário que construía sozinho, ou ajudado por seus vizinhos ou parentes, uma casa no lote comprado por um preço baixo em um dos bairros formados pela junção dos loteamentos originais sobre o Estado foi sempre a de que, embora próximo dele existissem interferências públicas, essas ações estatais possuíam nenhuma ou pouquíssima relação com a vida desses mesmos migrantes. Afinal, a construção de refinarias, rodovias e até mesmo da Fábrica Nacional de Motores serviram como formas de desenvolver o município do Rio de Janeiro, mas os proletários moradores dessa periferia recuada continuaram, apesar da proximidade geográfica de muitas obras públicas, vendendo sua barata mão de obra na capital do estado. (MONTEIRO, 2016, p. 55)

De acordo com Monteiro, a interferência estatal, no sentido de industrializar a região, ainda que tivesse impulsionado a migração, não levou em conta o desenvolvimento regional. Vemos que os novos moradores precisavam construir casas nos lotes comprados, fossem sozinhos ou com a ajuda de vizinhos. A industrialização da região não foi acompanhada de uma urbanização que levasse em conta o surto populacional. Pelo contrário, a instalação de fábricas no entorno das rodovias na Baixada, teria sido motivada mais pela proximidade da Baixada com a capital do que uma preocupação com o desenvolvimento regional. Além disso, a instalação de fábricas distantes da capital incentiva a mão de obra a buscar moradias distantes da capital.

Apesar de possuir um bom número de fábricas, não eram todos os operários que conseguiam morar nas vilas e nem eram todos os moradores da Baixada que arranjavam empregos nas fábricas. Alguns dependiam dos trens para trabalhar no centro do Rio

enquanto outros conseguiam empregos precários dentro da região. As marcas do trauma social provocado pela decadência da cafeicultura ainda podiam ser vistas nas doenças epidêmicas que afetam a região: rios cristalinos se tornaram valões, graças aos dejetos que recebia, e seu cheiro, assim como sua imagem, tornavam-se referência local e um sinal do descaso que a Baixada Fluminense, como região, sofria por parte do poder público. A onda de loteamentos também contribuiu para esse quadro precário. Além desse cenário de insalubridade, as tensões sociais que se acirraram, tanto no campo quanto nas cidades, ainda pequenas, uniam-se às tensões a nível nacional e, com o golpe empresarial-militar de 1964, a violência alcança patamares ainda hoje pouco contabilizados (ALVES, 2020).

O caráter periférico do povoamento na Baixada Fluminense fez com que os moradores, em sua maioria de migrantes, buscassem alternativas próprias e estratégias locais de solução de problemas que estavam pautadas na formação de uma rede de solidariedade entre os moradores que os permitiu contornar problemas cotidianos, como os matos que cresciam na rua, a construção de uma casa ou questões de segurança pública, como estupros, roubos e assassinatos. Além disso, o recurso ao assistencialismo também foi uma das estratégias tomadas pelos moradores, numa região onde boa parte da estrutura está nas mãos de agentes privados, seja pela aceitação de matadores de aluguel para “solucionar” o problema da segurança pública, seja de políticos ou figuras locais mais proeminentes para resolver contratempos cotidianos, obras de saneamento e infraestrutura (MONTEIRO, 2016).

Para dar conta deste “caos epistemológico”, Monteiro desenvolve um termo para compreender essas estratégias de soluções de problemas que ele chama de Rede de Resolução de Problemas Práticos. Segundo Monteiro (2016), a ausência do Estado fez com que muitos moradores da Baixada estabelecessem redes de ajuda para resolverem transtornos que eram de responsabilidade do Estado, mas que por negligência foram passados para as mãos dos próprios moradores. Importante ressaltar que o recurso às soluções informais aos problemas cotidianos contribuiu para a manutenção da invisibilidade desses movimentos, o que também serve para manter o caráter localizado dessas soluções e a ausência de uma organização mais coletiva (MONTEIRO, 2016).

Efeitos da ditadura militar na Baixada Fluminense: o caso de Duque de Caxias e Nova Iguaçu

Longe de inexistirem movimentos sociais organizados, a Baixada contou com organizações voltadas para a ação política de pressão do poder público, tais como organizações sindicais nas fábricas e tímidas associações de bairro. Porém, a formação dos movimentos sociais na Baixada se entrecruza com a intervenção feita pelos governos militares. Portanto, torna-se relevante a análise dos efeitos da ditadura militar na Baixada Fluminense. Não queremos trazer as discussões sobre as razões do golpe militar, mas compreender seus efeitos na Baixada Fluminense, principalmente na região que compreende seu “núcleo duro”, Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

É importante ressaltar que a historiografia sobre a Baixada Fluminense sob a ditadura militar está em construção e as pesquisas publicadas são recentes. Em 2016, foi publicado o livro *A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar: movimentos sociais, repressão e poder local* (SALES; FORTES, 2016). Consideramos a publicação deste livro um marco na historiografia da região pois é uma das poucas publicações sobre o tema da ditadura militar na Baixada Fluminense. O livro foi organizado por dois professores do Instituto Multidisciplinar em Nova Iguaçu e tem como objetivo discutir o golpe militar de 1964 a partir de uma perspectiva que parte da análise e investigação dos atores sociais existentes na Baixada Fluminense durante o período.

A ditadura militar teve efeitos particulares na região da Baixada Fluminense. O golpe teve como função cercear as agitações sociais que se gestaram na região, frutos das contradições do desenvolvimento empreendido. Ao mesmo tempo em que eram feitas intervenções para perseguir e impedir o desenvolvimento de movimentos sociais, também havia a preocupação de deixar mecanismos que controlassem e impedissem movimentos semelhantes de se formarem novamente. Dentre os movimentos sociais que se gestaram nas décadas anteriores ao golpe podemos mencionar a formação de Associações de Lavradores, no campo, sindicatos nas jovens fábricas do meio urbano e tímidas associações de bairro. É importante ressaltar que os movimentos que surgem na Baixada são frutos das contradições do modelo de desenvolvimento empreendido na região.

Um autor central para compreendermos a ação dos militares na Baixada é José Cláudio Souza Alves, que entende que a violência possuiu um papel importante na formação histórica da Baixada. Alves entende que a violência, como conceito, é:

(...) tratada enquanto estrutura articulada de práticas, relacionada diretamente à organização de grupos, visando a maximização de ganhos econômicos, políticos, sociais e culturais mediante a imposição de sua vontade sobre os demais, recorrendo, em última instância, à agressão e à própria eliminação de quem se opõe a eles. Por mais que a imputação do ato violento, juridicamente seja individual, sua operacionalidade se insere numa rede de ações, em escala coletiva, de amplitude e diversidade que atravessam os indivíduos e ancoram-se no social (Alves, 2020, p. 10)

Para o autor, portanto, violência diz respeito a uma estrutura de poder, vinculada a organização de grupos que visavam a manutenção de poder político e econômico. Essa estrutura tem sua gênese a partir da ditadura militar. Entre os anos 1950-1960, a Baixada Fluminense foi palco de agitações sociais tanto no campo quanto no meio urbano, como, por exemplo, com as associações de trabalhadores em Magé e as greves na fábrica da América Fabril, o movimento sindical na FNM e os nascentes movimentos de bairro. O golpe de 1964 interrompeu a história e desenvolvimento dessas experiências ao prender, torturar e assassinar muitos militantes envolvidos nesses movimentos. Seguindo a tendência nacional, a Baixada Fluminense foi palco de organizações de movimentos sociais e com agitações sindicais em prol de direitos trabalhistas. A política dos governos militares sobre a Baixada se baseou em ações de intervenção direta sobre os cargos políticos tanto do executivo quanto do legislativo.

Tomando o caso dos dois municípios que historicamente têm agido como núcleo da região, Nova Iguaçu e Duque de Caxias, eles sofrem de formas particulares, com a chegada dos militares ao poder. No caso da primeira, esta seria governada por nove interventores num intervalo de quatro anos. Já a cidade de Duque de Caxias passou por um processo de intensificação e crescimento dos movimentos sociais. A FNM, instalada em Xerém, Duque de Caxias, passou por um intenso processo de sindicalização ao longo da segunda metade dos anos 1950. Por conta da presença sindical e da presença de uma refinaria de petróleo, a cidade de Duque de Caxias seria considerada, em junho de 1968,

área de Segurança Nacional, sendo o único município da Baixada a sofrer esse tipo de controle mais extremo (ALVES, 2020).

No caso do município de Nova Iguaçu, a cidade teria, num intervalo de onze anos, onze prefeitos. Apenas nos primeiros anos após o golpe, entre 1964 e fevereiro de 1969, nove prefeitos ocuparam o cargo no município. Após essa mudança intensa, a prefeitura alcançaria uma estabilidade apenas na segunda metade dos anos 1970, já num contexto de abertura democrática. A rotina política em Nova Iguaçu foi marcada por afastamentos e intervenções militares no município. Embora houvesse um discurso democrático por trás das cassações, há uma transferência do poder municipal para o partido alinhado ao governo militar. Allofs Batista entende que o golpe militar abriu o precedente, em Nova Iguaçu, para que os atores políticos locais pudessem adotar um projeto político antes impossibilitado, por conta de uma normalidade institucional. Ou seja, sob o discurso de ameaça comunista e imoralidade administrativa, certos grupos políticos tinham respaldo para perseguir e cassar o mandato de adversários (BATISTA, 2014; 2016)

Enquanto a Câmara Municipal passava por intensas alterações e indeterminações, a chegada do bispo Dom Adriano Hypólito na diocese de Nova Iguaçu, no ano de 1966, representou uma mudança na postura da igreja católica na região. Influenciado pela Teologia da Libertação, sua prática pastoral se confunde com a prática política, entendendo a libertação enquanto a “conquista de direitos e de autonomia do próprio povo” (GOMES, 2016, p. 107). O bispo transformou a diocese em um espaço de proteção para militantes, que fugiam da vigilância e perseguição dos militares, ao mesmo tempo que, através de organizações de base, atuava para politizar a população e formar os primeiros quadros do que viria a ser, a partir de 1974, o Movimento de Amigos de Bairro (SILVA, 1993). Por conta disso, foi alvo de vigilância da ditadura, tendo sido sequestrado, em 1976, e em 1978 sofreu um atentado à bomba.

O MAB também seria alvo da ditadura, principalmente de ações de vigilância, que consideravam que o movimento tinha um potencial subversivo e desestabilizador. O MAB era visto como um personagem passivo diante da influência tanto de militantes de esquerda, que se deslocavam para a Baixada quanto pela Diocese de Nova Iguaçu, que exercia, de acordo com a inteligência militar, uma função de organizadora e planejadora

dos movimentos (SÓTENOS, 2016). Essa leitura do movimento, contudo, não poderia estar mais equivocada, pois a Diocese trabalhou no sentido de proporcionar uma autonomia ao movimento, exercendo uma função mais ligada à proteção aos diferentes militantes e moradores do que de orientação e condução (SILVA, 1993).

O MAB foi um movimento de bairro que, em suas próprias palavras, descreviam-se da seguinte forma: “Os grupos de Amigos do Bairro formam um movimento que tem o sentido de lutar pelo bem social de todos, por uma vida melhor e mais digna” (SILVA, 1993, p. 52). O movimento tinha como objetivo combater e denunciar a precariedade da vida na Baixada, expressa na situação sanitária calamitosa: esgotos a céu aberto, subnutrição e doenças endêmicas. Problemas que motivaram tanto moradores locais como membros da diocese de Nova Iguaçu a organizarem-se politicamente. Embora a Baixada já tivesse contado com movimentos de bairro nos anos 1950⁴, seria apenas em 1974 que o MAB aparece enquanto um movimento com identidade e pautas próprias.

As narrativas sobre a origem do grupo variam: por um lado, Silva (1993) entende que o movimento se constituiu em 1974; porém, de acordo com os órgãos de repressão e imprensa, o surgimento do MAB só ocorreu a partir da segunda metade da década de 1970. Tomando o depoimento de alguns membros do MAB como critério, vemos que as origens do MAB remontam a década de 1960, com o Congresso do Centro Pró-Melhoramentos de Nova Iguaçu. Para Abner Sótenos (2016), tal memória dos membros, revelaria “os elementos do associativismo local, o qual, reprimido pelo golpe de 1964, não se deixou extinguir e encontrou no pós-1974 outras formas de rearticulação com a igreja e com os inseridos da esquerda.” (SÓTENOS, 2016, p. 65)

Entendemos, portanto, que o golpe de 1964 criou uma conjuntura política que interrompeu a organização de movimentos locais de bairro na Baixada Fluminense, pois a

⁴ “A população de Nova Iguaçu tem uma certa tradição de luta pela obtenção de serviços urbanos. Já em 1945, há tentativas isoladas de organizar a população com esse propósito. Em 1950, formam-se as primeiras associações de bairro. À medida que o clima local dos últimos anos de populismo (1958-1964) estimula um fértil debate político por toda a sociedade, o movimento de bairros se expande: são os chamados Movimento das Associações Pró-Melhoramentos de Bairro, Centros Pró-Melhoramentos de Bairros. Em 1960, esses grupos chegam a realizar um Congresso dos Centros Pró-Melhoramentos de Nova Iguaçu, que, posteriormente, o MAB acampa como sendo o primeiro Congresso do Movimento Amigos dos Bairros de Nova Iguaçu. O Congresso posterior do Movimento mobiliza muitas associações de bairro e obteve algumas concessões da Prefeitura. Não é uma Federação. O partido que está à frente desse Movimento é o PCB (Partido Comunista do Brasil) antes da sua subdivisão em 1962 (SILVA, 1993, p. 27-28).

vontade e necessidade de organização popular em torno da realidade que se desdobrou do modelo de desenvolvimento impulsionado pela industrialização na região. Porém, embora haja discordâncias quanto às origens do grupo, entendemos que a busca por um fato é menos importante que a compreensão das condições sociais que permitiram a formação do MAB. Portanto, entendemos que a formação do MAB, tal como o conhecemos, ocorreu a partir da década de 1970. E seu surgimento deve-se, principalmente, às ações das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), cujas ações de organização das bases serviram como agente organizador dos moradores da Baixada.

O golpe militar de 1964 impede uma organização mais ampla dos movimentos sociais, o que reduz às suas ações a esforços isolados, sem a amplitude que possuíam antes do golpe. Nesse contexto, a Igreja Católica, representada pela diocese de Nova Iguaçu e liderada pelo bispo Dom Adriano Hypólito, passa a atuar no sentido de subsidiar e auxiliar os movimentos sociais nesse contexto de perseguição. A diocese e as CEBs servem como entidades guarda-chuva, acolhendo militantes e ativistas de esquerda num contexto de perseguições. As Comunidades Eclesiais de Base são uma representação desse esforço do bispado de Adriano em, ao mesmo tempo que protegia aqueles militantes perseguidos, dava espaço e condições para que os movimentos de bairro pudessem crescer e conquistar sua autonomia. As CEBs atuaram no sentido de politizar aqueles moradores que comporiam os quadros do MAB, o que fez com que muitos dos primeiros líderes do MAB fossem oriundos das CEBs (SILVA, 1993).

A década de 1970, principalmente a partir de 1974, é de retorno dos movimentos sociais. Nesse contexto nacional o MAB é mais um destes movimentos que se ampliou. Segundo Silva (1993), o movimento toma proporções maiores quando dois médicos que atuavam na região percebem que ações paliativas, como atendimento gratuito e cursos para a população, não eram suficientes em meio a um ambiente insalubre, com esgotos a céu aberto, mortalidade infantil e subnutrição. No ano seguinte, ambos os médicos foram contratados pela Cáritas Diocesana para desenvolver um programa de higiene em Cabuçu (SILVA, 1993). O curioso no movimento é que apesar da forte influência das CEBs, que prepararam o terreno e deram as condições para a formação do movimento, elas não

disputam seu controle. O MAB, portanto, conquistou e desenvolveu sua própria autonomia ao longo de seu processo de constituição.

Em 1977, o movimento conquistou um novo grau de autonomia e de auto-reconhecimento, ao identificar-se como um movimento coletivo com um projeto político definido. No ano seguinte, já possuindo uma coordenação, a Cáritas afasta-se cada vez mais na medida em que o movimento ganha corpo próprio (SILVA, 1993). O MAB também participou ativamente do processo de abertura política, articulando-se com outros movimentos do Rio de Janeiro, informando à população local sobre os acontecimentos e declarando apoio às causas em outras partes do país. Membros do movimento também foram favoráveis para a criação de uma sede do Partido dos Trabalhadores, no que ficou conhecido como Movimento Pró-PT, o que mostra a inserção do MAB, não apenas na região da Baixada (especificamente Nova Iguaçu, que na época ainda abarcava Mesquita, Belford Roxo, Japeri e Queimados), mas na conjuntura política nacional de abertura política (SÓTENOS, 2016).

Numa análise social do movimento, ele é visto enquanto uma conjugação do trabalho de base das CEBs junto com a experiência de liderança dos militantes que vinham de fora. Essa união entre lideranças locais, oriundas dos trabalhos das CEBs, e de lideranças de fora, com maior conhecimento técnico e teórico, constitui, no entendimento de Silva, uma contradição dentro do movimento:

Na prática essa divisão mão-cabeça, historicamente, vai permanecer no MAB. Ela mantém a situação de domínio do saber sobre a atividade-prática, reproduz a divisão social do trabalho própria ao sistema capitalista: uns pensam, outros executam. A direção, aquele que está no poder, pensa; os dirigidos executam (...). Os intelectuais, sem uma maior inserção na massa, continuam dependendo da base para mobilizar. A base, despreparada, continua dependendo dos intelectuais para refletir, teorizar a própria prática. Quando o divórcio entre intelectuais e base acontece, o Movimento se esvai. (SILVA, 1993, p. 38)

A organização interna do MAB estava estruturada de forma a reproduzir uma divisão social do trabalho, na qual uns pensam e planejam as ações do movimento

enquanto outros a executam. Nessa relação, os intelectuais precisam da base para mobilizarem suas pautas da mesma forma que as bases precisam dos intelectuais para refletirem a própria prática. Por conta dessas contradições e do modelo de organização adotado, o desenvolvimento da MAB desemboca em disputas internas e a organização se esvai, no exato sentido da palavra, entre os anos 1991-1992 (SILVA, 1993). Essa breve exposição sobre os movimentos sociais na Baixada não se propunha a esgotar o assunto, apenas destacar a trajetória e objetivos tanto do MAB quanto dos movimentos mais espontâneos, analisados por Linderval Monteiro.

Ao compararmos a experiência do MAB com a das lideranças locais, que aparecem em vários bairros na Baixada, vemos alguns pontos em comum. Ambas as experiências nascem das demandas locais por políticas de urbanização e saneamento que tragam qualidade de vida para a população no entorno. Tal realidade que os movimentos combatiam, era fruto do modelo de desenvolvimento adotado na região desde a década de 1950, quando se deu o início de um processo de industrialização na Baixada. Contudo, um traço distintivo entre tais experiências é que o MAB é um movimento mais centralizado e organizado, ao passo que as lideranças populares restringem-se aos bairros, observamos que a presença das CEBs na formação do MAB cumpriu um papel importante neste processo de gestação do movimento.

Ao comentar sobre o fim da intervenção militar, no contexto da ditadura, na Baixada Fluminense, José Cláudio Alves revela o que seriam os interesses dos militares para a região da Baixada:

A intervenção militar no poder local da Baixada chegava, assim, ao seu fim, radicalizando alguma de suas principais práticas, o terrorismo e a ilegalidade. Voltavam-se contra os setores sociais que pela primeira vez, ao longo de duas décadas, se insubordinavam frente ao aparato de dominação montado para esfacelar as oposições e instalar seus aliados à frente das máquinas clientelísticas e dos mecanismos ilegais de obtenção de recursos. Nessa transição, o que estava em jogo para os militares não era tanto a perpetuação da sua tutela, mas a continuidade dos mecanismos que haviam montado. (Alves, 2020, p. 159)

Vemos, a partir deste trecho, que com a transição do período militar para o do estado de direito, o objetivo dos militares, num quadro mais amplo de distensão lenta, gradual e segura, era o de assegurar a manutenção dos mecanismos de repressão, agora com outros instrumentos. Adaptados para a nova realidade que estava se formando. Com isso, muitas figuras, notórias por sua reputação de "matadores", candidataram-se a cargos políticos e foram vitoriosos (ALVES, 2020). A partir desta ocupação do Estado, via eleitoral, as estruturas formadas durante a ditadura militar teriam uma continuidade.

Como vimos, na Baixada pipocavam movimentos sociais que mais do que expressões das realidades locais eram também pautados nas grandes questões sociais e políticas que marcaram a década de 1960: a reforma agrária e a luta por direitos trabalhistas. Além das intervenções nos cargos municipais, a ditadura militar trouxe de volta, em 1968, os esquadrões da morte, responsáveis por milhares de execuções sumárias, que além de toleradas, eram incentivadas e cuja cifra total é difícil de ser quantificada. As ligações entre esses grupos e a política militar são estreitas e se confundem entre si formando uma rede conjunta com comerciantes locais que eram voltadas para execuções sumárias e "justiçamentos" (ALVES, 2020). O poder dos comerciantes locais se fortaleceu com a ditadura, na medida em que passaram a ocupar cargos políticos no legislativo e executivo municipal. Eles também passaram a somar essa ocupação nos cargos com práticas assistencialistas (MONTEIRO, 2016).

À medida em que o processo de transição se efetiva, os cargos públicos na Baixada saem das mãos de interventores para figuras públicas que combinam práticas de clientelismo, personalismo e violência. Dentre algumas práticas clientelistas, podemos citar a distribuição de alimentos, oferta de serviços gratuitos ou de vagas em escolas e creches. Concomitante às práticas clientelistas, novos esquemas de poder também surgem e se fortalecem com o advento da política e orientação do neoliberalismo na Baixada Fluminense. O personalismo pode ser entendido como a capacidade com que os nomes e reputações desses políticos locais por si só são capazes de mobilizar medo, consentimento ou votos, como o caso de Maria Lúcia Santos, que se elegeu prefeita por ter sido esposa do então falecido Joca, líder popular local do atual município de Belford Roxo que tinha fama

de ser um matador. A prática de violência consiste na coerção ou execução seja de considerados “bandidos” ou daqueles que recusaram a cooperar.

A violência perpetrada pelos grupos de extermínio teria facetas mais descentralizadas a partir dos anos 1980, com um distanciamento da prática policial e a presença de intermediários. Para Alves, isso configurava uma autonomização desses grupos de extermínio na medida em que se consolidava um mercado de execuções na região. Em 1990, a violência na Baixada chegaria ao seu patamar mais alto. Apesar dos esforços dos governadores do Rio de Janeiro, a garantia da impunidade manteve a máquina de execuções a todo vapor (ALVES, 2020). Nos anos 1990, com o fracasso das políticas dos governadores anteriores, somado ao clima de impunidade, muitos dos matadores, já conhecidos através das investigações e da imprensa, iriam candidatar-se a cargos públicos. Apesar de tentativas para combater a violência na Baixada, os indicadores de homicídios continuaram a aumentar e a região, a partir da segunda metade dos anos 1990, passou a ser um local afastado e “seguro” para o tráfico de drogas (ALVES, 2020). Com a derrota, a nível estadual do PDT, Marcello Alencar, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), passa a agir num sentido diferente. Sabendo que sua base de apoio são os mesmos matadores, o governador age no sentido de mudar a imagem que se tem da Baixada, querendo vendê-la como uma região de progresso econômico. Isso através de obras públicas, como a criação da Via Light e de *Shoppings Centers*, que servem para atrair investimentos e consumidores, principalmente da classe média. Nos jornais, a violência cede espaço para novas obras e investimentos públicos, voltando ao centro da mídia apenas em casos de chacinas (ALVES, 2020).

A hegemonia dos grupos de extermínio começa a se alterar a partir dos anos 2000. Depois disso os índices de homicídios sofreram uma queda, até voltarem a subir no ano de 2012. Alves (2020), em prefácio à segunda edição do seu livro *Dos barões ao extermínio*, trata das mudanças na violência na Baixada Fluminense depois desse fato (2020). A década de 2010, na Baixada, é de conflito entre facções criminosas, o aparato ilegal do Estado e as milícias, que disputam pelo mercado de drogas na região. Em meio ao clima de violência, a Diocese de Nova Iguaçu e o Fórum Grita Baixada lançam o documento *Um Brasil dentro do Brasil pede socorro*, denunciando o estado atual da violência na Baixada.

Mais do que denunciar, o documento oferece soluções para a questão da violência na Baixada tanto para a esfera estadual, quanto na municipal e federal.

A violência e sua posituação: notas sobre um debate

O autor Linderval Monteiro discorda da hipótese de José Souza Alves, de que a população teria assistido às práticas de violência de forma passiva. Para Monteiro a posituação dos justicamentos e execuções entra em choque com a hipótese de Alves, pois nas palavras dele a hipótese “fundamenta-se em dados corretos”. Porém: “Pena que na formulação de tal hipótese a população da Baixada Fluminense não tenha sido ouvida, e fatos bastante palpáveis têm sido desprezados entre esses se destacando a grande aceitação popular dos ‘prefeitos matadores’” (MONTEIRO, 2016, p. 45). O autor continua e diz que a hipótese de José Alves releva a população um papel de agente passivo ou apenas de "vítima".

Tanto a pesquisa de Monteiro (2016) quanto a de Alves (2020) são importantes para compreendermos a formação histórica da Baixada. Ao entender a violência enquanto traço estrutural na formação do território, Alves entende que ela tinha uma função social de controlar a população local e manter os mesmos grupos políticos no poder. Uma observação da formação histórica da região nos mostra a realidade que a industrialização trouxe para a região ao impulsionar os loteamentos. A forma com que tal aumento se deu motivou a formação de associações de bairro que tinham como pauta saneamento e organização das áreas ao redor. Tais contradições se tornaram mais intensas no momento anterior ao golpe militar e a intervenção militar no local produziu os efeitos de perseguição e execução da população local. José Alves se baseia na análise de bibliografia sobre a baixada e do acervo levantado pela diocese de Nova Iguaçu sobre a violência na região. Por outro lado, Monteiro supre uma lacuna importante ao trazer o depoimento de moradores que vivenciaram esse processo. Há, portanto, um choque entre uma visão estrutural da formação do território e outra baseada nos depoimentos dos moradores.

Linderval Monteiro, na conclusão de seu livro, desenvolve reflexões sobre a convivência do morador da Baixada com a violência. Ao refletir sobre o que seria

cidadania para os “baixadenses” e como ela se relaciona com a violência, o autor diz que está relacionada com o alcance de direitos de forma autônoma, sem a ajuda e auxílio de “interesseiros”. Para alcançar essa condição de cidadão, os moradores devem organizar-se em torno de lideranças comunitárias, trocar votos com políticos locais em troca de obras ou aceitar as execuções. Ou seja, a ação dos matadores, pode ser até repudiada, mas é vista como um mal necessário, pois na ausência de um estado para garantir a segurança pública, a única opção viável seria, então, a segurança feita por um agente privado. Daí que, para os moradores da Baixada “o resultado dos assassinatos (a eliminação imediata do risco de assaltos, furtos e estupros no bairro) resolve um problema crônico nas periferias de cidades da Baixada Fluminense, ou seja, a insegurança pública” (MONTEIRO, 2016, p.225)

Nossa posição sobre esses debates é mista: concordamos com a hipótese de Alves, de que a violência desempenhou um papel na formação da região. Ao mesmo tempo que reconhecemos a contribuição de Monteiro para a construção do conhecimento sobre a Baixada. No nosso entendimento, avaliar os “justiçamentos” como algo positivo trata-se de um equívoco metodológico. Pois, isto significa que a interpretação da realidade se deixou levar pelos depoimentos. Nossa leitura deste debate foi feita à luz da categoria de *experiência* (THOMPSON, 1981) que convida os historiadores a pensarem as relações entre elementos estruturais da sociedade e nas formas como eles são compreendidos e entendidos pelos homens e mulheres. Com base nisso, entendemos que a posituação dos “justiçamentos” pode ser entendida enquanto uma forma daquela população racionalizar sua existência. A convivência com grupos de extermínio que agem como poder local coloca a população em um estado de alerta, que precisa, então, desenvolver mecanismos para não tornar-se um alvo. Além disso, a aceitação dos “justiçamentos” como a solução de problemas de insegurança pública nasce da incompreensão da dinâmica das contradições desenvolvidas pelo processo de industrialização e povoamento periférico da região. A partir disso, podemos ver o papel das CEBs na gestação do MAB, pois não apenas a diocese protegia os militantes perseguidos, mas tornava-se um espaço de politização da população local.

Em nossa perspectiva, Monteiro avança nos estudos da Baixada ao mostrar as formas com que a população “baixadense” ressignifica a sua convivência com a violência,

uma realidade da qual os moradores têm pouco ou nenhum poder decisório. Contudo, apesar de seu trabalho estar recheado de depoimentos dos moradores, outros, como Gil Marques, assassinado por ter se recusado a oferecer sua influência local para a candidatura de Joca, não podem mais ser entrevistados (ALVES, 2020). Concluimos, portanto, que a violência é uma estrutura de poder, cuja presença na Baixada Fluminense criou raízes mais fortes durante (e a partir) a ditadura, convivendo com essa realidade, os moradores criam estratégias e discursos para racionalizar suas experiências e situação social.

A Baixada Fluminense possui uma dinâmica social marcada pela industrialização em ritmo intenso, que impulsionou um surto populacional na região, de imigrantes vindos da região nordeste em busca de emprego. Embora houvesse políticas para fomentar o desenvolvimento da indústria nacional, tais iniciativas não foram acompanhadas de políticas que integrassem essa leva de trabalhadores ao espaço urbano, o que gerou problemas locais, muita das vezes solucionados pelos próprios moradores. Os movimentos sociais que se formam na região, possuem como agenda o saneamento e urbanização da região, bem como a oferta de serviços no local. Os moradores da Baixada conviveram com grupos de extermínio que tinham uma função social de cercear e perseguir dissidências e organizações populares. Por outro lado, esses grupos, aliados ao poder local, tinham práticas assistencialistas, o que gerou um sentimento de aceitação, por parte de alguns moradores, das práticas violentas perpetradas por esses grupos. Entendemos que tal aceitação foi um mecanismo que os moradores encontraram para dar sentido a sua existência ao mesmo tempo em que conseguiam ter suas demandas atendidas, ainda que parcialmente.

Podemos resumir a dinâmica da Baixada da seguinte forma: a Baixada é uma região formada por trabalhadores imigrantes da região norte e nordeste do país, que tiveram que se adaptar a condições adversas e a conviver com a sombra de grupos de extermínio. A aceitação, por parte de alguns dos moradores, é uma estratégia de sobrevivência para lidar com a realidade à sua volta. Embora muitos trabalhadores dirijam-se ao centro do Rio de Janeiro para trabalhar, há espaços de emprego dentro da região. A partir da análise empreendida torna-se infundada a ideia de Baixada enquanto cidade-dormitório, pois a região possui uma realidade própria que não se resume ao

movimento pendular dos trens. A partir dos anos 1990, novos processos ocorrem na região, porém, não alteram a dinâmica interna.

Novos processos: emancipações, economia e expansão universitária

A Fundrem foi extinta no ano de 1989, entretanto, apesar de seu fim, sua definição de Baixada continuou pautando os debates acadêmicos subsequentes (SILVA, 2013). Contudo, a Baixada continuou sofrendo transformações e processos que são novos, dentre eles destacamos as emancipações, a liberalização da economia, que afetou a composição da classe trabalhadora da região e a expansão universitária com a criação de Instituições de Ensino Superior tanto públicas quanto privadas dentro da região. Vejamos, a seguir, as emancipações que ocorreram na Baixada Fluminense.

A Baixada teve duas ondas de emancipações, que ocorreram em conjunturas, tanto nacionais quanto internacionais, completamente distintas entre si. A primeira leva foi durante os anos 1940, quando os municípios de Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti se emanciparam. Na época, este processo estava relacionado ao esforço de instalar indústrias na Baixada (SIMÕES, 2006). A partir dos anos 1990, as emancipações na Baixada explicam-se tanto pela presença de movimentos sociais de bairro quanto pelas possibilidades jurídicas abertas com a promulgação da Constituição de 1988. A centralidade de Nova Iguaçu e o abandono das áreas no entorno fortaleceu os movimentos emancipatórios. A criação de novos municípios permitiria a prestação de serviços públicos voltados especificamente para uma parcela que já vinha sendo ignorada.

Depois de um longo intervalo sem emancipações e algumas tentativas, a partir da segunda metade dos anos 1980, no bojo tanto do processo de redemocratização quanto da promulgação da nova constituição federal, a Baixada passa por uma segunda onda de emancipações. Os distritos são emancipados a partir de Projetos de Lei e as eleições municipais concluem e legitimam este processo. Sendo assim, no ano de 1990, Belford Roxo é emancipada. No ano seguinte, 1991, tanto Queimados quanto Japeri são emancipadas e apenas mais tarde, no final da década, em 1999, após uma longa batalha

judicial, nasce o município de Mesquita. Este processo contou com associações políticas locais, que visavam alcançar a emancipação do distrito (SIMÕES, 2006).

No município de Belford Roxo, Joca é um agente central neste processo, tendo sido eleito como primeiro prefeito da cidade. A cidade também contou com outros atores como moradores, membros de associações de bairro e políticos tradicionais. O município de Queimados contou com um grupo político, chamado Associação dos Amigos para o Progresso de Queimados (AAPQ), grupo construído com o objetivo de garantir a emancipação do movimento. Era composto tanto por lideranças tradicionais quanto populares e após a criação do município, e a chegada do período eleitoral, o grupo desfez-se, pois cada parte iria buscar suas próprias representações políticas (SIMÕES, 2006). Japeri também contou com uma associação tanto de lideranças populares quanto de líderes tradicionais que visavam a emancipação do distrito. Simões nota que, nos casos de Japeri e Mesquita, o discurso político que buscava legitimar a emancipação baseou-se na articulação de uma relação entre o “nós” e o “outro”. Sendo o nós entendido como o distrito e o outro como Nova Iguaçu. No caso de Japeri, o que legitimou foi um discurso sobre o medo de uma submissão a este outro, enquanto que para Mesquita se caracterizou como uma negação do outro, isto é, Nova Iguaçu. Em ambos os casos os discursos foram bem sucedidos.

Somado aos processos de emancipações, que configuraram a Baixada enquanto uma *cidade estilhaçada*, nas palavras de Simões (2006), a Baixada, e especificamente Nova Iguaçu, passam a sofrer alterações em seu espaço urbano. Como mostrou José Cláudio Alves, com a mudança de governador na segunda metade dos anos 1990, a imagem desejada para a Baixada deixa de ser aquela da violência e passa a ser a do progresso econômico, o que torna a região mais atraente para certos investimentos. Na segunda metade dos anos noventa, o município de Nova Iguaçu vai receber obras de infraestrutura, com a criação da RJ-081, chamada de Via Light, e obras voltadas para a criação de centros comerciais, como o *Top Shopping*.

No caso de Nova Iguaçu, pesquisas recentes (FRADE; SILVA, 2018) apontam para um processo de reestruturação, com a expansão do setor imobiliário, principalmente aquele voltado para um público mais abastado, acompanhada de um crescimento na oferta de

serviços para essa população mais *exclusiva* na Baixada, como por exemplo, a criação de um segundo *shopping center*, mais próximo dessas residências de luxo. Este processo de elitização do espaço urbano de Nova Iguaçu, começa a partir dos anos 2000, muito influenciado pelos investimentos feitos nos últimos cinco anos, como também por uma crescente positividade da região, que passa a atrair uma parcela mais abastada. A partir de 2007 este processo se intensifica (ROCHA, 2019).

Sobre a economia da Baixada no período que sucedeu os anos noventa. Manuel Simões nos fornece importantes subsídios. Ao analisar o PIB da Baixada, o autor encontra alguns aspectos em comum aos municípios que a compõem, dentre eles a grande presença do aluguel, corroborando para a imagem negativa de cidade dormitório, mas também a presença, em alguns municípios, tanto da construção civil quanto da indústria, como o caso de Queimados e Belford Roxo. No entanto, ao analisar o PIB de Nova Iguaçu, Simões atenta para o fato de que, embora a leitura inicial do PIB apresente a presença dos aluguéis e da construção civil, a dinâmica do município é diferente. Enquanto nos outros municípios, a grande presença do aluguel no PIB indica uma estagnação econômica, no caso de Nova Iguaçu isto se dá a um “dinâmico mercado imobiliário voltado para os negócios no centro da cidade” (SIMÕES, 2006).

Embora as emancipações tenham feito com que Nova Iguaçu perdesse parte de seu parque industrial, o município ainda conta com indústrias. Contudo, tanto Nova Iguaçu quanto a Baixada como um todo passaram por um processo de reestruturação (SIMÕES, 2006). Sobre isto, Rodrigues afirma que no início dos anos 2000, Nova Iguaçu se destaca como um centro comercial, hospedando comércios atacadistas e varejistas, mas também oferece serviços como construção civil, transportes, aluguéis e instituições financeiras, o que conferia ao município uma posição de ofertador de serviços, um pólo, dentro da Baixada Fluminense (RODRIGUES, 2006). Além de empregar pouca mão de obra, os principais serviços ofertados eram, em 2004 no setor de serviços e comércio (RODRIGUES, 2006).

A presença da mão de obra no setor de serviços, uma tendência nacional que ocorreu durante o período dos anos 1990-2010 (Pochmann, 2012), e que também se fez presente na economia da Baixada Fluminense, está intimamente relacionado a um processo

mais amplo, e longo, de desindustrialização da economia brasileira. Processo este que começou na década de 1980 e se aprofundou a partir da década de 1990, com a mudança no padrão de desenvolvimento da economia e a consolidação do modelo liberal-periférico (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007), no qual a economia brasileira passou por um intenso processo de reprimarização, isto é, suas principais atividades econômicas passaram a se concentrar no setor primário, liderados, na conjuntura aqui abordada, pelo agronegócio.

Por desindustrialização entende-se que é um processo no qual a indústria passa a participar menos na geração de empregos e valor o que não significa, necessariamente, que a indústria, como um todo, deixa de existir ou se expandir, mas que sua participação na economia, medida através da quantidade de empregos gerada, diminui (OREIRO; FEIJÓ, 2010). Isto indica que a dinâmica da economia que se desindustrializa orienta-se para direções distintas. Observam-se duas formas de desindustrialização: uma positiva, que ocorre em países desenvolvidos. Neste caso, o setor industrial dessas economias atinge um padrão de maturidade e produtividade que permite a estrutura produtiva e de empregos deslocar-se no sentido de expandir e modernizar os serviços (CANO, 2012). Há, também, uma forma negativa para este processo, comum em países em desenvolvimento, onde o eixo da economia desloca-se para a exploração e exportação dos recursos naturais, neste caso, a indústria perde espaço para atividades do setor primário. Oreiro e Feijó (2010) e Cano (2012) argumentam que este processo está intimamente relacionado com a crise econômica dos anos 1980. Com a crise do modelo de substituição de importações, a partir da década de 1980, e a adoção das políticas neoliberais, com os governos Collor e FHC, a abertura dos mercados nacionais para a concorrência resultou numa perda da participação da indústria concomitante a uma reorientação da economia para atividades no setor primário, processo este entendido como reprimarização da economia (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

O terceiro e último processo recente na história da Baixada refere-se à expansão universitária. Desde os anos noventa, em especial a partir de 1998, a Baixada viu crescer dentro do seu próprio território a oferta de ensino superior, em sua maioria do ensino privado. A partir da década de 2000, o número de alunos da Baixada no ensino superior

umenta. No conjunto da Baixada Fluminense, quase cem cursos foram criados dentro de universidades particulares, enquanto que do lado público apenas cinquenta e sete. Além da maior oferta por parte das instituições privadas, o número de alunos frequentando essas instituições é quase três vezes maior do que os alunos que frequentam as universidades públicas da região (ALMEIDA, 2016). O que nos mostra que essa expansão deu-se de forma desigual, havendo um crescimento muito maior de oferta de cursos de ensino superior por instituições privadas do que públicas. A temática envolvendo a expansão do ensino superior público, a dinâmica de seu desenvolvimento e seu processo de formação na Baixada Fluminense, exige uma abordagem e exposição mais detalhada.

Considerações finais

Este capítulo teve como objetivo debruçar-se sobre a região da Baixada Fluminense a partir de seus debates conceituais, sua produção historiográfica e aspectos históricos e sociais de sua formação. Na primeira seção, debatemos o termo Baixada Fluminense a partir de seu significado e dos limites espaciais que a região pode ter. Concluímos que, apesar da região possuir uma formação histórica muito centrada na história da antiga Iguaçu, sua definição administrativa, formulada a partir de meados dos anos 1970, expande o conceito para abranger mais municípios. Isto se dá devido ao fato da dinâmica social da região afetar o entorno. Portanto, nossa definição de Baixada, ainda que atrelada à definição mais corrente, não ignora que a região possui uma influência sobre o entorno. Tal influência explica a polissemia do conceito de Baixada.

Na segunda seção, realizamos uma breve investigação acerca da formação histórica da região, longe de almejar esgotar o assunto, as discussões realizadas voltaram-se para entender aspectos da dinâmica social que se formou na região, sobretudo a partir da década de 1950. Torna-se evidente, com base nessa análise, não apenas o caráter periférico da região, cujo povoamento deu-se sempre às margens dos caminhos que levavam os bens (ou pessoas) até a capital do estado, mas também a presença majoritária de trabalhadores na região. Até a queda da citricultura a mão de obra era, em sua maioria, composta por trabalhadores rurais, que tinham emprego ou diretamente relacionados à atividade rural ou

indiretamente, em áreas mais logísticas como carregamento do transporte para escoamento. Com a queda da citricultura e a crescente industrialização, o perfil da mão de obra passou a conter operários que trabalhavam nas muitas fábricas que se instalaram na região. Sabemos também que muitos trabalhadores possuíam empregos no centro do Rio de Janeiro, usando os trens como meio de transporte, consolidando assim uma visão de cidade-dormitório à Baixada. Com a liberalização da economia, somada à crescente perda de influência do setor industrial na economia, a mão de obra da Baixada, atualmente, é composta por sua maioria de trabalhadores do ramo do comércio e serviços, tendo este último se expandido consideravelmente e com a recente expansão interna, principalmente de Nova Iguaçu, com a construção de dois *shoppings centers* e empreendimentos imobiliários para a classe média, uma parte da classe trabalhadora da Baixada é absorvida por esses setores.

O que podemos concluir, da análise deste processo e suas implicações na Baixada é que a região é historicamente constituída por trabalhadores, que atuam seja nos postos de emprego próximos, seja na capital do estado. De qualquer forma, apesar da recente elitização do espaço urbano, a Baixada ainda constitui-se como uma região formada por trabalhadores. Com as transformações e processos recentes na economia brasileira, a Baixada atualmente possui uma classe trabalhadora cuja maioria está empregada nos setores de serviço, o que por sua vez significa que os beneficiários da política de interiorização das universidades públicas na Baixada são os filhos destes trabalhadores, temos, portanto, um esboço parcial do perfil do alunado.

CAPÍTULO II

As políticas públicas de expansão do ensino superior público nos governos Lula e Dilma

Na ocasião do segundo turno das eleições presidenciais de 2018, uma corrente virtual de universitários percorreu as redes. Ela consistia em tirar fotos com as placas das universidades e publicá-las, o que todas tinham em comum era a presença do nome do candidato Fernando Haddad, que na época de criação das placas era o Ministro da Educação⁵. Mais do que um elogio à figura política do candidato, que entrou na corrida eleitoral tarde demais, a manifestação tinha como objetivo ativar uma memória sobre o significado dos governos Lula. Porém, tampouco esta corrente, quanto às manifestações que ocorreram ao longo daquele ano foram suficientes para impedir a vitória do outro candidato. Porém, o que nos importa é ressaltar que tal referência alude a um processo que ocorreu na primeira década dos anos 2000: a expansão do ensino superior.

Este capítulo tem como objetivo analisar as principais políticas públicas para a expansão do ensino superior público no Brasil durante os governos Lula e Dilma. Não pretendemos ignorar a presença, proporcionalmente maior, do ensino superior privado, porém daremos maior enfoque nos efeitos que tais políticas tiveram no setor público, em especial o federal. Também não é nossa intenção esgotar o assunto, mas entender como as

⁵ Rede Brasil Atual 19/10/2018. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2018/2018/10/jovens-viralizam-nas-redes-com-fotos-de-placas-universidades-criadas-por-haddad/> (Acesso 19/05/2021)

políticas públicas dos governos Lula e Dilma afetaram as universidades públicas brasileiras. Escolhemos trazer, neste capítulo, uma literatura acadêmica e crítica sobre as políticas públicas dos governos Lula, ao invés de abordar os embates sobre sua implementação, pois entendemos que uma exposição exaustiva sobre as querelas envolvidas na implementação do Reuni afetaria o desenvolvimento e entendimento do texto. Deixaremos, contudo, a análise da implementação do Reuni na UFRRJ para outro momento mais pertinente.

Sendo assim, o capítulo está dividido em três subcapítulos: no primeiro abordamos a clivagem entre o ensino superior público e privado, da formação desta relação até políticas mais recentes. No segundo subcapítulo trataremos das políticas públicas para a educação superior nos governos Lula e Dilma. Daremos maior atenção às políticas empreendidas no mandato do governo Lula, pois elas serviram de plataforma para as políticas posteriores de Dilma. Por último, no terceiro subcapítulo, abordamos o desenvolvimento do ensino superior na Baixada Fluminense. Ao final do capítulo, retomaremos as principais conclusões trazidas ao longo do texto.

Embora não seja nosso foco, a participação do ensino superior privado, e as vantagens que obteve, é uma temática importante que será abordada ao longo do texto, pois foi ela quem angariou maiores benefícios durante o período e cujos números de estabelecimentos e matrículas cresceram em maior proporção. Entender seu tamanho é também entender o lugar que as políticas de expansão do ensino superior público tiveram na agenda política durante o período 2003-2016. Será necessário, portanto, realizar um breve resgate histórico do surgimento da dinâmica contemporânea da expansão do ensino superior.

2. 1 - A clivagem ensino superior público x privado: as políticas para o ensino superior privado da Reforma Universitária de 1968 até os governos Lula

A reforma universitária de 1968, implementada durante o regime militar, produziu efeitos que resultaram na formação de universidades privadas e na reestruturação das universidades públicas. Os caminhos jurídicos que facilitaram o credenciamento, somado a

políticas de financiamento indiretas, possibilitaram que os empreendimentos saíssem do papel e se tornassem universidades privadas. Ao mesmo tempo, as universidades públicas também se expandiram enquanto sofriam vigilância por órgãos de inteligência. O regime civil-militar enxergava a universidade como um espaço estratégico para o desenvolvimento do país e era, então, importante, que este espaço sofresse mudanças na sua organização para se adequar ao padrão de desenvolvimento então em voga no país. (MOTTA, 2014)

É interessante ressaltar que a reforma universitária de 1968 tem, em sua concepção, muitos elementos que vinham de pautas de movimentos sociais da época, que foram apropriadas e moldadas para os propósitos do projeto de nação do regime civil-militar, assim como influências norte-americanas. A União Nacional dos Estudantes (UNE) era um dos movimentos sociais que defendiam uma reforma universitária. Dentre as pautas defendidas destacamos a defesa da autonomia universitária, gestão da universidade com participação de discentes e docentes (proporcionalidade representativa), regime de trabalho em tempo integral para docentes, ampliação da oferta em vagas de escolas públicas e flexibilidade na organização dos currículos. Importante mencionar que, os estudantes não isolavam suas pautas, mas a articulavam com as pautas presentes na agenda da política nacional do momento (FÁVERO, 2006). Dentre as marcas de influência norte-americana, presentes no texto da reforma, o Plano *Atcom* (1966) foi uma referência para o documento da reforma. Trata-se de um documento elaborado por um consultor norte-americano no qual defendia que as universidades deveriam passar por uma reestruturação com vistas a mudar a estrutura administrativa das universidades para se tornar mais eficientes e rentáveis. No documento também havia a proposta de criação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (FÁVERO, 2006).

No ano de 1967, o ditador Arthur da Costa e Silva criou o grupo interministerial, com o objetivo de elaborar um relatório sobre a situação do ensino superior no país. O relatório serviu de base para o projeto de lei que resultaria na reforma universitária. Os estudantes não participaram do processo por protesto ao momento político, para eles, sua não participação era uma forma de demonstrar que eles não reconheciam ou consideravam legítimo o governo militar. O documento final, o relatório Meira Mattos (1968), defendia o

fortalecimento da disciplina e a autoridade nas instituições de ensino superior, ampliação de vagas, unificação do vestibular e criação de cursos de curta duração. Maria Albuquerque Fávero destaca o caráter tecnicista presente no documento, que propunha uma reformulação da universidade dentro dos princípios de eficiência e rendimento (FÁVERO, 2006).

A reforma trouxe mudanças significativas como a extinção do regime de cátedra e da autonomia universitária. O regime de cátedra foi substituído pelo regime de departamento, que se tornou a menor instância administrativa dentro da universidade. Tal mudança também implicou numa alteração na docência no ensino superior, pois a regulamentação extinguiu a cátedra e criou o cargo de professor titular, bem como previu, em lei, a indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Sobre a autonomia universitária, a lei previa que as universidades fossem instituições dotadas de autonomia, porém não explicitou nos termos da lei como tal autonomia seria exercida. De acordo com os autores José Roberto Gomes e Valmir Pinto Flores (2017), os silêncios, presentes no texto da lei, sobre a autonomia universitária permitiam que os órgãos de vigilância da ditadura pudessem atuar vigiando o cotidiano e atuações dentro da universidade (GOMES; PINTO, 2017). Modernizadas e vigiadas, as universidades cresceram em números de alunos e de instituições (MOTTA, 2014).

A quantidade de matrículas aumenta no período 1960-1984, porém há uma dinâmica interessante nos números: até 1970, a maior parte das matrículas estava dentro das universidades públicas, contudo, a partir deste ano, as matrículas nas universidades privadas vão aumentar consideravelmente. O período de maior expansão das matrículas foi nos anos 1968-1978. A partir de então, há uma estagnação nas matrículas. Além disso, houve uma expansão nos termos de infraestrutura e equipe docente. As universidades sofreram uma expansão no número de alunos e, embora as universidades públicas tenham se modernizado neste período, o montante da expansão presente nas universidades privadas foi bem maior. Contudo, a pós-graduação, nas universidades públicas, sofreu uma expansão significativa nos programas e meios de financiamento (MOTTA, 2014). As universidades privadas se beneficiaram muito neste período, com investimentos indiretos do Estado e licenças para criação de cursos, porém sua estrutura é muito pobre, se

comparada às universidades públicas. Estavam dadas as condições para as diferenças marcantes entre a experiência do ensino superior público e privado.

Outra dinâmica interessante observada nesse período merece ser destacada: enquanto as universidades privadas se expandiram ofertando cursos de graduação, foi na universidade pública que a pós-graduação se expandiu enquanto um espaço de pesquisa. Enquanto a universidade pública tornava-se, portanto, um espaço privilegiado para a pesquisa, a universidade privada ofertava diplomas universitários, com financiamento indireto do governo federal. Para termos uma noção numérica dessa expansão, em 1963, um ano antes do golpe, havia 16 cursos de pós-graduação no Brasil. Dez anos depois, em 1973, havia 358 e, no ano seguinte, mais 45 cursos seriam criados, totalizando 403 cursos de pós-graduação (MOTTA, 2014, p. 173). Quatro anos mais tarde, em 1978, este número aumentou para 648 cursos de mestrado e 228 de doutorado. Em 1984, este número passou para 792 cursos de mestrado e 333 de doutorado (MOTTA, 2014, p. 175).

Uma outra consequência da reforma foi a centralização administrativa do ensino superior sob os princípios de uma concepção norte-americana de universidade. Até aquele momento, as universidades brasileiras tinham influência das concepções francesas e alemãs de ensino. O modelo francês é formado no início do século XIX, sob o governo de Napoleão Bonaparte, e é um ataque ao modelo de universidade vigente do Antigo Regime. Este modelo caracteriza-se por dedicar à universidade as funções de formação de quadros burocráticos do Estado. Nesta concepção, a pesquisa não é uma tarefa primordial, podendo haver diferentes tipos de universidades para atender a públicos e grupos sociais distintos. Em contrapartida, o modelo alemão surge em 1810, com a criação da Universidade de Berlim. Nesta concepção, a pesquisa, junto do ensino, era uma das funções primordiais da universidade e defendia-se que a universidade deveria se ver livre das influências e interesses tanto do Estado como da Igreja, tendo, portanto, autonomia. Maria Fátima de Paula afirma que a fundação da USP e UFRJ estavam baseadas nas concepções alemã e francesa, respectivamente (2002). Com a reforma de 1968, essas concepções não fazem mais parte da estrutura universitária e as questões levantadas por ela (como por exemplo, a extinção da cátedra) são superadas, de uma certa forma, e novas questões vêm à tona,

principalmente àquelas referentes tanto ao acesso à universidade, mas também à sua qualidade (PAULA, 2009).

É consenso na literatura que aborda o tema da reforma que o ensino superior privado foi o maior beneficiário das medidas da reforma. Esse argumento ganha força quando analisamos a trajetória do ensino superior privado: no período da experiência democrática, 1945-1964, enquanto as universidades públicas passavam por um processo de federalização e expansão de matrículas, as universidades privadas mantinham-se estáveis. Porém com a reforma de 1968, o ambiente tornou-se propício para empreendimentos nesta área. Observando o texto da reforma, encontra-se que a iniciativa privada tem uma função de "complementaridade", isto é, ela deve absorver aquele excedente de alunos do ensino médio que não conseguiram ingressar na universidade pública, porém há outros fatores que entram em cena e que explicam essa expansão do ensino superior privado.

Um ator central nesse processo foi o Conselho Federal de Educação (CFE), que foi criado pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961 e tinha como atribuições constitucionais a de oferecer bolsas de estudos e a financiar estabelecimentos particulares. Além disso, o conselho ainda tinha a função de autorizar, reconhecer e autorizar a criação de cursos e novas instituições de ensino superior (PACHECO, 2019). O conselho era ocupado por membros ligados à iniciativa privada que traziam para dentro do Estado a mentalidade empresarial para a educação superior. Importante ressaltar que os empresários deste setor empregavam as mesmas técnicas de vigilância no interior de suas universidades (MARTINS, 2009). Um dos mecanismos de financiamento da educação superior, criado durante a ditadura militar, foi o crédito educativo. Criado no ano de 1975, o crédito funcionava na forma de pagamento de mensalidades no ensino superior. Duas décadas depois, no ano de 1999, o programa foi rebatizado para Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) (PACHECO, 2019).

Há também influência dos documentos e diretrizes do Banco Mundial para a educação em países em desenvolvimento, em especial o Brasil. A partir dos anos 1960, com a gestão de McNamara (1961-1981), a pobreza passou a ser uma questão presente nas políticas e orientações do banco. De acordo com os princípios do banco, pautados na teoria do capital humano, a educação era uma peça importante no desenvolvimento de um país,

principalmente na periferia do capitalismo. O investimento em educação traria consequências de longo prazo para as nações, que poderiam esperar uma maior prosperidade econômica. Na década de 1990, são publicados documentos que orientam os países periféricos sobre como conduzir suas políticas públicas. Contudo, esses esforços deveriam destinar-se à educação básica, relegando à universidade à iniciativa privada. O que se entende desse discurso é uma tentativa de reestruturar o ensino superior das periferias para atender aos princípios de pragmatismo e utilitarismo, criando um padrão dependente de universidade (PAULA et al., 2016).

Na década de 1990, ressalta-se as políticas dos governos de Fernando Henrique Cardoso para o ensino superior. Baseado nas ideias neoliberais de racionalidade administrativa e eficácia, seu governo aprofundou o projeto de liberalização da economia, iniciado por Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994). A extinção do CFE e a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) permitiu uma maior inserção dos grupos privados na gerência e expansão do ensino superior, na medida em que ficaram responsáveis não apenas pela expansão, mas autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e instituições privadas, o que permitiu a continuidade da expansão desse setor no ensino superior na nova conjuntura política.

Por outro lado, para o ensino superior público foi empreendida uma reforma universitária, porém em fatias, por intermédio de leis e decretos. A LDB, aprovada em 1996, introduziu significativas alterações no ensino superior como um todo. Dentre as alterações, consta a diferenciação entre diferentes instituições, com diferentes níveis de abrangência e especialização. Como por exemplo, as instituições de ensino superior públicas e privadas, com e sem fins lucrativos, e a diversificação dessas instituições em centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores. Tal diversificação rompeu com o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A criação dos centros universitários configura-se como uma novidade e eram definidas como instituições de ensino pluricurriculares, que possuíam autonomia para criar, organizar e extinguir cursos e programas de ensino superior. Segundo o entendimento de Luiz Antônio Cunha, os centros universitários configuram-se como universidades de ensino, ao contrário da universidade para pesquisa (CUNHA, 2004). A

reforma também trouxe mudanças expressivas na área do financiamento, com a instituição do Fies, que transferiu verbas para o ensino superior privado, com a criação do Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação. Que estabeleceu condições para parcerias público-privadas entre universidades públicas e o setor privado. E, por fim, o Plano Nacional de Educação (PNE), que transferia a responsabilidade do poder público para a sociedade no financiamento da educação (FERREIRA, 2012).

Tais mudanças na postura do Estado diante da sociedade podem ser entendidas a partir da ideia de “Nova Gestão Pública” (NGP), que é uma reformulação na relação entre Estado e sociedade, pautadas nos princípios neoliberais de eficiência e flexibilidade. Ela ocorre no contexto de crise fiscal, agravada pela crise econômica da década de 1970. Como discurso, a “Nova Gestão Pública” faz parte do projeto neoliberal de sociedade, implementado num momento de contra-ofensiva da burguesia no plano internacional da luta de classes, como argumenta Eurelino Coelho em sua tese de doutorado (2006). Esse modelo de gestão, no Brasil, foi implementado com a reforma gerencial do Estado, na década de 1990. Segundo Maria Arlete Araújo e Helano Diógenes Pinheiro, trata-se de uma forma de apoiar as ações do Estado nas ideias do setor privado, tais como: racionalização de estruturas, controle de custos, flexibilidade gerencial e visão do cidadão como cliente, para citar alguns dos exemplos. Segundo os autores, a NGP teria como foco não mais a execução de dispositivos legais e burocráticos, mas a obtenção de resultados (ARAÚJO; PINHEIRO, 2010).

Durante os governos Lula, a principal política pública para o ensino superior privado foi o Programa Universidade para Todos (Prouni). O programa foi criado no ano de 2004 e consistia no financiamento indireto às universidades particulares, por meio de isenções fiscais. O programa tinha como objetivo conceder bolsas para cursos de graduação em universidades particulares, sendo que elas podem ser parciais ou integrais. Uma das motivações do Prouni era que o programa seria um investimento mais direto na educação superior, para que as vagas ociosas fossem preenchidas. Se o crescimento do ensino superior privado a partir da reforma universitária de 1968 foi vertiginoso, a partir do segundo ano de FHC essa situação sofre uma inflexão, proporcionada por um dado da realidade: Havia oferta de ensino superior, contudo, não haviam consumidores. Ou seja,

havia uma demanda, mas não a capacidade de arcar com os custos de uma universidade privada.

Deixar certos serviços para a iniciativa privada tem uma dupla vantagem para o Estado, orientado pelas políticas e princípios do neoliberalismo. No caso do Estado Brasileiro durante os mandatos dos governos petistas, essas vantagens se expressam em políticas particulares. No que diz respeito às vantagens do Estado, este gasta menos com investimentos na área, obedecendo ao princípio da austeridade e teto de gastos. Segundo porque permite que a iniciativa privada explore um mercado cheio de consumidores ávidos e necessitados desta mercadoria que é a educação superior (PACHECO, 2019). Torna-se pertinente analisar as políticas para o ensino superior público nos governos Lula.

2.2 - Políticas Públicas nos governos Lula: Expandir e Reuni

O Programa “Uma escola do tamanho do Brasil” foi apresentado no contexto das eleições presidenciais de 2002. O documento representa a proposta do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) para a educação e reitera valores presentes na carta magna de 1988, como a universalidade e gratuidade do ensino. Há também trechos dedicados ao ensino superior. Logo na introdução, a educação superior é vista como situada no “horizonte dos direitos sociais básicos” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002). Fica evidente neste trecho, assim como no próprio título do documento, que o PT tinha um projeto (e uma intenção) de expandir o ensino superior público. Segundo o próprio texto, o Brasil era o país da América Latina com o menor número de estudantes matriculados no ensino superior. Apesar de haver uma expansão do ensino superior, via universidades privadas, os indicadores de acesso a esse nível de ensino ainda eram baixos. Para reverter este quadro, o documento registra o compromisso de ampliar as vagas e as matrículas na educação superior, em especial a pública (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002).

Observando a trajetória da expansão do ensino superior público, notamos que esse processo ocorre numa intensidade maior a partir dos governos Lula, no que diz respeito à interiorização e reestruturação deste sistema no país. Douglas Almeida, em dissertação de mestrado defendida na UFRRJ, argumenta que, no pós-redemocratização, o processo de

expansão do ensino superior fica dividido em três períodos: um primeiro, de 1998 a 2002, marcado pela expansão das matrículas em sedes de universidades já existentes. Um segundo período, de 2003 a 2006 e um terceiro, a partir de 2007 (ALMEIDA, 2016). É de maior interesse, para os objetivos desta dissertação, os últimos dois períodos por se enquadrarem dentro do nosso recorte temporal.

As políticas públicas para a educação superior nos governos Lula estão dentro de uma proposta maior de reforma do ensino superior. Ela tem começo no ano de 2003, com a instituição de um Grupo Interministerial encarregado de elaborar um diagnóstico da situação do ensino superior e indicar metas e objetivos. Ao contrário da reforma de 1968, que teve como princípios a eficiência e rentabilidade, e via na universidade um espaço estratégico para o desenvolvimento nacional, a reforma proposta pelos governos Lula tinha como objetivos uma reestruturação do ensino superior e expansão deste, baseada nos princípios apresentados no programa “Uma escola do tamanho do Brasil”. No preâmbulo do relatório, divulgado no final de 2003, é reconhecido o quadro de crise da educação superior, tanto pública quanto privada. No entanto, o que provoca esta crise no setor público seria a crise fiscal do Estado, ao passo que nas universidades privadas a crise é provocada pelo risco de inadimplência do alunado e de uma desconfiança quanto ao seu diploma. É proposto, então, um plano emergencial de apoio ao ensino superior e uma reforma universitária profunda. Tal reforma passaria pelos seguintes âmbitos: reposição do quadro docente, ampliação de vagas, educação à distância, autonomia universitária e financiamento (OTRANTO, 2007).

Contudo, apesar da criação de um grupo e da posterior elaboração de um anteprojeto, a reforma universitária, enquanto lei, nunca saiu do papel. Entretanto, como veremos, houveram outras políticas para o fomento do ensino superior no Brasil neste período. Se o ensino superior privado pode contar com as verbas advindas do ProUni, o ensino superior público também foi contemplado, com políticas próprias, que ocorreram nos dois mandatos: nos referimos ao Expansão Fase I e ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas, Reuni.

No primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), a expansão do ensino superior público deu-se pela ampliação da oferta de cursos em novas universidades e *campi*, com o

intuito de levar o ensino para o interior do país. Dois anos após a criação do ProUni (2004), foi criado o programa Expansão Fase I, visando a expansão e criação de novas universidades federais e *campi*. Ao todo seriam criadas 10 novas universidades e 48 *campi* em municípios no interior do país (ALMEIDA, 2016). A partir do seu segundo mandato, essa expansão passa a estar estruturada em torno do Reuni.

Dentre as políticas públicas desta primeira fase está tanto a criação das bases para a instituição do Ensino a Distância, como também a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB). O ensino Ead ficou instituído pelo Decreto 5.622/2005, no qual a educação a distância ficou regulada para todos os níveis: básico, profissional e superior (graduação e pós-graduação) (LÉDA, 2007). A UAB foi criada com o objetivo de interiorizar cursos de ensino superior no país. Nas palavras de Cristina Carvalho (2014), o programa tinha como objetivos o de ofertar cursos de licenciatura e formação inicial e continuada para professores servidores da rede pública de educação básica. Para alcançar tais objetivos, a UAB previa uma colaboração e articulação entre a União, entes federativos (estados e municípios) e Instituições Públicas de Ensino Superior (CARVALHO, 2014).

O Reuni substituiu o programa Expandir. Criado em 2007, via decreto, o programa tinha como objetivos o aumento de condições de acesso e permanência bem como a expansão de universidades já existentes em novos *campi*. De acordo com o texto da lei, o programa teve como metas aproveitar a estrutura física e humana já existente nas universidades, que tinham autonomia para decidirem se iriam ou não aderir ao Programa. Também tinha como meta global elevar a taxa de conclusão dos alunos da graduação em até 90%. No decreto encontramos as diretrizes do programa, que diziam respeito a aspecto relativos à permanência (redução das taxas de evasão, ampliação de políticas de assistência), acesso (ocupação de vagas ociosas, aumento de vagas no ensino noturno, ampliação de políticas de inclusão), currículo (revisão da estrutura acadêmica, passando pela reorganização dos cursos e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem). As universidades tinham autonomia para aderir ao programa, sendo esse o caso, cada universidade enviava ao Ministério da Educação (MEC) seus planos de reestruturação para que as verbas necessárias fossem repassadas (BRASIL, 2007)

Segundo Cristina Carvalho, a política de expansão do ensino superior pública, representada pelo Reuni, tinha também, dentre seus objetivos, o de redução das distâncias geográficas, portanto, da desigualdade de acesso à educação superior dentro das regiões. Observa-se que este objetivo materializou-se pela criação de novos *campi* no interior dos estados. A autora afirma que a redução das desigualdades regionais, no quesito acesso ao ensino superior, foram de responsabilidade do governo federal, visto que para a iniciativa privada os objetivos são outros que não de ordem social. Contudo, ao observar a distribuição de matrículas por região, a autora conclui que a região sudeste ainda possui uma concentração maior das matrículas, explicados, segundo a autora, pela maior concentração populacional na região (CARVALHO, 2014).

Uma importante política pública de permanência dos estudantes, criada no âmbito do Reuni, foi o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído em 2008, que buscava minimizar as dificuldades estudantis e promover as condições de permanência para os alunos mais pobres. As Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) receberam verbas que seriam aplicadas para garantir as condições de alimentação, transporte, moradia, apoio pedagógico, inclusão digital, assistência à saúde, cultura, esportes e creche. Os resultados desta política ficam expressos nos dados: um percentual de 54% do total de alunos matriculados em IFES federais foi contemplado pelo programa (CARVALHO, 2014, p. 236).

Críticas ao Reuni

Inicialmente, o Reuni não foi bem recebido em boa parte das universidades públicas federais. Havia motivações reais que justificavam as posições contrárias e críticas ao programa. É importante lembrar que o PT havia passado por um processo de inflexão política, no qual o partido abandonou a prática política de greves e mobilizações sociais em nome da governabilidade institucional (COELHO, 2006). A inflexão política do partido, marcada por uma continuidade nas políticas econômicas de FHC foi objeto de pesquisas por intelectuais brasileiros⁶. Não nos cabe aqui expor a discussão bibliográfica

⁶ Ver: Singer (2012), Oliveira (2018), Coelho (2006), Iasi (2006).

acerca dos significados dos governos Lula. Mas consideramos pertinente apontar as críticas ao Reuni dentro de uma perspectiva ampla, não apenas de reforma universitária, mas de implementação de políticas de cunho neoliberal.

No ano de 2003, primeiro ano de gestão da presidência de Lula, foi enviada uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC 40/2003), que visava alterar trechos da Constituição Federal, no que diz respeito à Previdência. A PEC foi justificada sob o discurso de equilíbrio fiscal⁷. Seus críticos acusavam o impacto negativo da PEC sobre os servidores públicos, pois aqueles inativos passaram a contribuir com o sistema de previdência. O projeto foi alvo de duras críticas por parte dos docentes do ensino superior. De acordo com um artigo, disponível no portal da Associação dos Docentes da UFRRJ (Adur-RJ), a reforma provocaria “aposentadorias em massa” cujas vagas não seriam preenchidas por professores efetivos, e sim substitutos, resultando em uma “proletarização involuntária docente”, aumentando o grau de precarização do ensino superior. Tal consequência, por sua vez, prejudicaria o funcionamento da universidade pública⁸.

O tema da reforma da previdência de 2003, bem como o das condições de trabalho no ensino superior público, não integram os objetivos deste capítulo. A menção a esta reforma foi realizada com o intuito de buscar compreender as razões políticas por trás das críticas e desconfiança das universidades diante das políticas de expansão, reestruturação e interiorização do ensino superior. Portanto, com base neste dado, não nos surpreende que no momento em que o governo anunciou o Reuni, a comunidade acadêmica das universidades públicas recebeu o programa com desconfiança, críticas e ressalvas.

Uma importante crítica se encontra no artigo de Denise Léda e Deise Mancebo (2009). Nele, as autoras fazem uma leitura crítica do Reuni, e defendem o entendimento que o Reuni está dentro de um contexto geral de reforma universitária, realizada através de leis, decretos e portarias. Essa reforma tem no Reuni mais uma etapa. Dentre as outras etapas, estão a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

⁷ Jornal da Unicamp. Francisco de Oliveira vincula reforma aos interesses do mercado. Agosto de 2003. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp_hoje/ju/agosto2003/ju225pg06.html (Acesso em: 23/01/2022)

⁸ Adur-RJ. Reforma da previdência e docência: os rumos da universidade pública no Brasil. 30/06/2003. Disponível em: http://www.adur-rj.org.br/5com/previdencia/reforma_previdencia_e_docencia.htm. (Acesso em: 23/01/2022)

(Sinaes) (Lei nº10.861/ 2004), a criação das bases para o Ensino à Distância (Decreto nº 5.622/2005) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007 (LÉDA; MANCEBO, 2009).

As autoras entendem que este processo marca uma continuidade com as políticas empreendidas nos governos FHC. Dentre elementos que explicam essa continuidade, as autoras ressaltam a limitação orçamentária como princípio, a subserviência diante de organismos internacionais e a vinculação das Ifes ao Ministério do Planejamento. Traçando um histórico sobre a concepção do Reuni, as autoras encontram em Naomar Monteiro Filho, então reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), um dos interlocutores das ideias por trás do Reuni. De acordo com o reitor, o ensino superior, da forma como estava, precisava ser superado por uma visão nova da universidade. As autoras resgatam sua atuação no início do ano de 2006, quando o reitor participava de palestras, aulas inaugurais e visitas. No final do ano, já era debatido entre o MEC e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) o texto inicial do decreto do Reuni (LÉDA; MANCEBO, 2009).

As autoras tecem muitas críticas ao programa ao longo do artigo. Observa-se que suas críticas se concentram nos efeitos sobre três âmbitos do ensino superior. O primeiro deles é a autonomia universitária. Embora o Reuni tivesse um caráter facultativo, após sua adesão a universidade ficava submetida a instrumentos que vinculavam o montante dos repasses de verbas ao cumprimento das etapas. Contudo, é afirmado, no parágrafo 3º do Artigo 3º que o atendimento às propostas das universidades está condicionado pela capacidade orçamentária do MEC. Léda e Mancebo entendem que esta limitação orçamentária resulta numa maior competição entre as Ifes para a obtenção de verbas, além do mais, a adesão ao Reuni implicava numa submissão das Ifes ao MEC, em troca de verbas, as autoras concluem que a reforma universitária opera com um novo conceito de autonomia, no qual a universidade é autônoma para conformar-se com imposições vindas de cima. O segundo âmbito trata dos estudantes. O Reuni tem, em sua concepção, muitos elementos da reforma de Bolonha, iniciada na Europa no começo dos anos 2000, dentre eles destacamos a instituição de Bacharelados Interdisciplinares (BI), na qual os alunos receberam uma formação universitária mais geral, antecedendo a formação profissional da

graduação. Além do mais, o foco do Reuni no ensino, em detrimento da pesquisa e extensão promove uma formação universitária incompleta. O terceiro elemento são os professores: as autoras acusam, ao longo de todo o artigo, o Reuni enquanto mais um episódio na precarização da profissão docente do ensino superior, primeiro porque, o Reuni tinha como meta ampliar o número de alunos na graduação ao dobro, atingindo uma média de 18 alunos por professor, as autoras afirmam que o aumento dessa relação professor/aluno leva os professores a concentrar-se na tarefa de repassar conhecimentos. Por fim, ressaltamos o caráter ideológico, apontado pelas autoras, que está presente no discurso do Reuni, que apesar de trazer objetivos que foram pautas de defensores da universidade pública (como o aumento do número de vagas e formação ampla), pretende que esses objetivos sejam alcançados dentro de uma lógica produtivista, onde a universidade deve funcionar com a mesma lógica de uma empresa enxuta, que resulta numa crescente precarização do trabalho docente e na transformação das universidades em centros de ensino (LÉDA; MANCEBO, 2009).

Por conta de seu caráter, o fato de ter sido um decreto, o Reuni foi alvo de polêmicas nacionais, mobilizando o corpo docente e técnico das universidades contra a implementação do programa. As críticas se concentram no caráter voltado exclusivamente para o ensino, deixando de lado a pesquisa e extensão, bem como a possível sobrecarga de trabalho provocada pelo aumento das matrículas e da quantidade de alunos por professor. Além disso, a falta de diálogo e consulta à comunidade acadêmica agravaram a situação. Como cada universidade ficou responsável por decidir se iria ou não aderir ao programa, elas se tornaram a arena onde esses debates se travaram.

Entretanto, apesar das críticas, polêmicas e querelas trazidas pelo Reuni, o programa produziu efeitos significativos na estrutura do ensino superior público. De acordo com dados do governo, do ano de 2003 a 2010, o número de universidades passou de 45 para 59, um total de 14 universidades federais criadas num período de sete anos. Também vemos um aumento no número de *campi* de 148 para 274, que dobrou durante o período. Essa interiorização teve efeitos significativos: a quantidade de municípios contemplados pelo ensino superior público passou de 114 para 272 (MEC, 2012).

Outro efeito, este não do Reuni, mas das políticas públicas implementadas nos governos Lula foi o aumento do investimento federal na educação pública. Cristina Carvalho (2014) argumenta que, com o Reuni, a verba para as universidades aumenta, pois há a necessidade de realização de obras, para construção dos novos campi e para os projetos de reestruturação e expansão das universidades, como a aquisição de equipamentos para laboratórios e livros para as bibliotecas. O aumento de verba também está expresso nas contratações de professores e técnicos que foram necessárias para colocar os novos campi em funcionamento. Contudo, esse aumento, tanto do investimento como das despesas, deve ser problematizado, pois, segundo a autora, as fontes de investimento são diversas (CARVALHO, 2014).

A leitura das críticas e elogios às políticas públicas dos governos Lula são curiosas: ao mesmo tempo em que podemos observar pontos, tais como o aumento do investimento na educação superior pública, na expansão das condições de acesso e permanência dos estudantes. Também observamos um outro lado deste processo: a crescente precarização do ensino, denunciada pelos críticos, e a incontornável desproporcionalidade do ensino superior privado, frente ao ensino público. Estas críticas nos mostram o caráter conciliador dos governos petistas, que ao mesmo tempo em que buscavam atender às demandas dos movimentos sociais, agiram dentro dos preceitos e receitas de organismos internacionais, ao mesmo tempo que buscavam manter sua governabilidade, através de uma maioria no congresso nacional. Os efeitos desta escolha são, dentre outros, a intensidade dos debates acima elencados, que nos mostram a complexidade das contradições envolvidas neste período.

2.2.1 - Políticas Públicas nos Governos Dilma para o ensino superior: o Plano Nacional de Educação (2014-2024)

Não há uma descontinuidade entre as políticas públicas empreendidas nos governos Lula daquelas empregadas nos governos Dilma. A literatura crítica sobre tais políticas defende que o governo Dilma conduziu suas políticas públicas na área da educação da mesma forma que o governo antecessor. Isto é, o de privilegiar os interesses dos grandes

conglomerados de capitais. Para este período, dois documentos são centrais: o primeiro deles é o documento Pátria Educadora e o segundo é o PNE (2014-2024). A adoção do mote Pátria Educadora como lema governamental, no governo Dilma, representa uma inflexão, pois marca uma postura de prioridade do governo frente à educação, pensada ainda em consonância com as diretrizes dos organismos internacionais. Consta no documento que a educação é um instrumento de desenvolvimento, e que o foco do governo deveria ser o ensino básico. Portanto, as políticas do governo federal estariam em consonância com as diretrizes do Banco Mundial, elaboradas na década de 1990. Em análise do PNE para a educação superior, percebe-se que as estratégias elencadas para alcançar as metas do programa são muito semelhantes às metas de expansão e reestruturação presentes no decreto que instituiu o Reuni. Elas são: a expansão das matrículas, aumento da relação professor/aluno, flexibilização curricular, porém agora para a pós-graduação (*latu e strictu sensu*) e para o EAD (PAULA et al., 2016).

As metas do Reuni, portanto, se expandem para as outras áreas do sistema de ensino superior, o que significa que, as críticas, continuam no mesmo tom. Isto é: a crítica ao baixo financiamento da educação superior pública e a ausência de concursos, que corrobora para a intensificação do trabalho docente e sua precarização. Importante ressaltar que, em inícios de 2015, o governo federal anunciou um pacote de cortes para a educação superior, para garantir o pagamento da dívida pública, ao passo que as verbas para o ProUni e Fies continuassem no mesmo patamar (PAULA et al., 2016).

O governo Dilma inova ao criar dois programas: o Ciências sem Fronteiras e os consórcios entre universidades. O programa Ciências sem Fronteiras foi criado em julho do ano de 2011 e visava possibilitar condições de mobilidade para estudantes, professores e pesquisadores através da concessão de bolsas de estudos em áreas estratégicas para universidades estrangeiras. O programa foi encerrado quatro anos depois, no ano de 2017, sob a justificativa de que o programa geraria dívidas e despesas⁹. Sobre os consórcios, Suely Ferreira afirma que a partir de 2010, foram iniciadas discussões para um novo modelo de universidade, através de consórcios entre universidades federais da região

⁹ Portal Bom dia Brasil G1, 04/04/2017. Disponível no endereço eletrônico: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2017/04/ciencia-sem-fronteiras-chega-ao-fim-por-falta-de-dinheiro.html> (Acesso em 18/01/2021)

sul-sudeste de Minas Gerais. Segundo a autora, este modelo é chamado de superuniversidade. O projeto defendia um consórcio entre sete IFES (Universidades Federais de Alfenas, Itajubá, Juiz de Fora, Lavras, Ouro Preto, São João del-Rei e Viçosa e a criação de um *campus* multiuniversidade em Caxambu (FERREIRA, 2012). Apesar da existência do projeto, não encontramos fontes sobre a continuidade deste. Nossa suposição é de que ele não foi continuado, por conta das agitações políticas em torno da deposição da ex-presidenta.

Por conta dos resultados de sua implementação, o Reuni passou a ganhar contornos não de uma política de governo, mas de Estado. Em artigo publicado no ano de 2015, o Doutor em Educação Alisson Nascimento de Paula (2015), analisa o PNE para o decênio de 2014-2024. O Reuni, enquanto programa, teve seu encerramento no ano de 2012, porém o autor destaca para uma continuidade das metas do programa sob uma nova roupagem. Analisando o PNE 2014-2024, o autor afirma que “Uma apreciação mais meticulosa desvela que este documento procura organizar os principais projetos educacionais instituídos desde 2004 pelo governo Lula da Silva.” (PAULA, 2015, p. 141).

O autor entende que as táticas para alcançar as metas, previstas no PNE, estão vinculadas às metas do Reuni (PAULA, 2015). Segundo o autor, as “As metas fundamentais do Reuni estão nas metas do novo PNE para a Educação Superior” (PAULA, 2015, p. 142). Com isso, o Reuni “deixa de ser uma política de governo e passa a ser uma política de Estado, ignorando as críticas à precária expansão realizada nas universidades federais”. Dentre as táticas, o autor afirma que:

(...) o REUNI introduziu o contrato de gestão nas instituições federais de ensino superior, ferindo a autonomia universitária; apostou numa expansão sem qualidade, em um contexto de precarização do trabalho docente e de liquidação da herança humboldtiana (PAULA, 2015, p. 142)

Portanto, o mecanismo de vinculação do repasse de verbas de acordo com as metas alcançadas, a meta de 18 alunos por professor, a adesão da universidade ao programa cria uma relação de contrato de gestão. O que, para Alisson de Paula, representa a “interferência direta na autonomia da universidade e em seu caráter social” (PAULA,

2015, p. 140). A concepção do Reuni, em sua metodologia e metas, continuam no PNE 2014-2024. Segundo o autor:

A compreensão de avaliação que está subjacente tem possui um cunho de regulação e controle como também de confirmação à desqualificação dos processos de formação humana ou a sua minimalização, doravante, o modelo de competências calcado em habilidades e atitudes solicitadas pelos novos modelos de trabalho e de consumo que se traduz em instrumentalismo. (PAULA, 2015, p. 141)

O Reuni, portanto, seria uma política orientada sob uma concepção de universidade na qual a mesma deveria atender resultados de produtividade e eficiência, pautados pelo MEC. A interferência do ministério na prática das universidades é entendida enquanto uma intervenção no princípio de autonomia das universidades. As implicações dessa relação envolvem desde a precarização do trabalho docente até a desassociação entre ensino, pesquisa e extensão.

Resultados do Expandir e Reuni: a interiorização do ensino superior público

Além da crítica à mudança do caráter do ensino superior, desvinculando a pesquisa e extensão e focando no ensino, há outro ponto de crítica às políticas federais para o ensino superior. Trata-se da sobrevalorização do ensino privado através da concessão de um montante maior de verbas, mas também pela adoção da lógica privada sobre o desenvolvimento do sistema público. É importante salientar que tais críticas não se dirigem apenas aos governos Lula, mas é entendido enquanto uma política de Estado, que se inicia no contexto da reforma universitária de 1968 e se atualiza com a mudança do regime e dos governos. Embora os governos Lula também sigam esta tendência, vemos que houve um fator inédito, que foi a criação e implementação de políticas para o ensino superior público, sendo o Reuni sua maior expressão. Podemos ver os resultados das políticas para o ensino superior privado e público na tabela a seguir que mostra a evolução do número de instituições públicas e privadas no período que vai do ano de 2003 a 2017:

Tabela 1 - Número de Instituições de Ensino Superior no Brasil (2003- 2017):

Categoria Administrativa	2003	2006	2010	2017
Público (Brasil)	207	248	278	296
Privado (Brasil)	1652	2022	2100	2152
Total (Brasil)	1859	2270	2378	2448

Fonte: Censo da Educação Superior (2003, 2006, 2010, 2017)

No primeiro ano do governo Lula, havia cerca de 1,9 mil instituições de ensino superior no Brasil. Ao olhar os dados mais atentamente, vemos que 88,8% das instituições eram privadas, ao passo que as instituições públicas representavam apenas 11,2% do total. Apesar das políticas de expansão e reestruturação do Ensino Superior Público, essa proporção se mantém ao longo do período 2003-2017, o que ilustra a crítica feita a tais políticas. A partir da tabela, podemos ver a tese, defendida por Luiz Antônio Cunha em um artigo científico, de que o desenvolvimento do ensino superior no Brasil possui as características de ser desigual e combinado. Ele é desigual, pois privilegia as instituições privadas. E é combinado, pois na análise do processo de expansão com um todo, vemos que há políticas de financiamento e credenciamento às instituições privadas (CUNHA, 2004).

Porém, ao observarmos a trajetória de expansão das instituições de ensino superior públicas, vemos que o número salta de 207, no ano de 2003, para 296. Um aumento pequeno, de cerca de 40%, mas que com uma análise detalhada revela uma dinâmica curiosa. A tabela a seguir mostra a evolução do número de instituições de ensino superior públicas dentro do estado do Rio de Janeiro, discriminando os dados para a capital e interior do estado:

Tabela 2 - Número de Instituições de Ensino Superior 2003-2017 (Rio de Janeiro - Interior e Capital):

Categoria Administrativa	2003	2006	2009	2013	2017
Público (Rio de Janeiro - Capital)	7	9	10	11	12
Privado (Rio de Janeiro - Capital)	58	66	64	62	59
Público (Rio de Janeiro - Interior)	6	12	14	13	15
Privado (Rio de Janeiro - Interior)	48	50	49	48	50

Fonte: Censo da Educação Superior (2003, 2006, 2009, 2013, 2017)

Podemos observar a mesma dinâmica nacional, na qual a presença das instituições privadas é maior que as públicas. Se observarmos sua evolução, veremos que as instituições privadas de ensino superior no interior representavam quase a metade do total das instituições privadas no estado. Tal proporção se mantém ao longo do período. Porém, ao observarmos a evolução das instituições públicas, um dado interessante chama a atenção. No ano de 2003, primeiro ano do governo do presidente Lula, havia sete instituições de ensino superior públicas na capital e seis no interior. Seis anos depois, em 2009, a cifra mudou para dez instituições na capital e catorze no interior. Não só o número de Instituições de ensino superior pública no interior dobram, mas sua presença é maior no interior do estado. Entendemos que tal alteração na proporção é devida às políticas de expansão via interiorização do ensino superior público fruto das políticas do programa Expandir e continuadas com o Reuni.

Uma outra face deste processo pode ser vista nos indicadores das matrículas, dentro do Estado do Rio de Janeiro. A tabela a seguir mostra a série histórica de matrículas, para o período 2003-2017, no estado do Rio de Janeiro, discriminando a capital e interior:

Tabela 3 - Número de Matrículas no Ensino Superior 2003-2017 (Rio de Janeiro - Interior e Capital)

Categoria Administrativa	2003	2005	2006	2009	2013	2017
Público (Capital)	50.505	52.444	54.296	72.504	72.495	81.458
Privado (Capital)	209.579	232.935	231.398	231.709	214.410	229.941
Público (Interior)	31.552	34.306	37.454	49.730	63.504	74.924
Privado (Interior)	128.853	153.900	165.087	159.030	168.301	184.313

Fonte: Censo da Educação Superior

Da leitura dos dados algumas dinâmicas já conhecidas reaparecem, como o desenvolvimento desigual do ensino superior privado. Ao longo do período em questão, o ensino superior privado representou mais da metade das matrículas e sua expansão se deu tanto na região da capital quanto no interior do país. Porém, ao observar a evolução dos indicadores de matrícula para o ensino superior público, a mesma dinâmica de interiorização aparece. Por exemplo, no ano de 2003, as matrículas no ensino superior, no interior do estado, representavam 38,4% do total de matrículas no ensino superior público. Esta proporção salta para 40,7% no ano de 2009 e, no ano de 2017, pula para 47,9%. O que podemos concluir é que, no período dos anos 2003-2017, o número de matrículas no ensino superior público, no interior do estado do Rio de Janeiro, quase dobrou. No ano de 2017, ano final do recorte de nossa pesquisa, as matrículas do ensino superior público no interior representavam quase a metade das matrículas no ensino superior público para o estado do Rio de Janeiro. A partir disso, vemos que o Reuni tem uma importância significativa, pois:

A importância desse processo de democratização do acesso ganha destaque acentuado no contexto da interiorização do ensino superior federal do país. As novas universidades e os novos *câmpus* trazem a oportunidade de estudos universitários a estudantes que vivem fora dos grandes centros urbanos, onde se inseriam quase que exclusivamente as Ifes. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, p. 27)

Portanto, o Reuni foi responsável pela interiorização do ensino superior público no país e, dentro do estado do Rio de Janeiro. Tal processo permitiu que os jovens trabalhadores tivessem um acesso facilitado às instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas. Além da maior facilidade no acesso, a criação de universidades em regiões distantes das capitais, possui um potencial de desenvolvimento regional:

Há um reconhecimento de que o fenômeno da interiorização traz, para além da possibilidade de acesso, contribuições expressivas para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas essas unidades acadêmicas, uma vez que, juntamente com o ensino, se desenvolvem a pesquisa e a extensão. Desse modo, o Reuni constituiu-se em um programa que possibilita às Ifes cumprir seu papel de apoio ao desenvolvimento dos estados, das regiões e do país. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, p.27)

Parte integrante do interior do Rio de Janeiro é a região da Baixada Fluminense, que possui uma formação histórica e uma dinâmica social singular. A região, apesar de estar afastada da capital, sentiu os efeitos dos processos e dinâmicas nacionais que afetaram e configuraram as conjunturas políticas e econômicas ao longo de sua formação. Ou seja, a região também foi afetada e contemplada pelos processos de industrialização nas décadas de 1950 a 1970, assim como foi um espaço vigiado e reprimido durante a ditadura militar. O desenvolvimento, desigual e combinado, do ensino superior e a expansão e reestruturação do ensino superior público também são processos que encontramos na Baixada Fluminense.

2.3 - O desenvolvimento do ensino superior na Baixada Fluminense

Vimos como se deu a evolução e expansão do ensino superior público desde a reforma universitária de 1968, até aos governos Lula e Dilma. Veremos, agora, como se deu este processo na região pesquisada, a Baixada Fluminense. Sabemos que o ensino superior na Baixada data da década de 1970, com a criação das primeiras faculdades privadas, no bojo da reforma universitária de 1968, porém, veremos que a partir dos anos

2000 passa a haver a presença de universidades públicas no interior desse espaço, contudo, a proporção de universidades particulares continua maior, seguindo a tendência nacional.

No contexto da reforma universitária de 1968, no caso da Baixada Fluminense, não há a criação de universidades públicas, contudo, não podemos dizer que não há políticas públicas para o desenvolvimento de um ensino superior na região. A historiadora Débora Luisa da Silva (2019) defende uma perspectiva interessante, motivada pela ausência de políticas públicas para o ensino superior público, na Baixada Fluminense, durante a ditadura militar. Segundo a autora, embora as primeiras universidades na Baixada Fluminense pertencerem ao setor privado, a pesquisadora entende que os mecanismos jurídicos implementados pela reforma facilitaram a criação de universidades particulares na região e podem ser entendidos enquanto uma política pública por parte do Estado. A análise, da criação dessas universidades deve:

(...) focar na divisão dos dois grupos, de um lado os atores sociais e do outro lado as perspectivas dos atores estatais. Entendemos então, que apesar de muitas vezes controversa, as medidas de políticas públicas neste período eram uma junção entre pontos incomuns da agenda dos dois grupos (SILVA, 2019, p. 33)

Podemos entender, deste trecho, que a formação e criação das primeiras universidades na Baixada Fluminense se deve à conjunção dos interesses de duas partes: por um lado, temos o Estado e seu projeto de modernização conservadora, por outro, temos as elites locais, ávidas por possuírem instituições privadas de ensino superior na região. Os interesses do Estado em parcerias privadas ocorreriam:

(...) através de parcerias privadas que estariam abertas a atenderem as pautas do regime assim como servir a estrutura social com “mão de obra” técnica e qualificada, para assim, darem continuação aos projetos do Governo. Neste cenário observamos a multiplicação das IES de cunho privado, (SILVA, 2019, p. 33-34)

O objetivo do regime civil-militar, no contexto de expansão do ensino superior, era o de que a criação de universidades privadas estivesse alinhada com os interesses de seu projeto nacional. O governo militar facilitou o processo de criação de universidades na

Baixada, através do credenciamento destas. Somado a essas facilidades, o financiamento público facilitou sua expansão. Dessa forma, defende a autora, o Estado durante o regime militar respondeu às demandas das elites locais por um ensino superior ao mesmo tempo em que remunerou os nascentes capitais: “Neste caso, podemos interpretar a implantação das instituições de nível superior nas regiões periféricas como uma medida de política pública voltada para educação.” (SILVA, 2019, p. 35)

Observamos a criação, na década de 1970, das três principais universidades privadas da região, a saber: a Associação Brasileira de Ensino Superior Universitário em Belford Roxo (Abeu, futura Uniabeu), a Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu (Sesni, futura Unig) e a Associação Fluminense de Educação em Duque de Caxias (AFE, futura Unigranrio). É relevante ressaltar que tais instituições já estavam presentes na região antes da reforma, mas que com as facilidades jurídicas somadas às redes de sociabilidade entre atores da política local e da esfera federal, seus processos administrativos puderam caminhar (SILVA, 2019).

A Abeu foi fundada por Valdir Valela, professor do antigo Ginásio de Belford Roxo que transformou o colégio da Abeu. Foi aluno do ginásio e depois passou a trabalhar na escola dentro de cargos administrativos até que a instituição declarou falência, porém ao invés de encerrar as atividades convidou membros do corpo docente para serem sócios. Mais tarde, ele e mais três sócios começaram um empreendimento para criar um colégio, a princípio seria localizado em Queimados, porém o Vilela percebeu que o entorno de Belford Roxo era mais vantajoso, em termos de localização, do que o então distrito de Queimados. A proximidade com o município de Nova Iguaçu e os caminhos, por meio de linhas de ônibus e pontos de táxi, foi importante na escolha do local do colégio. No ano de 1970 mudou o nome de Ginásio Belford Roxo para Associação Brasileira de Ensino Universitário, a Abeu (SILVA, 2019).

Outra instituição do período é a Associação Fluminense de Educação (AFE), que posteriormente seria chamada de Unigranrio. Foi fundado por José de Souza Herdy, que foi Secretário de Educação de Nova Iguaçu no ano de 1964 e que também participou do processo de formação de outra universidade: ele foi diretor-executivo da SESNI, futura Unig. Suas conexões com o regime militar ficam expressas no momento de inauguração do

primeiro bloco universitário da AFE, em 1974, quando aproveitou para tecer elogios à “revolução” de 1964. Porém a formação da instituição é anterior, e no ano de 1972 a associação funcionava em salas emprestadas de um colégio. Após aquele discurso, a universidade passa por uma intensa expansão tanto de infraestrutura quanto de matrículas e no ano de 1976 passa a ser chamada de Faculdades Unidas Grande Rio, mais tarde seria chamada de Unigranrio (SILVA, 2019).

Débora Silva analisa a formação da SESNI, enquanto o resultado de coalizões, formadas por redes de sociabilidade, entre figuras do poder local de Nova Iguaçu e das esferas administrativas superiores. A formação da SESNI está vinculada à participação da família Raunheitti, em especial de Fábio Raunheitti, em Nova Iguaçu. Fábio Raunheitti possuía cargos administrativos na prefeitura de Nova Iguaçu, na ocasião do mandato de Antônio Machado, por conta das tensões políticas (o rodízio de prefeitos durante os primeiros onze anos do regime militar) Fábio passou a agir enquanto representante da gestão de Antônio Machado. Por outro lado, seu irmão, Darcílio Ayres, era deputado federal e apoiador do regime militar (primeiro como membro do MDB, depois migrou para a ARENA) e compunha uma bancada na câmara, juntamente com outros deputados representantes da Baixada Fluminense, que defendem reivindicações como saneamento básico, saúde e uma universidade para a região. No ano de 1969, Fábio fundou juntamente com outras figuras locais, inclusive opositores políticos, a primeira associação universitária de Nova Iguaçu chamada de Associação Universitária José Faustino, pai de José Costa Filho que foi o primeiro presidente da associação que formaria a SESNI. Silva encontrou poucas informações sobre a figura, mas sabemos que ele era membro da elite iguaçuana e que além de sua formação em direito, possuía múltiplos investimentos na região. No entanto, a SESNI foi seu primeiro empreendimento educacional e embora fosse uma figura central, não há conclusões sobre seu real papel na SESNI (SILVA, 2019). A diretoria da SESNI era formada por uma reunião de diferentes nomes ligados à política local da região, que para a autora são resultados de um esforço para criar uma rede de sociabilidade unida com o propósito de materializar a proposta de uma universidade na região. A universidade começou suas atividades em 1970, através da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras em Nova Iguaçu. Em 1974, foi criado o curso de Direito e, dois

anos depois, em 1976, foi inaugurado o curso de Medicina e Pedagogia. Mais tarde, na década de 1980, foram inaugurados os cursos de odontologia e tecnologia em processamento de dados. No ano de 1993 teve seu nome mudado para Universidade Iguaçu e no ano de 1997, a universidade incorporou os cursos de enfermagem, farmácia, educação física, e fisioterapia (SILVA, 2019).

Podemos ver que a Baixada Fluminense é um caso de como essas mudanças provocadas pela reforma universitária de 1968 foram operadas no espaço da região e a pesquisa de Débora Silva nos mostra os meandros das relações entre o poder local, que tinha projetos e aspirações de construir universidades na região, e os militares, que tinham uma visão de universidade enquanto espaço de geração de recursos humanos. A união dessas duas forças políticas têm como síntese a formação de um sistema de ensino superior na Baixada Fluminense. As décadas de 1980 e 1990 seguem a mesma tendência iniciada com a reforma de 1968, a de crescimento proporcionalmente maior do ensino superior privado, e vemos que nos governos de FHC, o ensino superior privado continuou sua trajetória de ascensão iniciada com a ditadura militar, com o aumento do número de matrículas e de instituições particulares de ensino (ALMEIDA, 2016). Podemos ver isso no caso da Unig, que no período correspondente à segunda metade da década de 1990, passou a ofertar novos cursos para a região (SILVA, 2019).

Nos anos 2000, vemos um crescimento no número de instituições de ensino superior na Baixada Fluminense. Destaca-se o aumento no número de universidades públicas na região, processo que ocorreu a partir dos governos Lula com o Expandir e Reuni. Observando os dados da tabela abaixo, vemos a evolução no número de instituições de ensino superior público no interior do estado do Rio de Janeiro e também na Baixada Fluminense durante os anos 2003-2017:

Tabela 4 - Número de Instituições de Ensino Superior público 2003-2017 (Rio de Janeiro - Interior e Baixada Fluminense)¹⁰

Região	2003	2006	2009	2013	2017
Interior	6	12	14	13	15
Baixada Fluminense	-	-	11	9	11

¹⁰ Os dados referentes à Baixada Fluminense, são referentes aos municípios: Belford Roxo; Duque de Caxias; Itaguaí; Nilópolis; Nova Iguaçu; Paracambi; Queimados; São João de Meriti; Seropédica. Os dados para esses municípios só estão disponíveis a partir do ano de 2009.

Fonte: INEP (2003,2006,2009,2013,2017)¹¹

Podemos ver que, durante os anos 2000 há uma expansão do ensino superior público no interior do Rio de Janeiro e especificamente dentro da Baixada Fluminense. Apesar de não termos os dados específicos para os municípios da Baixada nos anos 2003 e 2006, os dados que estão disponíveis nos mostram que, pelo menos a partir de 2009, das 14 instituições de ensino superior no interior do Rio de Janeiro, 11 estavam na Baixada. Ou seja, mais da metade das universidades públicas no interior do Rio de Janeiro se encontram na Baixada Fluminense.

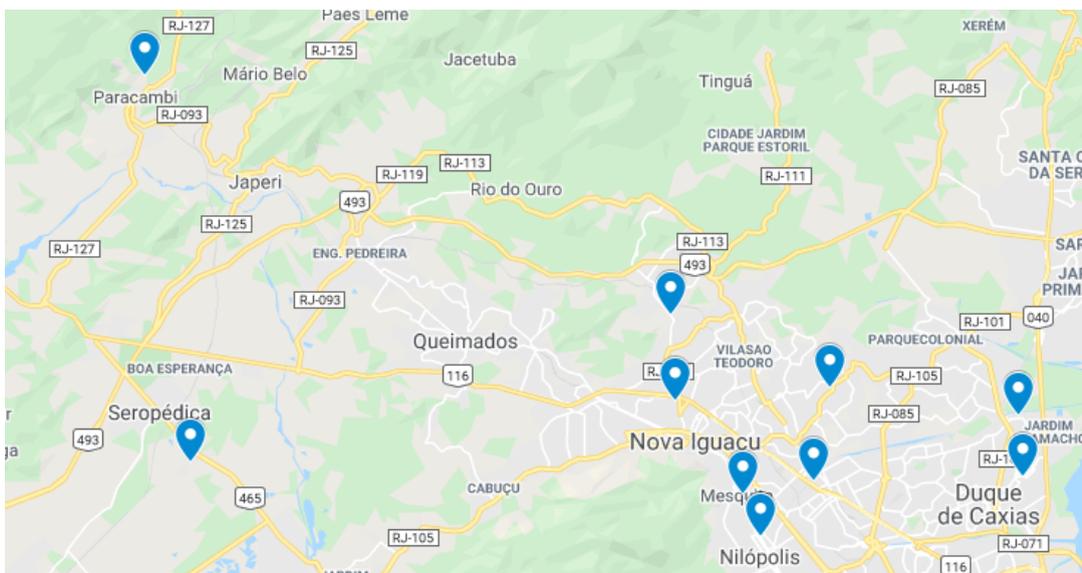
O processo de interiorização do ensino superior, iniciado com o Expandir e desenvolvido e implementado a partir do Reuni, alterou a distribuição de instituições públicas de ensino superior. Resultando no objetivo das políticas que era ofertar ensino superior nas regiões do interior dos estados. Na Baixada Fluminense, isto significou que a população local passou a ter acesso a cursos de graduação gratuitos. Este processo também é entendido enquanto uma migração inversa (ALMEIDA, 2015) ou descentralização (MORAIS, 2020). Trabalhando com o conceito de migração, enquanto o movimento, Douglas Almeida entende que a criação de universidades públicas na Baixada alterou a dinâmica da mobilidade urbana para os estudantes: se antes era necessário ir até o centro para acessar o ensino superior público, com a criação de universidades no interior da Baixada, essa dinâmica se altera, produzindo uma migração inversa. Por outro lado, Juliana Morais, entende que a expansão do ensino superior provocou uma descentralização na Baixada Fluminense, ou seja, a criação de universidades no interior da região, não apenas possibilitou o acesso ao ensino superior, mas criou novos espaços de construção do conhecimento (MORAIS, 2020). As posições dos autores não são excludentes, pelo contrário, o que muda o enfoque: se um enxerga uma mudança na mobilidade interna dentro da Baixada, a outra chama a atenção para a criação de novos espaços.

Como vimos na tabela, no ano de 2009 e 2017 haviam 11 instituições de ensino superior na região da Baixada Fluminense. Dentre elas, destacamos as seguintes: a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), em Duque de Caxias. O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), com *campus*

¹¹Disponível no endereço: <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?> (Acesso em: 20/01/2022)

localizados em diferentes municípios da Baixada Fluminense. O Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), com um *campus* em Nova Iguaçu. O *campus* de Seropédica da UFRRJ e o Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu. Há alguns pontos em comum entre estas universidades públicas, como destacado pela pesquisadora Juliana Athayde de Moraes em sua tese de doutorado (2020). Tais como a presença de cursos noturnos, que exigem um custo menor e uma concentração significativa de alunos-moradores da região e de maioria negra. A autora também destaca a relação que essas universidades possuem com o sistema de educação básica na região que estão inseridas (MORAIS, 2020). O mapa a seguir mostra a disposição dessas instituições na Baixada Fluminense:

Mapa 5 - Distribuição das instituições de ensino superior público na Baixada Fluminense:



Fonte: Elaboração própria (Google Maps. Acesso em: 03/02/2022)

Como podemos ver, a maioria das instituições de ensino superior públicas estão instaladas relativamente próximas às rodovias. Também observamos que a maioria das instituições ficam próximas dos centros urbanos dos municípios que compõem a região do núcleo duro da Baixada Fluminense (SIMÕES, 2006): Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti. Dessa forma, vemos que a interiorização do ensino superior público, pelo menos no caso do Rio de Janeiro, ocorreu, em sua maioria, nas regiões de maior concentração urbana da Região Metropolitana.

Porém, nem todas as instituições presentes no mapa foram criadas nos anos 2000, algumas possuem o histórico que remonta às décadas anteriores.

A FEBF é a primeira universidade pública criada dentro da Baixada Fluminense. As suas origens remontam à criação do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS), em 1960. O instituto se localizava no município de Duque de Caxias e era uma escola voltada para a formação de professores na Baixada Fluminense. As transformações jurídico-políticas, provocadas pelo golpe militar, resultaram, em 1966, na criação do Curso de Formação de Professores para Ensino Normal (CFPEN). Cinco anos mais tarde, em 1971, o CFPEN passa a ser chamado de Curso de Pedagogia, com os diplomas chancelados pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Porém, no ano de 1975, com a extinção do estado da Guanabara, o curso de pedagogia seria desvinculado da UFF. Alguns anos mais tarde, em 1982 o curso é vinculado à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), após mobilizações da comunidade acadêmica. Após sua vinculação, o curso de pedagogia perdeu sua autonomia e ficou subordinado à Uerj, o que motivou reivindicações da comunidade acadêmica até que, em 1988, é criada a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/Uerj), que garantiu autonomia ao curso(MORAIS, 2020). A FEBF funcionava nos prédios do antigo IEGRS, contudo a estrutura do prédio foi se mostrando incapaz de dar conta do crescimento da faculdade até que passou a ter sede própria em 1998, no Ciep-090, no bairro da Vila São Luiz¹².

É importante salientar que a partir do ano de 2015 uma crise fiscal afetou o estado do Rio de Janeiro, seus desdobramentos colocaram a Uerj por uma crise severa que afetou significativamente o cotidiano dos estudantes, principalmente da FEBF. As perdas salariais dos professores, ao longo do ano de 2015, motivou uma greve em março do ano seguinte. O não repasse das verbas para a universidade fez com que a reitoria da Uerj suspendesse as aulas, entre os meses de janeiro e abril de 2017. A falta de verbas implicou no não pagamento do salário de professores e funcionários terceirizados, e no atraso no pagamento de bolsas de estudantes por um período longo, o que afetou as condições de permanência dos estudantes e provocou uma alta nas taxas de evasão. Contudo, apesar da

¹² Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Disponível no endereço eletrônico: http://www.febf.uerj.br/site/?page_id=1003

forte crise, o corpo acadêmico da FEBF buscou manter as atividades dentro do *campus* (MORAIS, 2020).

O IFRJ foi criado durante a década de 1940, com um curso de química industrial, nas instalações da UFRJ. Passou por várias transformações e mudanças de nome, durante a década de 1960 a 2008, quando, por força da lei nº11.892/2008, teve seu nome alterado de Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Química de Nilópolis (Cefeteq) para a atual sigla (IFRJ)¹³. O IFRJ faz parte de uma rede federal para o ensino técnico profissionalizante e possui modalidades no ensino técnico e médio, graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*). Na Baixada Fluminense, há seis prédios do IFRJ localizados, respectivamente, nos municípios de: Belford Roxo, Duque de Caxias (2006), Mesquita, Nilópolis (1999), Paracambi e São João de Meriti (2011)¹⁴. Contudo, apenas a unidade de Belford Roxo não possui um curso superior¹⁵.

O Cefet possui um histórico que remonta a década de 1910, tendo passado da jurisdição municipal do distrito federal (Rio de Janeiro) a da União e sofrido numerosas formulações ao longo de diferentes governos, ela recebe o nome de Cefet no ano de 1978, por força de lei que também lhe atribui funções de uma instituição de ensino superior. No ano de 2003, foi inaugurado um *campus* no município de Nova Iguaçu, após lutas e mobilizações de movimentos sociais da Baixada Fluminense, que pressionaram o andamento das obras, iniciadas em 1988 e paralisadas em 1992, por questões financeiras e, mais tarde, em 1995, por questões judiciais. Em 1999, as obras foram retomadas, graças às pressões do Fórum de Entidades e algumas filiadas ao Movimento Amigos do Bairro (SOUZA, 2016).

Como vimos, a Baixada Fluminense possui instituições de ensino superior, tanto privadas quanto públicas, mas a região segue a mesma tendência nacional de um maior número de instituições privadas, frente a instituições públicas. Porém, a partir dos governos Lula, há um processo de interiorização do ensino superior público que permite à

¹³ Planalto Civil. Disponível no endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm

¹⁴ Não foram encontradas informações sobre a data de criação dos outros *campus*.

¹⁵ Portal IFRJ. Disponível no endereço eletrônico: <https://portal.ifrj.edu.br/institucional/historia-ifrj>

população local acesso a esses espaços. Um deles foi o Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, *campus* da UFRRJ. A análise do histórico de sua criação e dos impactos causados por sua implementação merecem uma exposição mais aprofundada.

Considerações finais

Neste capítulo abordamos a evolução do ensino superior, a partir da análise de suas políticas públicas, desde a reforma de 1968, implantada durante a ditadura militar, até o segundo mandato de Dilma Rousseff. Vimos que o ensino superior privado cresceu em proporção maior ao setor público a partir da reforma universitária de 1968, também vimos que os governos subsequentes continuaram financiando este setor através de políticas específicas e em constante mudança para acalmar os ânimos dos investidores. Observamos o crescimento do setor público durante os governos Lula, ainda que tímido se comparado às universidades privadas e bastante controverso, porém significativo, por ter interiorizado o ensino superior público e gratuito para regiões geograficamente distantes de universidades públicas consagradas. Nós também vimos como tais mudanças se operaram na Baixada Fluminense nas principais conjunturas e como a relação ensino superior público/ensino superior privado segue a mesma lógica da tendência nacional.

Observando a evolução da educação superior pública numa perspectiva de longa duração, podemos concluir que a educação no Brasil, como um todo, vem sofrendo um constante e explosivo processo de privatização, seja através da venda da mercadoria ensino, como da inserção da lógica empresarial de eficiência máxima com poucos recursos dentro de estabelecimentos públicos. A literatura crítica sobre este processo é uníssona ao denunciar a precarização não apenas do trabalho docente, no sentido de que o professor é constantemente avaliado por sua performance, mas pela qualidade do ensino ofertado. Por outro lado, a expansão do ensino superior público é o resultado tanto das mobilizações do corpo acadêmico quanto por interesses do governo federal, especialmente aqueles presentes no Reuni. Apesar da elaboração de políticas públicas para este setor, o cotidiano dos professores, alunos e funcionários é marcado por desafios que colocam em risco sua

permanência. Além disso, podemos ver que o perfil dos alunos é de jovens e negros. A presença maior de cursos noturnos também é um denominador em comum.

A análise do desenvolvimento superior público na Baixada Fluminense nos revela que a criação de universidades públicas é um processo político, pautado entre os interesses dos agentes no interior do governo federal e de atores sociais locais. Embora as instituições privadas tenham uma presença que data desde a década de 1970, vimos que os anos 2000 foram marcados pela expansão do ensino superior público com o Reuni e Expandir.

CAPÍTULO III

O Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu: criação e impacto social

Na primeira semana de novembro de 2015, ocorreu, no *campus* de Nova Iguaçu da UFRRJ, em uma sala do bloco multimídia, uma espécie de audiência para discutir a possível transformação do Instituto Multidisciplinar (IM) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) na Universidade Federal da Baixada Fluminense (ALMEIDA, 2016, p. 106). O projeto foi recebido com muitas críticas. Em meio à protocolização do pedido de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, bem como das políticas de austeridade aplicadas no início do ano, parecia bem improvável que tal projeto fosse executado. Tais condicionantes e outros fatores levaram à descrença de integrantes da comunidade acadêmica e posteriormente à submersão do projeto; contudo, a ideia de uma nova universidade pública da Baixada Fluminense ainda faz parte dos anseios de estudantes, professores e trabalhadores desta região. Além do mais, a escolha do I.M. para materializar tal demanda mostra um potencial do Instituto, que, na época, tinha apenas dez anos.

Este capítulo tem como objetivo analisar o impacto social da implementação do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ no município de Nova Iguaçu e em seu entorno. Dentre os documentos institucionais utilizados nesta pesquisa, destacamos os Planos de

Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período de 2006-2011 e 2013-2017; os Relatórios de Gestão, do ano de 2008 até 2017; deliberações do Conselho Universitário da UFRRJ (Consu) — o Plano de Reestruturação e Expansão da UFRRJ (PRE) e o Projeto Político Pedagógico do Instituto Multidisciplinar (PPP). Por se tratarem de documentos institucionais, eles representam a vontade e os anseios da instituição como um todo, e não de atores isolados.

Os PDIs e Relatórios de Gestão foram importantes, pois trouxeram um levantamento do atual estado da universidade como um todo, bem como os objetivos a serem alcançados. Os PDIs, embora também descrevam a estrutura da universidade, possuem um caráter mais prospectivo, no sentido de que é um documento que lança objetivos e metas de longo prazo para a instituição. Os Relatórios de Gestão são documentos publicados anualmente que, por conta de sua natureza periódica, trazem informações mais detalhadas sobre o quantitativo de alunos, técnicos e docentes, além de prestações de conta sobre a execução do orçamento.

Os documentos aprovados pelo Conselho Universitário da UFRRJ (CONSU), tais como as deliberações, dentre elas o PRE e o PPP, embora não nos dê informações sobre o perfil dos alunos, são importantes para a compreensão acerca do histórico da criação do Instituto, das expectativas e dos objetivos que a UFRRJ visava alcançar no processo de expansão do ensino superior público na Baixada.

Contamos também com pesquisas acadêmicas cujo tema é o Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu. Dentre elas, destacamos algumas dissertações: a primeira delas trata-se de um estudo sobre o significado social dos cursos de licenciatura do *campus* Nova Iguaçu (SOUZA, 2016); a segunda diz respeito a um estudo sobre a expansão universitária na Baixada Fluminense (ALMEIDA, 2016); e a terceira, por fim, faz um pesquisa sobre a conciliação entre trabalho e estudo por parte dos estudantes (MARTINS, 2013). Convém destacar que a maioria das pesquisas foi publicada entre os anos 2013-2016, o que nos leva a afirmar que se trata de uma bibliografia em construção, bem como de um objeto de estudos recente; entretanto, a bibliografia que trata do ensino superior na Baixada Fluminense é vasta e vai além destas menções.

Dividiremos este capítulo em três subcapítulos destinados a tratar dos seguintes temas: no primeiro, discutimos a correlação de força e debates internos que ocorreram na UFRRJ durante o contexto de adesão das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) ao Reuni; no segundo subcapítulo, fazemos um resgate do histórico da criação do IM, indo desde as primeiras tentativas da Escola de Governo da Baixada Fluminense (EGBF) até a inauguração da sua atual sede; e, no terceiro subcapítulo, discutimos o impacto social do IM à luz das fontes analisadas.

3.1 - O Reuni na UFRRJ: debatedores e o processo de adesão

A análise do processo de implementação do Reuni na UFRRJ é um caso interessante para analisarmos tanto a correlação de forças interna na universidade quanto elementos estruturantes como, por exemplo, a conjuntura política nacional e a orientação neoliberal nas políticas públicas. Tais aspectos delimitaram o campo de ações e alianças estabelecidos durante este processo.

Consideramos central, para nossa exposição, a pesquisa de Fabiane da Silva de Lemos Predes (2015), sobre a implementação do Reuni na UFRRJ. A autora segue um percurso em que busca destacar os atores envolvidos no processo para depois descrevê-lo. Sua pesquisa conta com entrevistas feitas de atores que eram simpatizantes da adesão e aqueles contrários.

O processo de adesão ao Reuni na UFRRJ, assim como em outras universidades do país, foi conflituoso e permeado de críticas pela comunidade acadêmica. No caso da UFRRJ, a análise do processo de adesão ao Reuni envolveu quatro atores coletivos: a administração superior da UFRRJ; o corpo docente, vinculado à Associação dos Docentes da UFRRJ - Adur-RJ; os técnicos-administrativos, representados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sintur); e, por fim, o corpo discente, representado pelo Diretório Central (DCE). Todas essas entidades, localizadas na UFRRJ, estavam vinculadas a entidades de caráter nacional (PREDES, 2015).

Sobre a administração superior da UFRRJ, sabemos que seu posicionamento era favorável ao Reuni tendo em vista as condições precárias nas quais o ensino superior

público se encontrava, como a destinação desproporcional de verbas para as universidades privadas gerava problemas nas universidades públicas, tais como a carência de concursos para a área e falta de repasse de recursos. Para a administração superior, o Reuni era visto como uma oportunidade de trazer mais apoio financeiro às universidades e foi o principal motivador para sua adesão (PREDES, 2015).

O corpo docente da UFRRJ, representado pela Adur-RJ, é uma entidade vinculada à Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior - Sindicato Nacional (Andes-SN) e alinhava-se com as críticas feitas ao Reuni. Dentre seus argumentos contrários, destacamos o não aumento de verbas, o atrelamento do orçamento às metas pactuadas, excessiva preocupação com números, aumento da precarização do trabalho dos servidores docentes — via ampliação da carga horária — e superlotação de turmas em uma infraestrutura já precarizada (PREDES, 2015, P. 90). O foco excessivo em números e metas, desacompanhados de melhorias na infraestrutura, prejudicaria a qualidade do ensino superior e intensificaria a precarização do trabalho docente no ensino superior.

O Sintur é a entidade representativa dos trabalhadores técnicos da UFRRJ. Ela era filiada à Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), federação que era favorável ao Reuni. Porém, para o Sintur, a oposição ao Reuni justificava-se pela falta de perspectivas para ampliação do quadro de servidores técnico-administrativos, que, com o aumento do número de alunos, resultaria numa carga horária mais intensa e precária para os servidores.

Por fim, o corpo discente da UFRRJ, representado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) e pela União Nacional dos Estudantes (UNE), estava dividido no momento da adesão ao Reuni, pois, enquanto o DCE da UFRRJ apoiava as reivindicações dos professores, a UNE mostrava-se favorável à adesão ao programa. De acordo com Predes, dentre as entidades estudantis, o Centro Acadêmico de Educação Física, durante a gestão intitulada “Quem sabe faz a hora”, liderou a oposição estudantil ao Reuni e protagonizaram a ocupação da reitoria da UFRRJ. O objetivo da ocupação era o de impedir a votação do PRE/UFRRJ no Consu da UFRRJ (PREDES, 2015), documento que sinalizaria a adesão da UFRRJ ao Reuni.

Um ponto de convergência entre os opositores na UFRRJ era a falta de debate e a centralização do processo decisório. Entidades estudantis e representantes de técnicos e docentes criticaram a ausência de diálogo por parte da Administração Superior. Segundo eles, os debates eram feitos de forma inconsistente e insuficiente e estavam sendo conduzidos de forma a corroborar a posição da UFRRJ. Além disso, eles também apontavam para a falta de divulgação, visibilidade e antecedência dos debates, o que mostra que o processo decisório na UFRRJ foi centralizado por um grupo seletivo de atores (PREDES, 2015). De acordo com um dos entrevistados (cuja identidade foi preservada), o debate:

(...) no fundo foi uma exposição de achismos, né, eu acho que se a gente ficar de fora a gente vai ficar sem dinheiro porque todo mundo tinha medo era que a proposta dizia que vinha investimento e naquele momento a universidade que pensava em crescer, em ter uma projeção diferente, ela achava que se ela não aderisse ao REUNI ela ficaria à margem e hoje a gente vê que está a margem de qualquer jeito e hoje. (PREDES, 2015, p. 86-87)

Podemos ver pela fala do entrevistado que havia um receio de que as universidades pudessem ficar à margem das atenções do MEC se optassem pela não adesão ao Reuni; contudo, o entrevistado entende que a posição “à margem” na qual a universidade se encontrava manteve-se independentemente de sua adesão. Entrevistados favoráveis ao Reuni, por outro lado, afirmavam que os debates foram construídos de forma satisfatória. Um dos entrevistados por Predes afirmou que:

(...) todos foram convidados a participar pela Reitoria da época e participaram em determinados momentos, não participaram assim ativamente, embora estivesse sempre a participação, havia também posições políticas um pouco antagônicas e em determinado momento resolveram ficar um pouco à margem do processo (Entrevistado E2). (PREDES, 2015, p. 87).

O entrevistado, intitulado por Predes como “E2”, defendeu que houve diálogo entre a comunidade acadêmica no contexto de adesão ao programa, mas argumenta que, embora houvesse diálogo e participação, algumas posições resolveram “ficar um pouco à margem

do processo" (PREDES, 2015, p. 87). Há um episódio marcante neste processo, que ocorre quando estudantes ocupam a reitoria para impedir a aprovação do PRE/UFRRJ. De acordo com o jornal da ADUR, no dia 25 de outubro, "mais de cem estudantes ocuparam a reitoria e realizaram inúmeros atos". A mobilização, que se encerrou na tarde do dia seguinte, conseguiu atrasar o envio da proposta, previsto para o dia 29 de outubro. Contudo, não alterou o caráter centralizado da discussão¹⁶. Uma das estudantes afirma que:

A meta de aprovar 90% dos alunos é irreal e não reflete a realidade das universidades. É quase como a aprovação automática, não faz sentido. Outro absurdo é a idéia [sic] de criar os bacharelados interdisciplinares. Por exemplo, querem juntar os cursos de física, química e matemática. Quem quiser cursar matemática, terá que fazer aulas das duas outras áreas. É um retrocesso", explicou Apoena.¹⁷

A mobilização contra o Reuni dentro da Rural envolveu tanto membros do corpo docente quanto estudantes e técnicos. Os argumentos contrários são semelhantes àqueles feitos em nível nacional. A supracitada fala da aluna mostra essa consonância. Apesar das polêmicas, o PRE/UFRRJ foi aprovado pelo CONSU da UFRRJ na deliberação número 43 de 30 de novembro de 2007¹⁸. Como foi visto, há polêmicas em torno não apenas das críticas ao Reuni, mas também da condução do processo de adesão ao Reuni. Predes chama atenção para o fato de que a comissão que elaborou a minuta do PRE/UFRRJ era formada por representantes do corpo docente indicados pelo reitor, deixando as outras instâncias (técnicos e estudantes) de fora do processo¹⁹. O PRE/UFRRJ é um documento importante, pois traz uma visão institucional da UFRRJ sobre seu lugar na sociedade e seus planos de expansão.

¹⁶ Adur-RJ. ANDES-SN condena a truculência de reitorias para viabilizar o Reuni, 30/10/2007. Disponível no endereço eletrônico: http://www.adur-rj.org.br/mobilizacao_ja_44.htm (Acesso em: 09/12/2021)

¹⁷ Adur-RJ. Estudantes impedem a adesão da UFRRJ ao Reuni, 26/10/2007. Disponível no endereço eletrônico: http://www.adur-rj.org.br/mobilizacao_ja_44.htm (Acesso em: 09/12/2021)

¹⁸ Secretaria de Órgãos Colegiados (SOC) da UFRRJ. Disponível no endereço eletrônico: http://ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/consu/Deliberacoes_2007/Delib043CONSU2007.pdf (Acesso em 09/09/2021)

¹⁹ Ver PREDES, 2015.

Existem dois documentos em que estão traçados os objetivos da UFRRJ com o Reuni, que são o PDI 2006-2011 e o PRE/UFRRJ. Enquanto o PDI é um documento que determina os objetivos da UFRRJ para o período em questão, o PRE/UFRRJ — embora seja um documento provisório, pois sofreu alterações — contém informações mais detalhadas sobre como a UFRRJ compreendia seu lugar social dentro do contexto de expansão do ensino superior. De acordo com o Decreto do Reuni, para aderirem ao programa, as universidades deveriam apresentar um plano de reestruturação aprovado pela administração superior da universidade. Sendo assim, foi formada, no ano de 2007, uma comissão para elaboração de um documento que contivesse as propostas do Reuni. Segundo a comissão, o documento busca atender às demandas internas e externas da universidade:

(...) onde nossa perspectiva foi a de elaboração de propostas que apontassem para: a construção coletiva, através de uma reestruturação de Projetos Pedagógicos de Cursos (presentes ou não no PDI), reestruturação de setores administrativos fundamentais, ampliação e reestruturação de infra-estrutura, etc (UFRRJ, 2007, p. 2)

O trecho acima aponta os principais pontos presentes no documento. A comissão reconhece a posição geográfica estratégica da UFRRJ e a necessidade de uma expansão, de atendimento de demandas internas no *campus* de Seropédica e de desenvolvimento das novas sedes, estando dentre elas o IM. Há um interesse em reestruturar a universidade como forma de atender às demandas internas na sede da universidade, mas é possível também encontrar objetivos relacionados à expansão da universidade com a criação de novas unidades universitárias.

Observamos que tanto o PDI 2006-2011 quanto o PRE/UFRRJ passam a entender a universidade enquanto um ator que age no processo de interiorização do Ensino Superior. Como podemos ver pelo primeiro e décimo sexto objetivo específico do PDI 2006-2011:

1. Consolidar e ampliar a inserção da UFRRJ no desenvolvimento sócio-econômico, cultural, político e científico em níveis local, regional e nacional, com ênfase no interior do Estado do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense.

(...)

16. Consolidar e ampliar a expansão da UFRRJ, fundamentada em ensino, pesquisa e extensão, de modo articulado com as políticas públicas da área. (UFRRJ, 2006, p. 22–26).

Sobre os objetivos supracitados, há pontos relevantes ressaltados na análise de Predes da minuta do PRE/UFRRJ principalmente no que diz respeito ao entendimento da UFRRJ sobre sua posição regional e seu entorno. O documento ressalta a posição geográfica da UFRRJ e as regiões sob influência da sede, a saber: a Costa Verde e Sul Fluminense, Baixada Fluminense/ Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Vale do Paraíba e Região Serrana. No total, o documento afirma que uma população de 7.584.541 brasileiros estava no entorno da UFRRJ; dessa população, aproximadamente três milhões e meio moravam na Baixada Fluminense, e o município de Nova Iguaçu contava, em 2007, com aproximadamente 900 mil moradores. O documento também reconhece a pouca inserção da universidade no entorno (UFRRJ, 2007, p. 10).

Dentre as metas para o *campus* de Nova Iguaçu presentes no documento, está a criação de 260 vagas. Sendo que 120 dessas vagas — quase a metade — eram para cursos na área de Ciências da Natureza (Biologia) e Saúde (Fisioterapia e Fonoaudiologia). No entanto, tais cursos não foram criados. O documento projeta a criação de 740 vagas no *campus* Nova Iguaçu num período de três anos (UFRRJ, 2007, p. 12-13). Dentre as estratégias para alcançar as metas, estão:

1. Realização de concurso público, para contratação de professores em Regime de Dedicção Exclusiva (DE 40 horas) (...)
 2. Contratação de servidores para o quadro técnico-administrativo, através de concurso público.
 3. Construção e Reestruturação dos Projetos Pedagógicos de Cursos(...)
(...)
 8. Ampliação da oferta de vagas para cursos de graduação que efetivamente apresentam grande demanda no vestibular e possuem reais condições de atender às necessidades de aumento de ingressantes sem o comprometimento da qualidade desses cursos, com contratação de Professores e pessoal Técnico-Administrativo.
 9. Criação de novos cursos de graduação, fundamentalmente das áreas de Humanas, Engenharia e Saúde, a partir de 2009.
(...)
- (UFRRJ, 2007, p. 13-14).

Dentro deste processo de interiorização do Ensino Superior Público na Baixada Fluminense, que foi disputado por outras IFES, a UFRRJ acabou sendo escolhida, pelo governo Federal, para interiorizar o Ensino Superior público na Baixada Fluminense. Tal protagonismo da instituição resultou, segundo uma reflexão elaborada por Ana Lúcia da Costa Silveira, em uma mudança da vocação da UFRRJ. Se até os anos 1990 ela possuía uma vocação para a área agrária, com a reforma universitária dos governos Lula, há uma mudança no perfil da instituição, no qual ele deixa de ser “uma universidade pública nacional, financiada com recursos federais, para tornar-se uma universidade de vocação regional” (SILVEIRA, 2011, p. 312), pois passou a concentrar seus esforços institucionais para atender às demandas das regiões que compõem seu entorno. Podemos ver uma mudança nesse sentido no PDI 2006-2011, no trecho em que é exposta a Missão da UFRRJ, que era a de:

Gerar, socializar e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, através do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, de modo a contribuir para o desenvolvimento do País, ressaltando o interior do Estado Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense (...) (UFRRJ, 2006, p. 21)

A UFRRJ entende sua missão a partir da sua atuação intelectual visando o desenvolvimento do país, especificamente o do interior do estado do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense. Outro trecho que reforça isso é o primeiro objetivo específico da UFRRJ, também parte do PDI 2006-2011, que diz que os objetivos que devem orientar a ação institucional da UFRRJ são:

Consolidar e ampliar a inserção da UFRRJ no desenvolvimento sócio-econômico, cultural, político e científico em níveis local, regional e nacional, com ênfase no interior do Estado do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense. (UFRRJ, 2006, p. 22)

Desponta, na leitura de ambos os trechos, que a UFRRJ entende-se como uma instituição que deve agir localmente visando o desenvolvimento cultural, científico e político da região em que está inserida (Interior do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense).

Mais adiante no documento, podemos ver a missão do IM, tal como prevista pela UFRRJ, que seria:

Contribuir para o atendimento das demandas de formação profissional e desenvolvimento social, político, econômico, científico, cultural e educacional da Baixada Fluminense, mediante a construção de projetos acadêmicos voltados à superação da exclusão social e à democratização do ensino superior. (UFRRJ, 2006, p. 77)

Assim, o IM tinha o objetivo de servir como braço da UFRRJ no processo de inserção da mesma na região da Baixada Fluminense. A localização do novo campus no município de Nova Iguaçu era uma escolha estratégica, pois a cidade era vista como um dos núcleos da região; contudo, o processo de criação de uma universidade pública em Nova Iguaçu não começa com a Universidade Rural.

3.2 - O histórico da criação do Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu

A ideia de uma universidade pública na Baixada Fluminense é antiga, e, embora já houvesse outras Instituições de Ensino Superior na região, o município de Nova Iguaçu ainda não possuía uma universidade pública própria, mesmo dispondo de uma centralidade geográfica e demográfica na região. Essa ideia tem seus primeiros contornos em 1992, quando foi criada uma unidade da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Nova Iguaçu, oferecendo os cursos de Direito, Administração e Ciências Contábeis²⁰. O projeto era de autoria do deputado iguaçuano Jorge Gama, apoiado por “milhares de assinaturas” enviadas ao então presidente Fernando Collor de Mello (SANTOS, 2016, p. 115).²¹ No entanto, por questões orçamentárias da prefeitura, não foi possível construir um *campus*, e as aulas ocorreram no Colégio Municipal Monteiro Lobato (SANTOS, 2016, p. 113). Além dessa tentativa, sabemos que havia duas universidades privadas em Nova Iguaçu

²⁰ Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jorge-gama-de-barros> (Acesso em: 24/09/2021)

²¹ Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jorge-gama-de-barros> (Acesso em: 27/09/2021)

desde a década de 1970: a Universidade Iguazu (UNIG) e a Associação Brasileira de Ensino Superior (Uniabeu), que, depois da emancipação, fica localizada em Belford Roxo. Também havia um *campus* do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), inaugurado em 2003.

Além da iniciativa da prefeitura, havia um convênio entre a Diocese de Nova Iguaçu com o Univerta (Universidade Aberta), criada em 1992 com o objetivo de fornecer uma formação popular para “fazer crescer de dentro para fora: no rumo (...) do engajamento transformado” (CEDIM, 2018, p. 243). A Universidade Popular da Baixada, nome do projeto da Diocese, teve sua aula inaugural no dia 9 de março de 1991 (CEDIM, 2018, p. 308). Segundo o documento digitalizado pelo Centro de Documentação e Imagem (Cedim), seus princípios eram o de promover uma formação crítica, ecumênica, engajada e geradora de uma opinião pública (CEDIM, 2018). Seu projeto de universidade era fruto de demandas locais e buscava se diferenciar da universidade oficial. No documento, afirma-se que a Universidade Popular é:

“(...) uma busca de resposta concreta aos pedidos continuados de nossas bases por mais formação (...) A Universidade oficial programa criar o cidadão eficiente atrelado ao sistema. Nossa Universidade Popular tenciona criar a visão crítica, a pessoa vacinada dos engodos alienatórios, o cidadão consciente de seu papel e da sua capacidade de fazer história. (CEDIM, 2018, p. 243)

Observamos que, durante a década de 1990, existiam dois projetos de universidade pública em Nova Iguaçu: um deles foi capitaneado pela Prefeitura de Nova Iguaçu em convênio com a UFF, e um segundo, que se formou do seio dos movimentos sociais com o apoio da Diocese de Nova Iguaçu. Pela posição sócio-econômica de Jorge da Gama e de seu histórico como membro de uma elite iguaçuana, podemos inferir que o projeto de uma Universidade Pública da Baixada Fluminense era resultado de anseios da própria elite local ao passo que a Universidade Popular da Baixada era uma resposta dos movimentos sociais, que também reivindicavam uma universidade própria. Carecemos de estudos que analisem o caráter sócio-econômico destes dois projetos e as possíveis relações que existiam entre si.

A criação de uma universidade pública envolve questões de ordem burocrática e de múltiplos interesses. Sua materialização é um processo que passa por diversas etapas, isto é, credenciamento e construção de um *campus*, contratação de professores e admissão de alunos. Por conta da complexidade de tal projeto, notamos que tal processo envolve uma rede de negociações, avanços e recuos que acabam por fazer com que sua tramitação se torne um processo demorado. É com essa queixa que Inês Patrício abre seu artigo intitulado *Escola de governo: Um consórcio de universidades na Baixada Fluminense* (2004), afirmando que:

Depois de um ano em que se cuidou preferencialmente de uma agenda de cursos de extensão e da criação de núcleos de trabalho, conseguiu-se sensibilizar a opinião pública, os vereadores e alguns deputados e senadores para a ideia de uma universidade pública na Baixada Fluminense. (PATRÍCIO, 2004, p. 5)

Veremos que, a partir dos anos 2000, surge um novo esforço em criar universidades públicas na Baixada Fluminense, processo que culmina com a criação do Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu da UFRRJ. No ano de 2002, a Secretaria de Desenvolvimento da Baixada Fluminense sediou reuniões para discutir a criação de uma universidade pública na região. Desses encontros, foi firmado um convênio entre nove instituições públicas para criar a Escola de Governo da Baixada Fluminense (EGBF) (UFRRJ, 2006).

A EGBF é um projeto de extensão da UFF com outras instituições, como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Escola Nacional de Ciência e Estatística (ENCE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) (PATRÍCIO, 2004, p. 6). Este convênio tinha como objetivo reunir docentes²² e técnicos de diferentes instituições do estado do Rio de Janeiro

²² “O corpo docente do Curso de Introdução às Ciências Sociais conta com os professores Aloysio Carvalho (EGBF); Ana Cláudia Marques (USP); Ângela Ganem (UFF); Camille Bemerguy (UFF); Carlos Eduardo Rebello de Mendonça (UERJ); Carlos Vidotto (UFF); Célia Lessa Kerstenetzky (UFF); Fernando Latman-Weltman (PUC); Hélio Silva (EGBF); Hildete Pereira de Mello (UFF); Inês Patrício (UFF); Jorge Britto (UFF); João Trajano Sento Sé (UERJ); Jorge Mattar Villela (Museu Nacional/UFRJ); Leilah

para “estabelecer uma estrutura de ensino e pesquisa, como um embrião de uma universidade pública na região” (SOUZA, 2016, p. 37). Os trabalhos eram financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e os cursos eram oferecidos para a população local que estivesse interessada em participar.

Em agosto de 2003, foi ofertado um curso de Introdução às Ciências Sociais com duração de cinco meses, combinando módulos de Economia, Sociologia, Antropologia, Ciência Política e aulas específicas sobre a Economia Brasileira e os Problemas da Baixada Fluminense (PATRÍCIO, 2004). O potencial do projeto da EGBF era visto durante sua execução. Em uma reportagem arquivada no site da Faperj, o curso de Introdução às Ciências Sociais é visto como um passo rumo à criação de uma estrutura de cursos de graduação na região, assinalando para a criação de uma Universidade Pública na região:

A criação do Curso de Introdução às Ciências Sociais é mais um passo da Escola de Governo da Baixada Fluminense para a implantação de um projeto de pesquisa e ensino em níveis médio, de graduação e de pós-graduação. A expectativa é oferecer cursos de graduação, já a partir de 2004, o que aponta para a criação de uma universidade pública e gratuita na região.²³

O curso era destinado “a todos aqueles que têm interesse em obter conhecimentos sobre os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais da Baixada Fluminense e desenvolver estudos sobre a região”²⁴. Com isso, a EGBF buscava alcançar e formar líderes comunitários, representantes de Organizações Não Governamentais (ONG) assim como “representantes de órgãos públicos e secretarias de governo, pesquisadores, professores de ensino fundamental e médio, estudantes de graduação e demais interessados”²⁵. Havia, portanto, um interesse por parte do Estado em oferecer formação

Landim (Museu Nacional/UFRJ); Mirane Girão (PUC); Marta Cartilho (UFF); Maurício Blanco (IETS); Ruth Dweck (UFF); e Vivian Braga (Ibase), entre outros.” FAPERJ, Baixada ganha curso de Ciências Sociais, 07/07/2003.. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.faperj.br/?id=77.2.1> (Acesso em 29/09/2021)

²³ FAPERJ, Baixada ganha curso de Ciências Sociais, 07/07/2003. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.faperj.br/?id=77.2.1> (Acesso em 29/09/2021)

²⁴ FAPERJ, Baixada ganha curso de Ciências Sociais, 07/07/2003. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.faperj.br/?id=77.2.1> (Acesso em 29/09/2021)

²⁵ FAPERJ, Baixada ganha curso de Ciências Sociais, 07/07/2003. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.faperj.br/?id=77.2.1> (Acesso em 29/09/2021)

política e acadêmica para a população local, tendo como preferência formar aqueles que ou integravam os quadros da administração pública ou que, por fora dela, tencionavam os agentes.

Tanto o artigo de Inês Patrício quanto as reportagens do site da Faperj não apontam a UFRRJ como membro do projeto da EGBF, o que nos leva a inferir que, em algum momento a partir do ano de 2004, a UFRRJ passou a integrar o projeto para, depois, ser a escolhida para realizar a criação de um *campus* no município de Nova Iguaçu.

Consta, no PPP do IM, que, ao final do ano de 2003, a UFRRJ, em conjunto com lideranças comunitárias e sob a liderança da Câmara dos Vereadores de Nova Iguaçu, formou o Fórum pela Universidade Pública da Baixada Fluminense. As reuniões do Fórum ocorreram na Câmara dos Vereadores de Nova Iguaçu. Neste espaço, foram promovidas reuniões e audiências públicas, e foi enviado um abaixo assinado ao MEC em que solicitava-se a criação de uma Universidade Pública da Baixada Fluminense (UFRRJ, 2006). Vale mencionar a campanha de 2003, organizada pelo então vereador Carlos Ferreira (Ferreirinha), do PT, de coletar assinaturas em um abaixo-assinado. O parlamentar levou o documento até Brasília e, no ano de 2004, foi apresentado, na Câmara dos Deputados, o projeto de Lei 4.104/04, que tinha como objetivo a criação da Universidade Federal da Baixada Fluminense em Nova Iguaçu; a proposta, no entanto, não foi aprovada (MORAIS, 2020).

Meses depois, no dia 19 de maio de 2004, houve a deliberação nº 16 do Consu da UFRRJ no qual a instituição assinou o termo de compromisso juntamente com o Ministério da Educação (MEC), a Associação dos Prefeitos dos Municípios da Baixada Fluminense (APMBF) e as Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro - UFRJ, Uerj, UFF, Unirio, Cefet/RJ, na qual a UFRRJ afirma que vai objetivar:

(...) a conjugação de esforços, visando o estabelecimento de condições que viabilizem o regime de mútua cooperação técnica e científica entre os partícipes do CONSÓRCIO UNIVERSIDADE PÚBLICA DA BAIXADA, com vistas à promoção de intercâmbio científico e à realização de projetos conjuntos de ensino, de pesquisa e de extensão (processo nº 23083.003498/2004-47). Assinado em 19 de maio de 2004. (CONSU, 2004)

Nos termos do trecho acima, foi criado o Consórcio Universidade Pública da Baixada (UPB). Este consórcio oferecia cursos de Ensino Superior em diferentes locais em Nova Iguaçu, e cada curso era coordenado por uma universidade. Segundo a primeira diretora do IM, Lucília Augusta Lino (2022):

O IM só foi criado em 2006; em 2004, era um consórcio chamado Universidade Pública da Baixada, que era constituído por três Instituições Federais de Ensino: a UFRRJ, que oferecia curso de Administração; a UFF, que oferecia o curso de Economia; e o Cefet, que oferecia o curso de engenharia (não lembro qual). O Cefet já tinha uma unidade em Nova Iguaçu e oferecia turmas de curso de engenharia lá na sede deles. A UFF oferecia o curso de economia na sede da Igreja Católica, que era o Centro de Direitos Humanos, e a Rural oferecia dentro do Monteiro Lobato. (LINO, 2022)

Este consórcio foi feito com apoio financeiro da emenda parlamentar de Lindbergh Farias, e, em setembro de 2004, quatro meses depois da deliberação, os cursos de Administração e Engenharia da Automação começaram a funcionar no prédio do Cefet de Santa Rita; a UFF, por sua vez, oferecia um curso de Economia no Centro de Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu. Ocorre, então, uma inflexão na condução do projeto. Devido à política de expansão do ensino superior público, o consórcio de universidades públicas foi dissolvido (UFRRJ, 2006).

Entre o dia 21 de junho e 12 de julho de 2005, a UFRRJ realizou uma pesquisa com 2.575 alunos de 18 instituições escolares da rede estadual pública em que foi aplicado um questionário para determinar quais cursos seriam ofertados e para anunciar que, no ano seguinte, haveria uma universidade pública na região. O objetivo da pesquisa era saber qual era a demanda dos estudantes. Dentre os cursos citados pelos alunos temos Informática, Pedagogia, Licenciatura em Matemática, História, Geografia, Economia Doméstica (Gestão em Hotelaria e organização de eventos) e Ciências Atuariais (Estatística) (LINO, 2022). Contudo, a escolha dos cursos ofertados foi limitada por dois fatores, elencados pela então Diretora Lucília Lino:

Na realidade, já havia um comprometimento por parte de já estar determinado que [os cursos de] Administração de Empresas e Economia existiriam por conta dos cursos já preexistentes.

Inicialmente, a gente só tinha espaço para cinco cursos (...) então não havia muitos espaços (...) e a gente optou por cursos que não precisariam, inicialmente, de muitos laboratórios, já que a gente ia ficar um número de anos numa situação provisória. (LINO, 2022)

Ao mesmo tempo em que, ao visitar as escolas, havia um interesse, por parte da UFRRJ, em atender às demandas locais, também havia um compromisso prévio assumido no contexto do convênio da UPB. Podemos observar a presença de uma racionalidade por trás das escolhas da UFRRJ no momento de escolha dos cursos que seriam ofertados. Tal racionalidade estava pautada na conciliação de três fatores: a demanda local, os compromissos assumidos e a situação inicial do instituto. Este último foi um fator de peso, pois o jovem *campus* funcionaria em um prédio alugado.

No ano de 2005, foi aprovada a criação de uma unidade universitária em Nova Iguaçu (Deliberação 32 de 2005²⁶) em reunião do Conselho Universitário da UFRRJ. No dia 14 de novembro de 2005, é firmado um convênio entre o MEC e a universidade para a criação de um *campus* em Nova Iguaçu. Segundo notícia arquivada no site do MEC, “O novo *campus* oferecerá cursos de graduação nas áreas de administração, economia e licenciaturas. Quando plenamente instalado, atenderá 1,6 mil alunos e contará com 90 professores.”²⁷. O compromisso entre os órgãos é entendido como parte dos esforços do governo federal para implementar a expansão do ensino superior público.

De acordo com o PPP do IM, a “meta de expansão das Ifes” proposta pelo MEC “vem de encontro ao entendimento de que a UFRRJ é a Universidade Pública localizada na Baixada Fluminense e, portanto, a responsável por atender aos anseios dessa população por um ensino superior de qualidade socialmente referenciado” (UFRRJ, 2006, p. 17). Retomando o documento do PRE da UFRRJ, que marca a adesão da universidade ao Reuni, notamos que a instituição se apoia em sua localização geográfica enquanto justificativa para ser a universidade responsável por atender aos anseios da população local.

²⁶ Secretaria de Órgãos Colegiados (SOC) da UFRRJ. Deliberação nº 32, de 2005. Disponível em: http://ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/consu/Deliberacoes_2005/Delib32-2005.pdf (Acesso em: 05/10/2021)

²⁷ Portal MEC. Convênio permitirá expansão da UFRRJ, 16/11/2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/4851-sp-1839872847> (Acesso em: 29/09/2021)

Também encontramos um argumento semelhante em documento do MEC. O IM é uma criação da primeira fase de expansão do ensino superior público, intitulada *Expandir*. Nela, o objetivo era aproveitar iniciativas já existentes nas outras IFES para promover a interiorização do ensino superior público. Segundo o documento, a motivação para esta medida era “reduzir as assimetrias regionais responsáveis pela concentração das universidades federais em metrópoles e regiões com maior poder aquisitivo” (BRASIL, 2015, p. 36). Mais adiante, o documento expunha os critérios utilizados pelo governo federal na criação de novos campus e universidades, a saber:

(...) a vocação da região e políticas públicas em desenvolvimento - arranjos produtivos locais; a promoção do desenvolvimento com redução das assimetrias regionais; **a localização geográfica; a população da micro e mesorregião atendidas**; os polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB); os indicadores de desenvolvimento econômico e social (taxas de evolução): IDH, IDEB; a taxa da oferta de vagas públicas e privadas na educação superior (estadual, federal, técnica) na microrregião e mesorregião; as áreas de formação prioritárias (formação de professores, saúde, tecnologias); o curso em área de conhecimento existente na universidade; o curso novo em área de conhecimento de ações prioritárias e a ampliação da oferta de educação superior pública no período noturno. (BRASIL, 2015, p. 35–36, grifo nosso)

Podemos observar que a localização geográfica foi, de fato, um fator decisivo na escolha da universidade, e, no contexto da Baixada Fluminense, a UFRRJ possuía uma localização central para a criação de um novo *campus* universitário. A leitura conjunta dos documentos do MEC com o PRE da UFRRJ ajudam a explicar a importância da presença do fator proximidade geográfica. Entendemos que a escolha da UFRRJ, por parte do MEC, para ser a universidade responsável pelos projetos de interiorização foi possibilitada pelo contexto mais amplo de reforma universitária dos governos Lula, especialmente no que diz respeito à concepção de universidade enquanto ator regional, um elemento constitutivo das políticas públicas para o ensino superior deste período.

Um documento de significativa importância para entendermos a visão da UFRRJ sobre seu papel regional na Baixada é o PPP do IM, aprovado pela deliberação do Consu

da UFRRJ, número 04 de 2006²⁸. O documento contém informações relevantes quanto às intenções da UFRRJ para a região através de seu novo *campus* e ao papel atribuído à universidade pública em uma região. Ele é resultado dos trabalhos da Comissão de Elaboração para o PPP²⁹ e era entendido como um “ante-projeto”, pois o PPP “do novo *campus* deve ser discutido pela comunidade acadêmica do Instituto Multidisciplinar (...)” (UFRRJ, 2006, p. 2). Esta posição é retomada no seguinte trecho:

Nesse sentido, consideramos este documento um Ante-Projeto Político Pedagógico, que indica a organização inicial necessária ao funcionamento do novo Instituto da UFRRJ, que será posteriormente discutido e aprimorado pelos seus futuros estudantes, professores e técnico-administrativos que juntos, estenderão o debate à comunidade local, e, assim, construirão coletivamente o projeto político pedagógico definitivo da Unidade e os respectivos projetos pedagógicos, específicos de cada curso. (UFRRJ, 2006, p. 4)

Portanto, havia o entendimento de que o PPP do IM era um documento provisório que seria reescrito no futuro e que este processo envolveria toda a comunidade acadêmica: docentes, discentes e técnicos-administrativos. No documento em questão, a implantação de uma unidade universitária era uma oportunidade para a UFRRJ:

(...) rediscutir sua função social, seu desempenho em ensino, pesquisa e extensão, baseada no comprometimento com o desenvolvimento de uma coletividade que anseia pela criação de uma instituição pública e federal de ensino superior na Baixada Fluminense (UFRRJ, 2006, p. 3-4)

O PPP do IM era, portanto, uma oportunidade para a UFRRJ repensar seu papel local como universidade pública localizada no interior do Rio de Janeiro. Além disso, o

²⁸ Secretaria de Órgãos Colegiados (SOC) da UFRRJ. Deliberação nº 4, de 30 de março de 2006. Disponível em: http://ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/consu/Deliberacoes_2006/Delib04-2006.pdf (Acesso em: 05/10/2021)

²⁹ “A Comissão foi composta pelos professores Luiz Carlos de Oliveira Lima, Marcelo Álvaro da Silva Macedo, Marcelo Dib Cruz, Margareth de Almeida Gonçalves, Nicéas Alencar da Silva e Lucília Augusta Lino de Paula, presidente. O Projeto contou com a colaboração dos professores Aloísio Jorge de Jesus Monteiro, Ana Maria Dantas Soares, Amparo Villa Cupollilo, Lana Claudia Souza Fonseca, Lia Maria Teixeira de Oliveira e Inês Emília Sarmento Patrício. Na fase da pesquisa colaboraram Diana Veiga Mandelert, Tânia Ventura da Silva Bernardo dos Santos e os estudantes Amanda Moreira da Silva, Juliene Paes Leme de Oliveira, Paulo Tiago Neves dos Santos e Thaianne Cavalcanti Couto.” (UFRRJ, 2006, p. 2)

PPP do IM atribui à universidade uma função social de promoção de mobilidade, inclusão social e almejo da transformação social, sobretudo, em uma região historicamente excluída como a Baixada Fluminense, de acordo com os termos do projeto político-pedagógico do novo instituto. Neste sentido, a função social de uma universidade pública na periferia iria além de “se restringir ao domínio específico do mercado de trabalho”, mas também buscaria “propor intervenções no processo histórico visando à compreensão visando a compreensão e a transformação social da realidade” (UFRRJ, 2006, p. 6). Para alcançar estes objetivos, seria necessário articular os conhecimentos globais com necessidades e demandas locais. Neste sentido, uma das missões do IM, de acordo com o documento, seria a de “afirmação da educação pública, gratuita e com qualidade social e excelência acadêmica bem como o desenvolvimento de um lócus de pesquisa e produção de conhecimento socialmente referenciado, na perspectiva dos interesses da Baixada Fluminense” (UFRRJ, 2006, p. 3). O aluno do IM, na perspectiva do documento, seria aquele que:

(...) ao final de sua trajetória, seja um cidadão capaz de um envolvimento importante no quadro de mudanças sociais. A formação acadêmica pretende não somente fornecer as condições ao graduado de exercer uma profissão de forma competente, mas, também (...) dar-lhe a capacidade de participar de forma ativa no âmbito coletivo, entendendo a realidade brasileira e loco-regional, e de identificar, avaliar e propor resoluções aos problemas relevantes do contexto social (UFRRJ, 2006, p. 7).

Assim, ao articular as necessidades materiais por uma profissão — podendo ser entendida também como mobilidade social — com as demandas sociais e políticas locais da Baixada, a UFRRJ entende seu papel na qualidade de um agente que promove o desenvolvimento regional e da democracia, enquanto que o IM seria uma forma de oferecer à Baixada Fluminense condições acadêmicas para mobilidade social e exercício da cidadania. Com base nessas leituras, é pertinente retomar o argumento de Ana Lúcia Silveira, professora da UFRRJ, quando afirma que houve uma mudança na missão da UFRRJ, que passou de uma vocação agrária para regional. Com base na posição da autora, tendo a criação do IM e a nova missão da UFRRJ em mente, entendemos que tais

processos encontram-se dentro de um contexto de reforma universitária dos governos Lula, que alterou a função da universidade em relação àquela que vigorava com a reforma de 1968. Sendo assim, se a reforma de 1968 via a universidade enquanto local estratégico para o desenvolvimento nacional e também tecnológico, a reforma universitária dos governos Lula não abandona essa ideia, mas busca conciliar as necessidades materiais (mobilidade social e demandas locais) com a formação para o mercado de trabalho.

Embora estivesse firmado o convênio que criou o Instituto Multidisciplinar, a recém criada unidade universitária não possuía um espaço próprio. Em situação provisória, as aulas seriam feitas no prédio da Escola Municipal Monteiro Lobato, em um acordo entre a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu e a UFRRJ. Segundo a deliberação nº 22 de 2007, "O uso gratuito é de algumas instalações e salas do imóvel da Escola Municipal Monteiro Lobato, propriedade da Prefeitura de Nova Iguaçu, ocupadas pelo Instituto Multidisciplinar, situado na rua Professor Paris s/n, Centro, Nova Iguaçu." (CONSU, 2006)³⁰. As aulas começaram no dia 17 de abril de 2006, com uma aula inaugural intitulada "Universidade, Sociedade e Formação Profissional: inclusão social e desenvolvimento sustentável" (SOUZA, 2016, p. 51). Em abril de do mesmo ano, a UFRRJ criou os cursos de Administração, Ciências Econômicas, História, Matemática, Pedagogia e Turismo (UFRRJ, 2006).

Lucília Lino, primeira diretora do instituto, comenta sobre o primeiro ano de funcionamento do Instituto Multidisciplinar:

Em 2006, começamos as turmas efetivamente do IM já com uma herança. Nós, quando começamos com 6 cursos (Pedagogia, História, Matemática, Administração, Economia e Turismo e Hotelaria.), fizemos concurso para professores para esses cursos. Aí, começamos em março ou abril. As aulas começaram no Monteiro com seis turmas e mais duas turmas anteriores: uma do segundo período, e outra do quarto de administração. Começamos com oito turmas. (LINO, 2022)

O IM possui um começo modesto com menos de 10 turmas funcionando, sendo algumas destas uma herança do antigo consórcio. As aulas tiveram seu início no primeiro

³⁰ Informações sobre o convênio UFRRJ e Prefeitura de Nova Iguaçu também constam na deliberação nº22 de 2006. Secretaria de Órgãos Colegiados (SOC) da UFRRJ. Disponível em: http://ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/consu/Deliberacoes_2006/Delib22-2006.pdf (Acesso em: 04/10/2021)

semestre do ano de 2006; contudo, tal processo não foi sem dificuldades, como relatou a diretora:

Quando a gente começou, os primeiros professores concursados tomaram posse em 11 de abril de 2006. Alguns começaram a trabalhar voluntariamente antes de serem nomeados. A nomeação não tinha saído, e o período começa em meados ou final de abril. (LINO, 2022)

De acordo com a fala de Lino, alguns dos primeiros professores começaram a trabalhar voluntariamente antes da data de sua nomeação. Além do desafio inicial enfrentado por esses professores, o fato de uma universidade existir no mesmo local em que funcionava uma escola pública trouxe alguns desafios para a jovem comunidade acadêmica que se formava. Uma das primeiras adaptações feitas na escola foi motivada por razões de acessibilidade: “Uma primeira adaptação foi uma aluna cadeirante. E o Monteiro só tinha escadas. O prefeito era o Lindbergh e ele fez uma rampa para que a aluna pudesse chegar ao segundo andar.” (LINO, 2022). Além disso, foi cedido um espaço do colégio para o funcionamento do IM:

Além da sala de aula, ganhamos um espaço nos fundos para colocar as instalações administrativas. Ganhamos duas salas no prédio principal, uma na direção e outra na secretaria, e, nos fundos, tivemos uma área que era bem ampla, que construímos/ montamos a biblioteca, uma sala de informática misturada com a biblioteca que era também uma sala de reuniões. Nós ficamos quatro anos no Monteiro Lobato. Só em 2010 fomos para o prédio definitivo. (LINO, 2022)

A escola cedeu um espaço para que o IM tivesse uma sala para direção, secretaria e uma biblioteca junto a uma sala de informática. Além de mudanças estruturais no espaço, também houve a necessidade de negociação entre a direção do IM e o colégio, pois o espaço em questão se tratava de uma escola pública que atendia à educação infantil, ao passo que o IM atendia uma população jovem adulta. Sobre essa situação, a diretora diz que:

(...) obviamente que havia dificuldades. Foi pelo fato de ocuparmos uma escola pública (...) A gente tinha reuniões durante o dia e tinha

reuniões de grupos de estudo dos alunos, mas, durante o dia, tinha crianças frequentando, então houve um choque de gerações (...) Tinha toda uma negociação para não entrar em conflito com a direção da escola que, na realidade, tinha nos acolhido. (LINO, 2022)

O choque de gerações entre crianças e jovens adultos gerou situações nas quais foram necessárias negociações entre a comunidade acadêmica e a direção. Contudo, a diretora ressalta que, apesar da necessidade de negociação, a direção do colégio mostrou-se solícita com os compromissos assumidos. Lino comenta que a acolhida do recém-criado Instituto trouxe uma “série de transtornos”, dos quais ela menciona:

Eles perderam o espaço na noite, da EJA, que depois foi deslocado para outras escolas, e nós tínhamos tomado cada vez mais espaço. O cotidiano era sempre mais difícil, mas havia muito um clima de “que coisa boa que a gente agora tem uma universidade pública federal dentro do município!” e como patrimônio da universidade, da cidade, da população. Fizemos adaptações físicas, como instalação da fiação de internet para sala de estudos e laboratório no Monteiro. (LINO, 2022)

Podemos ver que, nos primeiros anos de sua implementação, o IM precisou ocupar o espaço de uma escola pública, o que trouxe complicações tanto por conta do choque de gerações entre os jovens adultos e crianças quanto por conta das concessões que a escola precisou fazer para que o *campus* pudesse funcionar. Percebemos, pela fala da Diretora, que os compromissos assumidos pela escola levaram a uma perda tanto de espaço físico quanto de turmas da Educação de Jovens e Adultos. Apesar disso, Lino comenta que havia expectativas com a experiência, pois a existência de uma universidade pública em Nova Iguaçu era vista como algo positivo.

O ano de 2007 é considerado como um período de grandes avanços na criação do IM. Temos, por exemplo, o seu credenciamento pelo MEC, no mês de março de 2007, pelo parecer CNE/CES 092/2007³¹. Além disso, há a autorização da criação dos cursos de Administração, Economia, Pedagogia, História, Matemática, Turismo e Hotelaria. No parecer do MEC, o papel da UFRRJ como ator para o desenvolvimento regional da

³¹ Portal MEC. Parecer Homologado no dia 13/09/2007. Disponível no endereço eletrônico: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces092_07.pdf. (Acesso em: 04/10/2021)

Baixada Fluminense é sinalizado, assim como suas justificativas para a criação de um *campus* em Nova Iguaçu, que atende a população na faixa dos 18 a 24 anos e que modifica o quadro de escassez de professores da rede básica que não tinham Ensino Superior.

Enquanto isso, no colégio Monteiro Lobato, o número de alunos aumentava com o passar dos semestres, reduzindo, conseqüentemente, a capacidade do colégio de comportar as novas turmas. Tal situação gerou a necessidade de se alugar um novo prédio. De acordo com o relato de Lino:

No 2º semestre de 2006, já não eram 8 turmas, eram 14 turmas, e no outro ano (2007) já eram 20 turmas, e aí nós ficamos com o Monteiro exclusivamente para nós no horário noturno. E não dava mais. Nós estouramos a capacidade de sala de aula no Monteiro pro noturno. E aí, em 2007, nós já começamos um contato para alugar um prédio. Foi o prédio da rua Capitão Chaves, era um terreno da igreja, uma localização boa. Naquele terreno, havia três prédios: um de três andares, onde ficavam as salas de aula; um com dois andares, onde colocamos o setor Administrativo e as salas de pesquisas para os professores; e, no terceiro, instalamos a biblioteca, uma biblioteca espaçosa com sala de estudos. Ficamos nesse prédio até 2010. (LINO, 2022)

O aluguel de um novo prédio possibilitou uma folga para a comunidade acadêmica, pois permitiu uma expansão da comunidade. Alguns cursos continuaram no colégio Monteiro Lobato enquanto outros foram para o novo prédio na Capitão Chaves. O novo prédio foi alugado no ano de 2007, e a questão relacionada à superlotação havia sido contornada. Contudo, as novas instalações também exigiam reparos e adequações: “(...) nós fizemos uma série de obras. As salas eram muito pequenas, quebramos paredes para ampliar o tamanho das salas (...) quebramos a parede de três salas para fazer uma sala de aula.” (LINO, 2022)

Apesar dos reparos e das adequações realizados no prédio no qual a universidade funcionava, as condições do ambiente permaneciam precárias. Em vídeo gravado e editado por um dos estudantes das primeiras turmas do IM, podemos ver registros fotográficos das condições em que estavam tanto o colégio Monteiro Lobato quanto o prédio da rua Capitão Chaves no ano de 2009: portas com buracos, ventiladores sem hélice, vasos sanitários quebrados, carteiras danificadas e pátios sem iluminação para o horário noturno

³². O narrador relata que, no prédio localizado na rua Capitão Chaves, a falta de reparos elétricos quase provocou um incêndio³³. Somado à precariedade das instalações, o problema do espaço reaparece à medida que chegam novos alunos. Tornou-se necessário, então, alugar outro prédio: “no último ano, em 2009, nem o Monteiro e o Capitão Chaves tinham capacidade. Aí conseguimos algumas salas de aula num colégio privado que era o Colégio Leopoldo.” (LINO, 2022).

O processo de construção da nova sede do IM começou no ano de 2006 com a licitação e assinatura do contrato datada do dia 30 de agosto de 2006³⁴. Estava previsto que o prédio seria entregue em 18 meses a partir da data de assinatura. Foi formada uma comissão chamada de Programa de Implementação do *campus* de Nova Iguaçu (PICNIG), composta por uma equipe de três pessoas: Lucília Augusta Lino, responsável pela elaboração do projeto político-pedagógico do *campus* e dos cursos; Aluisio Monteiro, responsável pela documentação que seria enviada ao MEC; e Edmundo Rodrigues, encarregado pelo projeto arquitetônico (LINO, 2022).

O projeto original, elaborado por Edmundo Rodrigues, era diferente do que foi adotado, porém o projeto não foi adotado “por ser mais caro e possuir capacidade menor de espaço, mas tinha uma área de convivência bonita. Então se optou pelo projeto que está lá hoje, que é menos inovador, mas mais funcional.” (LINO, 2022). Após a assinatura do contrato com a empresa Arte e Engenharia, deu-se início à construção do *campus* no ano de 2006; entretanto, as obras encontraram imprevistos. No primeiro momento, foi necessário a estruturação do terreno para comportar os prédios, porém:

(...) quando foi feita uma coisa que chamamos de “bate-estaca”, que é colocar estacas no terreno onde vai ficar a estrutura, descobriu-se que o terreno tinha uma instabilidade que encareceu o orçamento, pois o recurso destinado para fazer essa base precisou ser reforçada. (LINO, 2022)

³² Ver Anexo B

³³ Youtube. *Campus Já - UFRRJ-IM/ Nova Iguaçu parte 2*. Canal: Leandro Marlon. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=p-kL_eXnN8c&ab_channel=LeandroMarlon (Acesso em 08/01/2022).

³⁴ Youtube. *Campus Já - UFRRJ-IM/ Nova Iguaçu parte 1*. Canal: Leandro Marlon. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=p-kL_eXnN8c&ab_channel=LeandroMarlon (Acesso em 08/01/2022).

Devido à instabilidade do terreno, fez-se necessário o reforço da estrutura de sustentação dos prédios, o que nos mostrou, de acordo com o depoimento de Lino “que a obra não seria [realizada] na velocidade que pensamos que ocorreria” (LINO, 2022). Apesar disso, havia uma previsão para a conclusão das obras no ano de 2008, porém no final deste ano, embora os prédios estivessem erguidos³⁵, havia acabamentos finais que precisavam ser concluídos (LINO, 2022). Lino explica os motivos por trás do atraso nas obras: “(...) a empresa estava com dificuldades, pois estava num processo de semi-falência. Ela começou a atrasar e receber multas da universidade por atrasar prazos” (LINO, 2022). Lino explica que a demora da entrega do *campus* impunha a necessidade do instituto em alugar um quarto prédio, pois não havia capacidade para comportar mais turmas. A iminência dessa situação, somada aos atrasos da empresa, resultou em tensões. A diretora afirma que, no ano de 2009:

Já estávamos em três espaços e sem capacidade de absorver mais alunos. Se o atraso continuasse, em 2010 teríamos que arrumar outro espaço. Além do desgaste da mudança e do recurso que não estava previsto, houve toda uma pressão e se rompeu o contrato com a empresa Arte e Engenharia. Então, entrou outra empresa para concluir a obra, que era efetivamente pouca coisa, mas a empresa não estava dando conta. Então, houve pressão, sim, da comunidade acadêmica, mas o processo de lidar com empresas é muito desgastante (LINO, 2022)

Os primeiros quatro anos de existência do IM foram marcados por uma rotina dividida em três espaços diferentes do município de Nova Iguaçu: o colégio Monteiro Lobato, que foi o primeiro prédio alugado, ainda em 2006; o prédio na rua Capitão Chaves, alugado em 2007, que precisou passar por reformas para adequar o espaço ao ambiente universitário; e, por fim, no ano de 2009, o colégio Leopoldo, que alugou algumas de suas salas a fim de abrigar os estudantes. As tensões locais relacionadas à conciliação de dois espaços com funções distintas (escola e universidade) somadas ao atraso das obras da sede resultaram em insatisfações por parte da comunidade acadêmica, principalmente no que diz respeito aos estudantes.

³⁵ Ver Anexo D

A professora e historiadora Maria Lucia Alexandre relata, numa conversa com Lindbergh Farias, gravada em programa de rádio no ano de 2021, a situação do *campus* antes da inauguração da sede. Anualmente, o número de alunos aumentava; porém, a estrutura para abarcar os alunos ia tornando-se insuficiente. Ela compara a distribuição espacial das instalações como um “Triângulo das Bermudas”. A historiadora conta que o processo para ter acesso a uma sede própria foi marcado por constantes reivindicações à administração superior e à empreiteira responsável³⁶.

A campanha por reivindicação de uma sede, intitulada *Campus Já*, foi composta por estudantes e docentes que exigiam da UFRRJ a entrega da sede. Os alunos organizaram manifestações no centro de Nova Iguaçu exigindo a entrega do prédio e tiveram uma reunião com os vereadores do município³⁷. Em vídeo³⁸ feito por estudantes no ano de 2009, pudemos ver o andamento das obras no mês de maio: os prédios e rampas que os conectam estavam de pé³⁹; contudo, faltavam os acabamentos internos bem como a finalização da entrada. Os alunos conseguem gravar, inclusive, o momento em que um caminhão da prefeitura joga entulhos no terreno. Em manifestações realizadas no centro de Nova Iguaçu, os estudantes repetiam as seguintes palavras de ordem:

Estou cansado
De esperar
Sou estudante e quero um novo *campus* já!

(...)

Reitor eu quero
Reitor eu quero estudar
Me dá meu *campus*
Me dá meu *campus*
Dá meu *campus* que eu quero estudar⁴⁰

³⁶ Youtube. **Lindbergh fala com Nova Iguaçu na entrevista de Reginaldo Barbosa na Rádio Tropical.** Canal: Lindbergh Farias. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6OcsSwTd-yM&ab_channel=LindberghFarias (Acesso em: 08/01/2022)

³⁷ Ver Anexo C

³⁸ Youtube. *Campus Já* - UFRRJ-IM/ Nova Iguaçu parte 1. Canal: LeandroMarlon. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=p-kL_eXnN8c&ab_channel=LeandroMarlon (Acesso em 08/01/2022).

³⁹ Ver Anexo D, E e F

⁴⁰ Youtube. *Campus Já* - UFRRJ-IM/ Nova Iguaçu parte 2. Canal: LeandroMarlon. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=p-kL_eXnN8c&ab_channel=LeandroMarlon (Acesso em 08/01/2022)

Tais reivindicações foram eventualmente atendidas como fruto das demandas do corpo acadêmico. No dia 5 de abril de 2010, foi inaugurado o prédio do Instituto Multidisciplinar, localizado na avenida Governador Roberto Silveira, próximo ao viaduto da Posse. Em 2012, o IM foi declarado *campus* por força de regimento, e, em seguida, é inaugurado o restaurante universitário (o "bandeirão"). Mesmo assim, a historiadora Maria Alexandre comenta que ainda havia dificuldades após a inauguração da sede, tais como salas inacabadas, aparelhos de ar condicionado que não foram instalados e o restaurante fora de funcionamento⁴¹. Lino comenta que “No final de 2008, ele estava 90% concluído, mas com falhas no acabamento que precisavam ser concluídas, como pisos e pinturas.” (LINO, 2022)

Em vídeo feito pelo Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão (Nepe), foi realizada uma entrevista com alunas do IM que haviam estudado no instituto antes e depois da transição para a nova sede. As perguntas eram sobre como elas enxergavam o processo de transição, se havia mudanças positivas, e, caso sim, quais seriam. Dentre os aspectos positivos elencados pelas alunas, há a sinalização de que a infraestrutura da sede é superior; entretanto, as estudantes se queixavam da falta de acabamentos finais nas obras. Elas também denunciavam a insegurança que sentiam ao saírem do *campus*. A escuridão provocada pela falta de iluminação e o trajeto hostil do *campus* até o ponto de ônibus geravam medo entre os estudantes na hora de realizarem o trajeto.⁴²

Nos anos de 2009 e 2010, houve alguns avanços dentro da UFRRJ em relação à criação de cursos e políticas de acesso. No ano de 2009, foram criados os cursos de Direito e Letras no IM da UFRRJ, e, no ano seguinte, em 2010, foram criados os cursos de Ciência da Computação e Geografia (UFRRJ, 2013). Além disso, também houve grandes avanços nas políticas de acesso com a aprovação da UFRRJ no processo seletivo unificado, ocorrido a partir da reestruturação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2010⁴³.

⁴¹ Youtube. Lindbergh fala com Nova Iguaçu na entrevista de Reginaldo Barbosa na Rádio Tropical. Canal: Lindbergh Farias. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6OcsSwTd-yM&ab_channel=LindberghFarias (Acesso em: 08/01/2022)

⁴² Youtube. UFRRJ-IM NEPE 5. Canal: Conexões da Baixada. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rG_faiCE1bE&ab_channel=conex%C3%B5esdabaixada (Acesso em: 08/01/2022)

⁴³ Secretaria de Órgãos Colegiados (SOC) da UFRRJ. Deliberação CEPE nº 125, 29\04\200. Disponível em: http://www.ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/cepe/Deliberacoes_2009/Delib125CEPE2009.pdf (Acesso em: 05/10/2021)

Em junho, dois meses depois, foi aprovada a criação de políticas afirmativas para ingressantes aos cursos de graduação. Seriam destinadas vagas para alunos que fossem egressos de escolas públicas e vagas de licenciatura para “professores em atividade na rede básica”⁴⁴. Alguns anos mais tarde, no ano de 2012, foi promulgada a Lei de Cotas (Lei Federal 12.711/2012), que garantia o acesso a 50% das vagas em universidades e instituições federais de ensino superior para estudantes de escola pública, negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. No ano de 2015, foi criado o curso Pré-Enem, voltado para atender vestibulandos de Nova Iguaçu (SOUZA, 2016).

Juliana Morais (2020) afirma que a inauguração da sede e o processo de transição marcam uma mudança não apenas pelo fato de que, agora, os alunos tinham um espaço para chamar de seu, mas também porque os estudantes das primeiras turmas — que estudavam nos prédios alugados — não tinham uma sensação de pertencimento à comunidade universitária. As turmas futuras, que surgem no período pós-inauguração da sede, por outro lado, já ingressam no *campus* conscientes de que pertencem àquele espaço. O processo de criação de uma sede para o IM foi, portanto, fruto de demandas e lutas estudantis pelo direito a uma universidade pública de qualidade. O sentimento de compatibilidade com o ambiente, despertado nos novos estudantes, é resultado desta luta.

A nova sede do IM também serviu como palco de agitações políticas, fruto da conturbada conjuntura nacional, e aqui ressaltamos dois momentos em que a mobilização estudantil ocupou o recém-criado *campus*. A primeira delas ocorreu no ano de 2013, no bojo das jornadas de junho; já a segunda, entre outubro a dezembro de 2017, se desenrola durante a onda nacional de ocupações escolares e universitárias — no âmbito estadual e federal, respectivamente — contra duas ações iminentes: a política de austeridade da PEC 95 e o desmonte da reforma do ensino médio. Foi elaborado um calendário de atividades semanais no *campus*, do qual destacamos aqui o “Ocupinha”⁴⁵, com atividades voltadas às crianças filhas de estudantes. Não há ainda pesquisas sobre ambas as ocupações.

⁴⁴ Secretaria de Órgãos Colegiados (SOC) da UFRRJ. Deliberação nº 162, de 17 de Junho de 2009. Disponível em: http://www.ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/cepe/Deliberacoes_2009/Delib162CEPE2009.pdf (Acesso em: 05/10/2021)

⁴⁵ Facebook. Ocupa IM-UFRRJ.. Disponível em: <https://web.facebook.com/OCUPAIM> (Acesso em: 05/10/2021)

Destacamos também a criação do movimento *Me avisa quando chegar*, que era uma organização coletiva de alunas dos três *campi* contra os casos de assédio e estupro que ocorriam dentro da universidade. As estudantes organizaram manifestações nos respectivos *campi* a fim de cobrar que a administração superior da UFRRJ tomasse medidas cabíveis para punir os envolvidos nos episódios de violência sexual e evitar que novos casos ocorressem. Assim como as ocupações de 2013 e 2016, não há estudos sobre o movimento.

Em relação ao processo de criação do instituto, este passou por diversas fases, que foram desde o consórcio com outras universidades públicas até a existência do instituto em diferentes locais. Ao analisar os primeiros quatro anos de funcionamento do IM da UFRRJ, podemos ver que, apesar das dificuldades e dos arranjos necessários, havia uma disposição, por parte dos atores envolvidos, em garantir o bom funcionamento do instituto, pois ele significava a possibilidade concreta da existência de uma universidade pública no “coração da Baixada” (LINO, 2022). Sobre as negociações que ocorriam no Monteiro Lobato, Lucília comenta que, apesar das dificuldades, havia um sentimento positivo sobre a experiência: “O cotidiano era sempre mais difícil, mas havia muito um clima de que coisa boa que a gente agora tem uma universidade pública federal dentro do município e como patrimônio da universidade, da cidade, da população.” (LINO, 2022)

Essa expectativa positiva quanto à criação de uma universidade pública em Nova Iguaçu resultou no apoio dos locatários dos prédios e nas negociações relacionadas à conciliação sobre o uso de um mesmo espaço. Podemos exemplificar: quando a estrutura do IM precisou de novos prédios por conta da expansão das matrículas, os proprietários, tanto do colégio Leopoldo quanto do prédio na rua Capitão Chaves, mostravam-se dispostos a ajudar a emergente comunidade acadêmica:

No Colégio Leopoldo, não pagamos nenhum aluguel; era uma taxa para estar, o diretor foi bem acessível. No prédio da igreja, alugamos uma área imensa por um valor muito abaixo do mercado. O Bispo disse que “é uma universidade pública. Se eles atrasarem, nós não vamos cobrar multa, porque eles têm um procedimento burocrático. Nós vamos cobrar o preço que eles podem pagar no orçamento deles.” (LINO, 2022)

Podemos ver, pela fala da diretora, que havia uma ação por parte dos locatários no sentido de tornar a implementação do IM possível dentro do que eles poderiam oferecer. Apesar das dificuldades enfrentadas por conta das estruturas precárias, da necessidade de adequações e das negociações entre a direção do instituto e os proprietários, as sensações eram de ânimo e esperança: “Me lembro que um grupo grande de professores, nós saímos de uma confraternização para conhecer o terreno e todo mundo estava apaixonado e muito disposto.” (LINO, 2022). Apesar da demora na entrega da sede e dos compromissos assumidos entre a comunidade acadêmica e os proprietários, Lucília avalia os primeiros anos do IM e de sua gestão nas seguintes palavras: “Tivemos as adaptações, mas foi um período muito feliz.” (LINO, 2022)

Como vimos, o processo de criação do IM e da construção de sua sede em Nova Iguaçu foi marcado por avanços institucionais impulsionados por mobilizações do corpo acadêmico do jovem *campus*. O ritmo desse processo dependeu das disposições dos atores envolvidos — que, infelizmente, não conseguimos acessar através das fontes disponíveis — e das intenções do MEC para o Ensino Superior Público. Vimos, ainda, que, mesmo com poucas fontes, a participação estudantil se fez presente na formação do instituto e que o IM não é um prédio isolado das agitações que ocorreram na política nacional. Também abordamos as intenções que os atores envolvidos tinham na construção de um *campus* e na função que a universidade tinha no momento de sua criação. Sobre a EGBF, Inês Patrício, no ano de 2004, afirmou que:

Em um processo de alcance mais prolongado, mas já iniciado, a Escola tem promovido uma interlocução na Baixada Fluminense que a situe não somente como objeto, mas como sujeito na produção do conhecimento. A efetiva implantação da Escola de Governo supõe o desenvolvimento de um olhar da Baixada Fluminense, assim como para, na e com a Baixada Fluminense (PATRÍCIO, 2004, p. 7)

Nos dias atuais, já existem dezenas de pesquisas sobre a Baixada Fluminense, realizadas dentro da própria região, que abordam este espaço através de múltiplas perspectivas. Trata-se de um fato inédito na história da Baixada, que é fruto tanto de movimentos internos da região, sejam eles movimentos populares, sejam de uma elite

local, como a de agentes externos, como vimos com a EGBF. Por ser um fato recente, seus contornos, bem como suas consequências, ainda estão para se desdobrar.

Gestão democrática no Instituto Multidisciplinar: breves notas sobre a experiência no instituto e histórico de uma demanda

Uma experiência que vale tomar nota, descoberta na entrevista com a diretora Lino, é que o IM possuía uma prática de gestão democrática. Segundo Lino, isto ocorreu entre o ano de 2006 a meados de 2009, período em que assumiu a direção do instituto. Com isso, a então diretora relata que:

Naquele momento, estava mudando o estatuto da universidade, mas, no IM, nós, na minha gestão, constituímos um conselho estudantil, sempre todo mês, mensalmente, antes do conselho departamental ocorrer. Havia uma reunião da direção com representantes de todos os cursos, dos estudantes com os Centros Acadêmicos, para discutir as pautas, qual era a pauta dos estudantes. (LINO, 2022)

De acordo com a fala de Lino, foi instituído um conselho estudantil no jovem Instituto Multidisciplinar, no qual estudantes representantes dos Centros Acadêmicos de cada curso reuniam-se com a direção para discutir pautas; porém, naquela época, o Estatuto e Regimento da UFRRJ não previa este tipo de organização. De acordo com a diretora:

Era algo que havia antes de estar presente no estatuto da universidade, ele ter sido alterado para que o servidor técnico administrativo tivesse assento no conselho departamental. No IM, eu instituí uma normativa local, que não tinha validade na universidade (mas acatou), que tivesse representante de técnicos nas reuniões de conselho departamental. (LINO, 2022)

Nas palavras de Lino, sua gestão foi marcada por uma tentativa de criar mecanismos em que membros da comunidade acadêmica pudessem participar com direito a voz e voto. Notamos que este mecanismo foi instituído via portaria, documento que só

teria validade dentro do IM. Torna-se pertinente, então, realizar uma breve exposição da UFRRJ naquele momento.

O Estatuto e Regimento Geral que estavam vigentes na UFRRJ nos primeiros anos de implementação do IM (2006-2009) eram os mesmos desde a década de 1970, no contexto da reforma universitária de 1968. Importante salientar que a reforma universitária foi uma Lei sancionada durante a ditadura militar, que tinha como objetivo modernizar as universidades no sentido de transformá-las em espaços estratégicos para o desenvolvimento nacional. O Estatuto da UFRRJ foi aprovado no ano de 1974; o Regimento, em 1975. A UFRRJ precisou adaptar sua estrutura para adequar-se às normas da Lei da Reforma Universitária; sendo assim, fez-se necessária a criação de cursos nas áreas de Educação, Ciências Sociais, Economia, Administração e Ciências Contábeis para justificar sua existência enquanto uma universidade pública. A UFRRJ passou a ser organizada em institutos que, de acordo com a legislação, precisavam de, no mínimo, três departamentos (SOUZA, 2012).

Sobre o Consu da UFRRJ, consta no antigo regimento — elaborado de acordo com o Estatuto de 1974 — que o órgão seria formado pelos seguintes membros:

- a. Reitor, como Presidente;
- b. Vice-Reitor, como Vice-Presidente;
- c. Diretores de Unidades Universitárias;
- d. Decanos da área administrativa;
- e. O último Reitor, desde que não esteja enquadrado nas alíneas anteriores;
- g. Representante da comunidade, escolhido pelo próprio Conselho, dentre nomes indicados pelos órgãos ou entidades de âmbito local, por solicitação do Reitor;
- h. Representante da Confederação Nacional de Agricultura; (MEC, 1974)

Ao analisá-lo, notamos a ausência de técnicos e membros do corpo discente. Os estudantes foram adicionados ao CONSU da UFRRJ apenas no ano de 1986, através da Portaria 144/1986; era prevista a participação estudantil em órgãos colegiados, mas havia uma exceção: “Não poderá ser indicado para Órgãos Colegiados aluno reprovado ou incurso em sanção disciplinar correspondente a falta considerada grave, na forma como

dispuser o Regimento Geral.” (UFRRJ, 1974). Entendemos que este era um mecanismo de vigilância e controle da participação estudantil dentro da Universidade. É preciso lembrar que, nesta época, o país vivia uma ditadura militar.

Houve, na década de 1990, uma tentativa de reformular este Estatuto por conta do momento político de reabertura e promulgação da Constituição Federal de 1988. A tentativa de alterar o Estatuto e Regimento foi de iniciativa de um grupo intitulado “Estatuintes”. Através de entrevistas a docentes que participaram do processo da Estatuinte, Aline Ferreirinha de Souza (2012) buscou compreender as razões por trás do “fracasso” desta tentativa de alteração da legislação interna da universidade. Ao longo da década de 1980, o Estatuto fora sofrendo alterações através de Portarias, porém seu conteúdo ainda carregava a marca do período político em que fora criado. É a partir das eleições para Reitoria de 1992 que a UFRRJ vê sua gestão desvinculada das influências da ditadura militar, pois havia um desejo, por parte da comunidade acadêmica, de reformar o Estatuto, mas criar um novo. Com a posse do então Reitor Mânlio Silvestre Fernandes, que baseou sua campanha na Estatuinte, foi instituída uma assembleia para alterar o Estatuto. Em um jornal da época, cedido à pesquisadora por um dos entrevistados, havia a informação de que a Estatuinte seria uma comissão formada por:

(...) 60 membros eleitos da comunidade interna, divididos em três grupos (o de eleição geral, o de unidades acadêmicas/administrativas e o de fóruns temáticos como Ensino, Pesquisa, Extensão, Gestão Administrativa, Universidade e Sociedade e Lei de Diretrizes e Bases) e 15 indicados por entidades ou instituições da comunidade externa. (PARTICIPAÇÃO, 1993, p. 4 *apud* SOUZA, 2012, p. 57-58)

O envolvimento da comunidade acadêmica no processo fez parte dos anseios dos atores envolvidos, isto é, a ampla participação da comunidade acadêmica na elaboração do estatuto era uma expectativa central entre os membros da Estatuinte, pois isso conferiria uma legitimidade democrática ao novo regimento. Apesar da formação de uma comissão com grupos e tarefas bem definidas, o processo não seguiu adiante. Dentre os fatores apontados nas entrevistas realizadas por Aline Souza, ela cita a falta de mobilização e organização da comunidade acadêmica em torno do projeto, bem como a falta de prazos

para entregas do trabalho. Além disso, a pesquisadora traz um fator externo às entrevistas: a ausência de uma liderança para conduzir o processo. Ela atribui essa configuração do movimento à tônica do momento político, que buscava mobilizar toda a comunidade, ao invés de centralizar a questão (SOUZA, 2012).

A posse de Lula na presidência em 2003, somada às políticas de interiorização, expansão e reestruturação do ensino superior — primeiro com o *Expandir*, depois com o Reuni —, trouxe condições para uma nova tentativa de alteração do Estatuto e Regimento da UFRRJ. Em 2009, foi instituída uma comissão, pelo então Reitor Ricardo Motta Miranda, para elaborar uma proposta de renovação do documento; como resultado dos trabalhos da comissão, foi redigida uma minuta. Então, entre abril e outubro de 2009, o documento foi discutido entre a comunidade acadêmica de todos os institutos, tendo, por fim, sua aprovação.

Aline Souza relata que houve uma aceitação à proposta inicial. Após isso, o Reitor enviou o documento ao Consu da UFRRJ, que criou uma comissão própria para realizar a leitura do documento. Em dezembro de 2010, o novo Estatuto (com alterações) foi aprovado pelo Consu. Um dos pontos de discordância, para o Consu, estava relacionado com a extinção dos Institutos, que seriam substituídos pelos Conselhos de Ensino, Extensão e Pesquisa por Áreas (Cepea). O Consu descartou a ideia, mas manteve o Cepea, que funcionava como um conselho que “visa agregar grupos com interesse em uma determinada área de estudo e ampliar a participação dos coordenadores de curso nas decisões relacionadas ao ensino, a pesquisa e a extensão da UFRRJ” (SOUZA, 2012, p. 79).

O texto de 2010 sofreu alterações ao longo dos dois anos que se seguiram, de forma que o texto que atualmente está em vigência data de 2012⁴⁶. Nele, está previsto que cada *campus* tenha um regimento interno, elaborado pelo Conselho de *Campus* (Concamp) de cada unidade e enviado ao Consu da UFRRJ para aprovação. Além disso, o Regimento Geral reconhece o Instituto Multidisciplinar como *campus* da UFRRJ em Nova Iguaçu (UFRRJ, 2012).

⁴⁶ Secretaria de Órgãos Colegiados (SOC) da UFRRJ. Deliberação nº 15, 23 de Março de 2012. Disponível em: <https://institucional.ufrj.br/soc/files/2018/10/Delib015CONSU2012Regimento.pdf> (Acesso em: 21/01/2022)

O *campus* de Nova Iguaçu possui um regimento interno próprio, aprovado no ano de 2016 pelo Conselho Universitário. Na leitura do documento, vemos que tanto alunos quanto técnicos possuem instâncias de representatividade e participação no Concamp, que é composto pelos Diretor e Vice-Diretor do *campus*, pela representação das unidades acadêmicas do *campus*, por representantes dos setores administrativos, pelo corpo docente, discente, pelos técnicos-administrativos e por convidados (sem direito a voto) (UFRRJ, 2016)⁴⁷

Para a diretora Lino, a prática de gestão democrática, praticada nos primeiros anos do IM sob sua gestão, tiveram uma função relevante na elaboração do novo estatuto, pois: “forçou, obrigou a rural a repensar a se abrir mais para a comunidade.” (LINO, 2022). Esta abertura, marcada pelas reuniões no conselho estudantil e somada às experiências de extensão, possibilitam maior interação entre a universidade, seus alunos e a comunidade. Além disso, a autora avalia que: “essa abertura e possibilidade de ter um contato maior com a vida nos municípios com os cidadãos, e esse é o caminho do IM.” (LINO, 2022). Apesar disso, com base na exposição do histórico e análise da legislação interna da UFRRJ — que vai da reforma universitária de 1968, passando pela Estatuinte dos anos 1990, até a reforma do estatuto em 2010 —, concluímos que a demanda por uma legislação que permitisse maior participação da comunidade acadêmica — corpo docente, discente e técnico-administrativo — é antiga dentro da UFRRJ e existe desde, pelo menos, a década de 1970. Interessante ressaltar que, de acordo com a diretora, sua normativa foi aprovada pela UFRRJ. Portanto, podemos entender a aceitação da UFRRJ à portaria como um interesse em desenvolver formas de participação institucional que envolvessem a comunidade acadêmica, mas tal tema exige estudo específico e sua abordagem detalhada foge do escopo desta pesquisa.

Vimos que o Instituto Multidisciplinar passou de um *campus* que funcionava em prédios alugados em Nova Iguaçu para uma sede única. Sua expansão física permitiu que os alunos tivessem acesso a uma educação de maior qualidade, porém tal realidade possui seus desafios. Ao longo de quase dezesseis anos de existência, o IM teve um impacto na

⁴⁷ Secretaria de Órgãos Colegiados (SOC) da UFRRJ. Deliberação nº47, 29 de Agosto de 2016. Disponível em: <https://institucional.ufrj.br/soc/files/2016/09/Delib047CONSU2016-1.pdf> (Acesso em: 21/01/2022)

região geográfica da qual faz parte. Sendo assim, nos cabe analisar tal processo detalhadamente.

3.3 - O impacto social do Instituto Multidisciplinar na Baixada Fluminense

Nesta seção, analisaremos o impacto social do IM na Baixada Fluminense e em seu entorno. Entendemos o impacto social em relação aos efeitos quantitativos e qualitativos de sua implementação. A criação de uma universidade pública traz benefícios à população local, como maior acessibilidade a cursos de ensino superior, que trazem a possibilidade de ascensão social via formação específica em uma área profissional. Além disso, cursar o ensino superior em uma região periférica produz significados entre aqueles que partilham desta experiência. O objetivo desta seção é analisar quantos e quem são estes alunos contemplados pela implementação do IM, ou seja, traçar um perfil do alunado e descobrir o tamanho do Instituto dentro de um quadro mais amplo de matrículas no ensino superior dentro da região da Baixada Fluminense. Um segundo objetivo é analisar os significados que a implementação do IM possui a partir dos estudantes.

Determinar o impacto social de uma política pública é uma tarefa desafiadora. O caminho escolhido nesta dissertação foi o de analisar o impacto da implementação do *campus* dentro do contexto em que está inserido, ou seja, contabilizar a proporção de alunos do IM dentro de um contexto geral de alunos da UFRRJ, juntamente a uma perspectiva mais ampla, a fim de conhecer a dimensão do IM diante do estado atual do ensino superior na Baixada Fluminense. Para responder a estas questões, nos valem os dados advindos de instituições públicas. O primeiro deles trata-se dos relatórios de gestão da UFRRJ para os anos de 2008 a 2017; nesses documentos, conseguimos obter os dados referentes às matrículas dos alunos nos três *campi*. Em segundo, utilizamos os dados coletados e divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) sobre as matrículas ativas na região da Baixada Fluminense tanto em universidades públicas quanto privadas.

3.3.1 - Os alunos do Instituto Multidisciplinar

Na tabela abaixo, podemos ver o quantitativo de alunos da UFRRJ discriminando os dados de cada *campus*:

Tabela 5 - Dados de matrículas por *campus* - 2008, 2013 e 2017

<i>Campus</i>	2008	2013	2017
Seropédica	5886	8699	10854
Instituto Multidisciplinar	1256	2863	3269
Três Rios	356	636	766
Total	7498	12198	14889

Fonte: Relatórios de Gestão da UFRRJ (2008, 2013 e 2017)

Observando a série histórica, podemos ver que o número de alunos totais da UFRRJ dobrou em um período de nove anos. As razões para esse crescimento estão tanto na expansão física, com a criação de novos espaços (novas sedes para os *campi*), quanto com a criação de novos mecanismos de acesso, como a adesão ao Enem pela UFRRJ, a adoção de políticas de ação afirmativa e a promulgação da Lei de Cotas. Observando a proporção de alunos entre o IM e Seropédica, vemos que, em 2008, os alunos de Seropédica representavam 78,5% do total de alunos matriculados, enquanto o IM representava 16,70%. Contudo, ao analisar a evolução dos dados, percebemos que esta proporção se alterou significativamente. No ano de 2013, os alunos de Seropédica representavam 71,30% do total de alunos, enquanto a proporção de alunos do IM saltou dos 16% para 23,47%; vemos, porém, que, no ano de 2017, esse percentual fica em 72,89% para Seropédica e 21,9% para o IM. Observamos que as matrículas do IM tiveram um salto de 5,2% em um período de nove anos, fato significativo para um *campus* que foi criado em 2006 e que funcionou sem sede própria até abril de 2010. No ano de 2017, as matrículas do IM representavam quase $\frac{1}{4}$ do total de matrículas da UFRRJ (UFRRJ, 2017).

Tais dados ficam mais marcados quando pensamos nas matrículas no ensino superior público na Baixada. No gráfico abaixo, podemos ver o número de matrículas na Baixada Fluminense para o ensino superior público:

Tabela 6 - Dados de matrículas em universidades públicas na Baixada Fluminense⁴⁸ - 2008, 2013 e 2017

<i>Campus</i>	2009	2013	2017
Universidades Públicas	13.195	19.825	25.000
UFRRJ	7.498	12.198	14.889
Universidades Privadas	45.974	54.615	66.879

Fonte: Elaboração Própria. Dados dos Relatórios de Gestão (UFRRJ) e INEP DATA

Comparando os dados das matrículas totais das universidades públicas na Baixada Fluminense com as matrículas da UFRRJ, percebemos que a UFRRJ é responsável por 56,8% das matrículas na Baixada no ano de 2009. A cifra passou para 61,5% no ano de 2013 e 59,5% no ano de 2017. Sendo assim, ao longo do período analisado, podemos ver que a UFRRJ representou mais da metade das matrículas do ensino superior público na região da Baixada Fluminense. Contudo, se contrapormos estes dados aos do ensino superior privado, observamos a desproporção. No ano de 2009, por exemplo, havia 59.159 alunos matriculados no ensino superior, mas apenas 22,3% deste total estudava em universidades públicas; oito anos depois, em 2017, a proporção chega a 27,2%. Neste sentido, a Baixada é uma região que representa o desenvolvimento desigual e combinado entre o ensino superior público e o privado (CUNHA, 2004). Apesar das políticas públicas voltadas para o ensino superior público, as universidades privadas ainda detêm a maior fatia de alunos. Dentro deste recorte espacial, o IM representou, em 2017, 3,5% do total de matrículas no ensino superior na Baixada.

⁴⁸ Os dados para a Baixada referem-se às matrículas nos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

Sabemos, portanto, que o IM representa uma pequena porcentagem do total de alunos matriculados no ensino superior na Baixada Fluminense; ainda assim, o Instituto possui uma evolução significativa dada sua recente criação. Na tabela abaixo, podemos ver a evolução, ao longo do período de 2008-2017, do número de matrículas de ingressantes e concluintes de todos os cursos ofertados no IM:

Tabela 7 - Matrículas, ingressos e Egressos no IM UFRRJ (Série histórica 2008-2017)⁴⁹

Ano	Matriculados	Ingressantes	Diplomados
2008	1256	598	0
2009	1707	751	20
2010	1979	1000	64
2011	2587	827	92
2012	2643	888	83
2013	2863	849	161
2014	3110	733	327
2015	3240	756	244
2016	3297	738	459
2017	3269	736	334

Fonte: Relatórios de Gestão da UFRRJ 2008-2017

Ao analisarmos os dados acima, podemos observar que o número de matriculados mais que dobrou no período de nove anos, resultando em um aumento de 260% do número de matriculados; contudo, se observarmos os números por ano, reparamos em três períodos, a saber: um primeiro momento, de 2008 a 2010; um segundo momento, de 2011 a 2013; e um terceiro momento, que vai de 2014 a 2017. No primeiro período (2008-2010), os números ficaram abaixo de 2.000 matrículas; no segundo período (2011-2013), a quantidade de matrículas chega a uma média de 2700 matrículas aproximadamente; e no terceiro período, por fim, a média salta para cerca de 3.230 alunos.

⁴⁹ Muitos dos relatórios discriminam as matrículas por semestre. Por isso, escolhemos os dados referentes às matrículas do segundo semestre por se referirem ao ano inteiro.

Há cinco fatores que ajudam a explicar o aumento dos números, sendo eles (a) a aplicação de um sistema de Cotas para cursos de graduação em 2009; (b) a adesão da UFRRJ ao Enem no mesmo ano; (c) a criação de novos cursos ao longo do período, como Letras - Português/Espanhol/Literaturas, Letras - Português/Literaturas, Ciência da Computação, Direito e Geografia; (d) a inauguração da nova sede do IM em abril de 2010; e (e) a promulgação da lei federal de Cotas, em abril de 2012. Acreditamos que estes fatores tiveram uma influência significativa para a evolução do instituto ao longo do período analisado.

Sobre o número de ingressantes, podemos encontrar a influência dos mesmos fatores na evolução dos indicadores, tendo o período de 2010-2013 como o de maior ingresso na universidade, com uma média de aproximadamente 900 alunos ingressando no IM por ano. Vemos que, a partir de 2014, a média cai para 750 ingressantes por ano. Por outro lado, observamos que a quantidade de diplomados aumentou de zero alunos formados em 2008, para 334 em 2017; no entanto, devemos lembrar que muitos alunos pertenciam às primeiras turmas e que, ao longo do período, houve a criação de novos cursos, fatores que influenciam os indicadores finais.

Sobre a evolução das ofertas dos cursos superiores, vemos que o IM se expandiu significativamente durante seus dez anos de funcionamento. As primeiras turmas eram dos cursos de História, Administração, Turismo e Pedagogia. De acordo com o Relatório de Gestão da UFRRJ para o ano de 2017, os cursos ofertados no IM eram os de Administração, Ciência da Computação, Ciências Econômicas, Direito, Geografia, História, Letras - Português/Espanhol/Literaturas, Matemática, Pedagogia e Turismo, sendo este último ofertado nas modalidades presencial e Ensino à Distância (EaD) (UFRRJ, 2017, p. 16).

Importante ressaltar que o IM é uma universidade cujas aulas ocorrem, majoritariamente, no período noturno. Sobre isso, consta no Relatório de Gestão de 2017 o seguinte trecho:

No que tange ao ensino superior, a UFRRJ desponta com 42 cursos no *campus* Seropédica, 11 cursos no *campus* Nova Iguaçu e 4 cursos no *campus* do município de Três Rios, apontando para um princípio de consolidação dos diversos cursos abertos nos anos de 2009 e 2010

dentro do plano de reestruturação e expansão (PRE-UFRRJ), encerrando o decênio com o aumento dos cursos noturnos e fora do campus de Seropédica, diversificando a sua oferta de cursos nas diversas áreas de conhecimento (UFRRJ, 2017, p. 25).

De fato, a presença de cursos noturnos no IM é maior. Do total de 11 cursos, 6 destes são noturnos — Administração, Ciências Econômicas, História, Matemática, Pedagogia e Turismo — e 4 são matutinos — Direito, Geografia, Letras Português/Espanhol e Letras - Português/Literaturas —, sendo vespertino apenas o curso de Ciência da Computação (UFRRJ, 2015, p. 194). Na tabela abaixo, podemos ver as matrículas para o ano de 2017 separadas por curso:

Tabela 8 - Matrículas por curso (2017)⁵⁰

Nome do curso	Horário	Matrículas
Administração	N	414
Ciências da Computação	V	232
Ciências Econômicas	N	380
Direito	M	242
Geografia	M	216
História	N	371
Letras (Português/Espanhol/Literaturas)	M	197
Letras (Português/Literaturas)	M	209
Matemática	N	269
Pedagogia	N	400
Turismo	N	339

Fonte: UFRRJ, 2017.

Observando os dados para o ano de 2017, notamos que, de um total de 3.269 alunos matriculados, 2.173 estudavam em cursos noturnos, ou seja, 66,5% dos estudantes do IM estudavam à noite, número que corresponde a mais da metade do total de matrículas. É importante ressaltar que os cursos noturnos estão entre os mais antigos ofertados no IM, o que nos mostra uma intenção em oferecer cursos de ensino superior

⁵⁰ O dado relacionado aos alunos matriculados refere-se ao segundo semestre do ano.

para alunos-trabalhadores. O horário noturno permite que os alunos possam conciliar o trabalho com os estudos.

A expansão do ensino superior público nos governos Lula não pode ser pensada apenas como uma expansão dos espaços físicos — interiorização e criação de novas universidades ou *campus*. Também deve ser pensada nos termos de expansão dos mecanismos de acesso, como as políticas de ações afirmativas (implementadas, a princípio, pelas próprias universidades, mas, posteriormente, transformadas na Lei de Cotas de 2012) ou, também, pela adesão das universidades ao Enem. Tais expansões físicas foram importantes para garantir a elevação dos números de matrículas; ainda assim, apenas aumentar as chances de ingresso ao Ensino Superior não é o suficiente, dada a realidade de muitos jovens estudantes que, não raro, contribuem nas despesas familiares com seu trabalho. O aluno-trabalhador estuda à noite, pois trabalha no horário comercial, e, com o salário, financia seus estudos (caso pague por mensalidade em faculdade privada); entretanto, ainda que estude em universidade pública, precisa arcar com os custos da graduação, que podem estar relacionados à impressões e fotocópias de materiais de leitura acadêmica, ao transporte, à alimentação ou ao alojamento (MARTINS, 2013).

Como podemos ver, os alunos-trabalhadores enfrentam desafios em sua jornada para conciliar os estudos na universidade com seu trabalho seja este para financiar os próprios estudos, seja para participar do orçamento doméstico ou ambos. Em dissertação de mestrado, Danielle Viegas Martins (2013) analisa os desafios de se estudar à noite e trabalhar durante o dia, rotina enfrentada por muitos alunos do Instituto Multidisciplinar. A autora lança mão de questionários e entrevistas, levantando um perfil do alunado para analisar o tema da permanência estudantil no IM.

A partir da análise de um montante de 361 alunos entrevistados dos quatro cursos, a autora chega a conclusões interessantes. Dos cursos noturnos analisados (Matemática, Administração, História e Pedagogia), os principais pontos de contato são os fatos de que os alunos são residentes da Baixada Fluminense e que a maioria trabalha e utiliza-se do transporte público para se locomover rumo à faculdade. Analisando a renda familiar entre os cursos, a autora percebe que a média do curso de Matemática era a menor — de 1,8 a

3,8 salários mínimos — ao passo que a média para o curso de Administração é de 2,5 a 6,5 salários mínimos (MARTINS, 2013).

Lançando mão de entrevistas com alunos, Renan Arjona faz um levantamento do perfil dos alunos do IM. Sua pesquisa destaca dois grandes perfis: o primeiro são alunos na faixa etária de 18 a 24 anos, público alvo das metas do PNE 2001-2010; o segundo perfil, por sua vez, é composto por alunos mais velhos que trabalham na área da educação e fazem sua graduação na área correspondente. A condição de aluno-trabalhador também aparece em sua pesquisa: dos 39 entrevistados, 66,7%, aproximadamente 26 alunos, trabalhavam e estudavam concomitantemente (SOUZA, 2016, p. 89). Os dados da pesquisa de Douglas Almeida (2016) também reforçam este perfil do aluno-trabalhador. Entrevistando alunos do curso de História, sua amostra constatou que, dos 25 entrevistados, 20 exerciam atividade profissional, e dezesseis deles trabalhavam na Baixada Fluminense (ALMEIDA, 2016).

A proximidade do *campus* foi um fator decisivo para os alunos do IM. Douglas Almeida, em artigo publicado em 2015, aponta para um processo de migração inversa a partir do Reuni. Segundo o autor, a criação de uma universidade pública em Nova Iguaçu, ao possibilitar acesso a cursos de ensino superior à população local e do entorno, provocou uma nova configuração na mobilidade urbana: se antes os alunos deveriam deslocar-se da Baixada ao centro, reproduzindo uma visão de Baixada enquanto cidade-dormitório, agora, com a expansão do ensino superior público na Baixada Fluminense e com a criação de uma universidade pública em Nova Iguaçu, este eixo se direciona para dentro da região baixadense (ALMEIDA, 2015). Este posicionamento também aparece na pesquisa de Danielle Martins, que afirma o seguinte:

Pudemos perceber quanto à questão da migração geográfica de alunos, que de fato o objetivo de criação do Instituto Multidisciplinar — citado inclusive em todos os projetos pedagógicos dos cursos pesquisados — de atender prioritariamente os moradores do entorno do IM e da região da Baixada Fluminense tem sido alcançado, fato que nós pudemos verificar através das entrevistas e dos questionários. Assim, o grande público que tem sido beneficiado com esta Instituição Federal de Ensino Superior são indivíduos residentes em Nova Iguaçu ou em outras cidades da Baixada Fluminense. (MARTINS, 2013, p. 123)

A existência de um *campus* da UFRRJ em Nova Iguaçu permitiu que tanto a população jovem quanto a que já trabalhava na área da educação pudessem ter acesso ao ensino superior público. Ao analisarmos as falas dos alunos sobre a existência do IM, podemos ver que a proximidade do *campus* do local de moradia foi um fator que influenciou em suas escolhas. Segue abaixo a fala da estudante Luana Lima, que, na época, cursava Licenciatura em História:

A nossa família não tem meios financeiros de bancar uma universidade longe por conta da mobilidade. Para poder custear a passagem, a permanência na universidade não seria possível. Então, a universidade perto da minha casa, além dos auxílios que a universidade proporciona pra poder a gente se manter, foi fundamental. Se não fosse isso, talvez hoje em dia eu não estaria na universidade, eu estaria trabalhando para ajudar a família. E foi de fundamental importância ter uma universidade perto de casa.⁵¹

Aparece, na fala da aluna, alguns elementos importantes para pensarmos a escolha dos alunos. A proximidade do *campus* permitiu que os gastos com passagem diminuíssem, o que faz com que se aumente a possibilidade de ingresso em uma universidade. Também podemos ver o papel das políticas de permanência praticadas, que permitem que os alunos consigam se manter na universidade. A estudante conclui que, se não fosse pela proximidade da universidade, provavelmente teria optado por conseguir um emprego em vez de ingressar na universidade. O fator localização reaparece na fala da estudante Débora Luisa de Freitas Silva, também do curso de História. No trecho abaixo, ela explica as razões pelas quais escolheu cursar História no IM e não em outra universidade:

E, no meu caso, foi de extrema importância, porque, na hora de escolher, tinha a opção de ir pra UFF, que, no Rio de Janeiro, a gente considera uma das melhores faculdades de História. Também tinha a UFRJ entre outras, mas a UFF era um sonho. Mas, na hora de decidir, a UFF em Niterói é bem distante daqui. E o custo de vida em Niterói é mais alto que aqui. Então, mesmo que eu resolvesse me mudar, seria

⁵¹ Youtube. O Custo da Oportunidade [The Cost of Opportunity - In English]. Hulle Brasil. 2017. Disponível no endereço eletrônico: https://www.youtube.com/watch?v=O_60CixvLHY&t=264s (Acesso em: 21/01/2022)

inviável. Então, quando eu tive que escolher a faculdade, escolhi essa justamente pela localização.⁵²

A aluna conclui dizendo que “A localização foi o fator determinante, e realmente é o que tem me ajudado a permanecer”⁵³. Neste sentido, a proximidade age como um fator decisivo para os alunos, pois diminui os custos com passagem e moradia, aumentando as chances de os alunos persistirem e se manterem na graduação. Sendo assim, é possível constatar que a proximidade não é apenas um fator na escolha da universidade, mas também um dos elementos-chave que garantem a permanência dos alunos. Quando questionada sobre o perfil dos primeiros alunos do IM, a então diretora Lino relatou que:

O perfil era variado. Nós tínhamos alunos de camadas populares, principalmente nas licenciaturas, que é a marca até hoje. E tinha as camadas média, média-baixa, média. Alunos não só de Nova Iguaçu, mas dos municípios circunvizinhos. Esse perfil era operado conforme os cursos e os tipos de curso, então ele não variava muito do perfil de Seropédica. A diferença é que em Seropédica havia alunos nos cursos - tanto em Matemática, Economia ou Administração - que eram de outros estados. Não era o caso do IM; lá, eram alunos da Baixada ou da periferia do RJ (Anchieta, Vigário Geral) e nos municípios do entorno. (LINO, 2022)

De acordo com a fala da diretora, com documentos institucionais analisados e com dados relativos ao perfil dos alunos, levantados pelas pesquisas de Renan Arjona (2016), Douglas Almeida (2016) e Danielle Martins (2013), percebemos que o IM cumpre sua função de ofertar ensino superior para os moradores da Baixada, principalmente no “coração da Baixada Fluminense” (LINO, 2022), que seria a cidade de Nova Iguaçu e os municípios adjacentes “situados na sua circunvizinhança, como Mesquita, Belford Roxo, Queimados, Japeri, Nilópolis e São João de Meriti, entre outros da Baixada Fluminense” (LINO, 2006). E mesmo com a criação da sede, “O perfil continua sendo da Baixada. Ele tem diferenças em todas as universidades públicas. Temos uma maioria de alunos das

⁵² Youtube. O Custo da Oportunidade [The Cost of Opportunity - In English]. Hulle Brasil. 2017. Disponível no endereço eletrônico: https://www.youtube.com/watch?v=O_60CIxvLHY&t=264s (Acesso em: 21/01/2022)

⁵³ Youtube. O Custo da Oportunidade [The Cost of Opportunity - In English]. Hulle Brasil. 2017. Disponível no endereço eletrônico: https://www.youtube.com/watch?v=O_60CIxvLHY&t=264s (Acesso em: 21/01/2022)

camadas populares e um público proveniente da Baixada e um público das camadas médias.” (LINO, 2022)

A pesquisadora Juliana Athayde Silva de Moraes, em tese de doutorado defendida no ano de 2020, entende este processo como uma descentralização das instituições de ensino superior. Embora houvesse universidades na Baixada desde a década de 1970, estas eram privadas, e a necessidade de arcar com as mensalidades mantinha um expressivo contingente de possíveis alunos fora daquele espaço. Moraes entende que a expansão das matrículas só ocorreu a partir dos anos 2000 com a criação e expansão das universidades públicas. Contudo, embora use uma terminologia diferente, tanto Juliana Moraes quanto Douglas Almeida descrevem o mesmo processo, isto é, o fato de que a interiorização das universidades reforça uma dinâmica em que a população residente das periferias não depende mais das universidades públicas do centro para obter sua formação superior (MORAIS, 2020; ALMEIDA, 2015).

Como pudemos ver, a escolha do curso é marcada por uma racionalidade específica que as pesquisas em questão buscam abordar. Buscamos sintetizar os pontos elencados pelas pesquisas em alguns critérios-chave. Os alunos escolhem os cursos com base em vários critérios, não necessariamente todos ao mesmo tempo, mas que estão presentes nas falas dos estudantes entrevistados e nas pesquisas. São eles: (a) preferência por cursos ofertados à noite; (b) preferência por cursos de baixa concorrência; (c) proximidade do local de moradia; e (d) interesse pelo curso. Podemos concluir que a escolha de um curso de graduação por parte dos alunos da Baixada Fluminense, especificamente no caso do IM, é pautada tanto por uma necessidade de conciliar trabalho e estudo quanto por um desejo de possuir uma formação superior. Entre a necessidade e o desejo, os estudantes firmam um compromisso.

Ademais, uma realidade que aparece nas pesquisas e em alguns relatórios de Gestão é a presença expressiva de alunas do gênero feminino nos cursos de graduação do *campus*. Não foi objeto desta dissertação trabalhar a questão de gênero; contudo, esta é uma informação de forte relevância a despontar em nossas fontes. Através da tabela abaixo, podemos ver o número de matrículas totais entre os anos de 2008 e 2015:

Tabela 9 - Matrículas* no IM por gênero (2008-2015)⁵⁴

Ano	Feminino	Masculino	Total
2008	768	625	1393
2009	979	773	1752
2010	1239	810	2049
2011	1533	1054	2587
2012	1679	1023	2702
2013	1783	1105	2888
2014	1912	1237	3149
2015	1888	1277	3165

Fonte: Relatórios de Gestão (UFRRJ).

Os números mostram uma realidade interessante: mais da metade dos estudantes do Instituto Multidisciplinar são do gênero feminino. No ano de 2008, por exemplo, as estudantes mulheres representavam 55,1% do total de estudantes; dois anos depois, esta cifra aumentou para 60,4% do total de estudantes. Nos anos de 2011 e 2015, a porcentagem estava em 59,2 e 59,6, respectivamente. O ano em que houve maior proporção de alunas foi 2012, em que as estudantes representaram 62,1% do total de estudantes do IM. Comparando estes dados com os dados do *campus* Seropédica, no ano de 2015, havia 5.906 estudantes mulheres em um universo de 10.090 matrículas, ou seja, 58,5% do total de estudantes (UFRRJ, 2015).

No ano de 2009, o censo do Inep reconhecia 5.954.021 matrículas no Ensino Superior no país todo, sendo que 3.400.800 eram de estudantes mulheres (INEP, 2009). Seis anos depois, em 2015, o país tinha 8.027.297 matrículas totais, sendo que 4.588.668 eram de mulheres, ou seja, 57% do total das matrículas. Dessa cifra, o estado do Rio de Janeiro mantém a mesma proporção nacional. No ano de 2015, por exemplo, as mulheres representavam 55,8% do total das matrículas. Na Baixada Fluminense, essa proporção também se manteve: as universitárias moradoras da Baixada representavam 60% das matrículas totais na região, ou seja, a proporção de mulheres no IM segue a mesma proporção regional, estadual e nacional. Neste sentido, o Reuni garantiu acesso, em igual

⁵⁴ Dados relativos às matrículas do segundo semestre.

proporção, às estudantes do gênero feminino, e essa realidade também pode ser vista entre os estudantes do IM de Nova Iguaçu (INEP DATA, 2015).

Ainda que os dados supracitados nos mostrem a presença acentuada de estudantes mulheres no ensino superior em âmbito regional, estadual e nacional, ao observar a distribuição dos alunos por curso, notamos proporções interessantes. Na tabela abaixo, mostramos as matrículas do IM para o ano de 2015 por curso:

Tabela 10 - Matrículas do IM por curso (2015)⁵⁵

Curso	Feminino	Masculino	Total
Administração	238	172	410
Ciências da Computação	33	179	212
Ciências Econômicas	162	240	402
Direito	139	81	220
Geografia	97	87	184
História	201	174	375
Letras (Português/Espanhol/Literaturas)	160	26	186
Letras (Português/Literaturas)	173	29	202
Matemática	130	129	259
Pedagogia	323	45	369
Turismo	232	115	365
Total	1888	1277	3184

Fonte: UFRRJ, 2015

Embora haja um número maior de estudantes do gênero feminino, ao analisarmos a proporção dentro dos cursos, notamos uma dinâmica específica: o curso do IM com maior proporção de estudantes do gênero masculino é o de Ciências da Computação; por outro lado, as estudantes do gênero feminino representam cerca de 15% do total. Essa proporção se inverte ao observarmos os cursos de Letras e Pedagogia, por exemplo. Para os demais,

⁵⁵ Dados relativos às matrículas do segundo semestre.

as matrículas ou se equiparam (no caso de Geografia e História), ou as estudantes representam um pouco mais da metade do total.

Tais proporções também são reflexo dos papéis de gênero presentes na sociedade: o mundo da computação e das Ciências Exatas no geral é predominantemente masculino, ao passo que a educação é vista como uma área mais feminina. Renan Arjona problematiza esses dados ao analisar informações referentes aos ingressantes nos cursos de Licenciatura do IM no período de 2006 a 2009. Ao analisar a divisão por gênero, o autor as interpreta à luz da questão da feminização da docência, processo que ocorre desde o século XIX, em que as mulheres são recrutadas para o mercado de trabalho para atuarem nos anos iniciais do magistério. O autor também chama atenção para o fato de que os cursos mais específicos (no caso de sua análise, o curso de História), mantém uma quantidade maior de homens (SOUZA, 2016). Contudo, ao tomar o período de 2008 a 2015, vemos que essa distribuição nos cursos de Matemática, História e Geografia mostra a expressiva presença feminina. A presença de mulheres, em igual ou maior proporção, ocorre no IM, na UFRRJ, na região da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro e no país. Embora não seja objeto desta pesquisa, tal realidade mostrou ser um aspecto de significativa relevância para exposição e compreensão do impacto do IM, podendo se tornar objeto de futuras pesquisas.

3.3.2 - O(s) significado(s) do IM para o alunado

Um tema comumente presente nas pesquisas sobre o IM é o significado — ou significados — que possui, para os alunos moradores da região, a implementação de mais uma universidade pública na Baixada Fluminense, especificamente em Nova Iguaçu. Tanto Douglas Almeida (2016) quanto Renan Arjona Souza (2016), com base em um levantamento de dados via entrevistas com alunos, investigam os significados que os alunos atribuem à experiência de terem feito ensino superior. A visão de que o ensino superior serviu tanto como oportunidade para crescimento profissional quanto para estímulo ao desenvolvimento de senso crítico é um consenso nas entrevistas realizadas por ambos os autores (ALMEIDA, 2016; SOUZA, 2016). Há um entendimento corrente entre

os entrevistados de que a universidade pode ser um ator de desenvolvimento regional. A partir da dupla formação proporcionada — profissional e cidadã —, os alunos podem agir como atores sociais nas demandas locais da região.

Podemos observar que este entendimento está presente não só nos significados que os alunos atribuem à sua experiência, mas também nos documentos institucionais. Por exemplo, no PPP do IM, aprovado em 2006:

A criação de instituições de ensino superior públicas na região, além de promover uma ampliação do acesso a esse nível de ensino, vem favorecer processos de mobilidade e inclusão social, com impactos para o desenvolvimento da região. (UFRRJ, 2006, p. 4)

De acordo com o documento, as instituições de ensino superior públicas proporcionam mobilidade e inclusão social, que, por sua vez, causam impactos no desenvolvimento regional. Outro exemplo deste pensamento pode ser visto no PDI de 2006-2011. O documento, ao apresentar seu Projeto Político Institucional, afirma que as universidades públicas possuem um papel central para o desenvolvimento da ciência, cultura e tecnologia do país:

(...) as Instituições Públicas de Ensino Superior, têm diante de si o grande desafio de preparar um cidadão cuja formação não pode limitar-se à capacitação para o exercício de uma profissão; devem buscar formar um cidadão capaz de inserir-se de modo consciente e crítico na realidade brasileira (UFRRJ, 2006, p. 36)

Sobre o PDI de 2006-2011, Lino relatou que “o IM e seus professores, técnicos e servidores foram muito ativos neste processo, então fizemos muitas discussões” (LINO, 2022). A então diretora apresentou um seminário interno, destinado a toda a comunidade da UFRRJ, no qual ela intitulou “Construindo um sonho na Baixada Fluminense”. A diretora justifica a escolha do título ao dizer que o IM: “significou a possibilidade de levar o ensino público federal, gratuito e de qualidade para o coração da Baixada Fluminense, que era Nova Iguaçu.” (LINO, 2022). Apesar das dificuldades enfrentadas no cotidiano, a autora afirma que “persiste a possibilidade de construir um projeto de educação pública, de

cultura, de ciência e de construção de conhecimento no coração da Baixada em Nova Iguaçu.” (LINO, 2022) A diretora desenvolve seu argumento ao dizer que:

(...) E havia toda uma preocupação no projeto do IM, e, nos primeiros anos, de que o IM pudesse ajudar a refletir sobre a Baixada e fazer uma intervenção loco-regional, e isso tem sido concretizado através principalmente de projetos de extensão nas mais diferentes áreas. (LINO, 2022)

Podemos ver, através das falas institucionais tanto do PDI 2006-2011 quanto da diretora Lino, que o IM foi criado com um objetivo de agir localmente na região em que estava inserido. De acordo com o PPP do IM, tal atuação possibilitaria mobilidade e inclusão social. Na leitura do PDI, vemos que as universidades públicas têm uma função de profissionalização e formação para o exercício da cidadania. Para Lino, esta atuação ocorre através dos projetos de extensão, que ajudam a criar uma ponte de contato entre a universidade e a comunidade local da Baixada. A diretora dá exemplos de programas de extensão:

No campo da educação, que é minha área, fizemos cursos de especialização com municípios. No município de Nova Iguaçu, tivemos três cursos de especialização para professores da rede, e hoje isso ainda acontece em aberto para diversos municípios. Projetos em educação inclusiva e projetos nas relações étnico-raciais. Uma série de intervenções que o fato de ter uma universidade federal em Nova Iguaçu propiciou. Ainda há muitos desafios a enfrentar, mas acho que o IM tem feito essa possibilidade. (LINO, 2022).

No documentário intitulado *O custo da oportunidade*, produzido pela Duke University em 2017, podemos escutar o depoimento de alguns estudantes do IM. Entre cenas do município de Nova Iguaçu, da rotina do *campus* e de dados geográficos acerca da distância entre a Baixada e as Universidades Federais no centro do Rio, um tema se repete no decorrer dos trinta minutos do documentário: no primeiro plano, temos um estudante ao lado de seu pai, mãe ou responsável, e, como pano de fundo, o *campus*. Tanto o estudante quanto o responsável dividem a cena com seus depoimentos. Neste tema, que é recorrente ao longo do documentário, estão presentes os principais pontos apresentados pela nossa

pesquisa e pelos trabalhos que analisam o IM: a presença mais frequente de estudantes do gênero feminino e a diferença de idade entre estudantes e responsáveis (o público alvo das políticas do Reuni é o jovem entre 18 e 24 anos). Nos relatos dos alunos, vemos as dificuldades para manter os estudos, a importância de morar próximo ao *campus* e a racionalidade por trás da escolha do curso. O depoimento dos responsáveis, por outro lado, expõe a histórica negligência do poder público para com a Baixada. Nota-se também que estes estudantes são os primeiros de suas famílias a ingressarem no ensino superior.

Quando os estudantes avaliam os efeitos da formação superior em suas vidas, os resultados das pesquisas de Almeida (2016) e Souza (2016) reaparecem em outras vozes. Uma aluna nos traz a seguinte fala sobre sua experiência:

Eu acho que a universidade me trouxe não apenas um conhecimento acadêmico, porque a gente entra aqui, vai pegar o diploma, vai ter uma carreira. Só que eu acho que, além disso, a universidade te traz uma formação como cidadão, como pessoa, como ser humano. E eu acho que eu ampliei muito meu modo de enxergar o futuro, sabe? De compreender melhor as questões que a sociedade tem hoje. Então, acho que você se torna uma pessoa muito mais crítica, mais disposta a cobrar do governo, das estruturas sociais aquilo que tá errado. Você se coloca numa posição mais ativa de cobrar, de tentar fazer algo diferente, novo, para mudar e romper esse sistema.

Carla Gabriela, 27 anos - Licenciatura em Letras (Português/Literatura)⁵⁶

Na fala da estudante, reaparecem dois elementos, que também constam no PDI e PPP sobre a universidade: o primeiro elemento constata que o ensino superior oferece uma dupla formação, isto é, a universidade proporciona a possibilidade de o estudante ascender socialmente; o segundo diz respeito à noção de cidadania. A aluna entende a cidadania como uma condição na qual a pessoa tem o respaldo de cobrar à autoridade responsável o cumprimento dos direitos da sociedade. O termo “cidadania” norteou os movimentos sociais que despontaram na década de 1970 em crítica ao regime militar, como por exemplo, o Movimento Amigos do Bairro (MAB). Através do conceito de cidadania,

⁵⁶ Youtube. O Custo da Oportunidade [The Cost of Opportunity - In English]. Hulle Brasil. 2017. Disponível no endereço eletrônico: https://www.youtube.com/watch?v=O_60CIxvLHY&t=264s (Acesso em: 21/01/2022)

criou-se um conjunto de expectativas sobre o que é esperado do poder público. Podemos ver um exemplo em um trecho extraído do documentário. Nele, temos a denúncia de uma estudante de História sobre a situação da Baixada:

Historicamente, a Baixada é vista como um espaço violento e precário; a gente é colocado à margem da sociedade, mas há poucos projetos voltados. Existem alguns projetos sociais, mas se concentram em centros, e a gente vê a Baixada um pouco deixada de lado. Até pelas próprias pessoas que moram aqui, [elas] se desfazem um pouco da região geográfica mesmo.

Ana Carolina Oberosler, 23 anos - Licenciatura em História⁵⁷

A imagem da Baixada como um lugar de pobreza e violência e o descaso que a região sofre são denunciadas pela estudante. A ausência de políticas públicas por parte dos governos locais e federais foram pautas dos movimentos sociais que se formaram na região. Através de uma identidade coletiva, que é o pertencimento à Baixada, articulada à noção de cidadania, há um entendimento, nos depoimentos presentes no documentário, de que a Baixada é uma região negligenciada e que seus moradores possuem legitimidade para o ato de reivindicar seus direitos.

O historiador Linderval Monteiro publicou, no ano de 2016, o livro intitulado *Retratos em movimento*, cuja origem vem de sua tese de doutorado defendida em 2007. Nele, o autor trabalha com depoimentos orais de moradores da Baixada Fluminense que ajudam a compreender os valores e aspectos culturais dos moradores da região. Enquanto os estudantes do IM defendem valores como cidadania, no sentido de reivindicar direitos do Estado, os moradores da geração anterior tinham relações distintas com o Estado, o que leva o autor a afirmar que:

É sintomática a inexistência do que poderia chamar de uma "consciência cidadã" no conjunto de valores desses homens e mulheres aqui retratados quando os confrontamos com nossa visão idealizada do cidadão como o indivíduo integrado ao governo por ele escolhido e preocupado em garantir seus direitos. (MONTEIRO, 2016, p. 216-217)

⁵⁷Youtube. O Custo da Oportunidade [The Cost of Opportunity - In English]. Hulle Brasil. 2017. Disponível no endereço eletrônico: https://www.youtube.com/watch?v=O_60CIxvLHY&t=264s (Acesso em: 21/01/2022)

Ao comparar a consciência coletiva dos moradores da Baixada com a noção de cidadania, o autor não enxerga pontos de contato. Longe de defender a hipótese de que há uma apatia entre a população, entendemos que eles possuíam e elaboravam estratégias próprias. O autor afirma que a desconfiança dos moradores com o Estado e seus agentes é uma parte integrante da identidade dos moradores da Baixada; no entanto, há visões conflitantes. O Estado pode ser visto tanto como ator carregado de um elemento negativo — no sentido de omissão e negligência — quanto um ator no qual o diálogo, muitas das vezes por provocação e reivindicação, é possível. Por fim, o autor resume cidadania para os “baixadenses” como:

(...) algo diretamente relacionado com o alcance de direitos - inclusive o de não ser molestado; daí a aceitação dos justicamentos - por meios próprios, uma vez que a inexistência de projetos estatais é a prova de que não haveria nenhuma ação a não ser as levadas adiante pelos próprios populares predispostos a aceitarem de forma incondicional o auxílio do “interesseiro” de qualquer “político” ávido por “trocar os votos da comunidade” por obras precárias, porém responsáveis pela diminuição das várias necessidades locais e, portanto, pelo alcance de direitos “desde sempre negados aos pobres” (MONTEIRO, 2016, p. 220-221)

Podemos ver pela fala do autor que os moradores da Baixada entendiam cidadania como a condição de possuir direitos, fosse por meios próprios, através de uma ação direta, ou pela transação de votos ao político “interesseiro” em troca de obras e serviços. Comparando os relatos dos estudantes do IM com o conceito de cidadania para os “baixadenses” estudados por Linderval Monteiro, vemos que há uma sutil diferença de valores políticos entre uma geração e outra. Tal diferença seria, na fala dos estudantes, resultado da experiência do ensino superior (SOUZA, 2016; ALMEIDA, 2016). A geração mais velha entende sua identidade a partir da posição de esquecidos ou despossuídos de direitos:

Eu estudei sempre em colégio público, e, ali, na minha época, era muito mais difícil, quase que impossível, um jovem de classe pobre

entrar na faculdade. Então, nosso sonho tinha limites, não podíamos ultrapassar, mas eu sempre sonhei um dia fazer uma faculdade.
Paulo Luís Pereira da Silva⁵⁸

Podemos ver que, ao mesmo tempo que há um interesse e desejo por educação e por dar continuidade aos estudos, há também o reconhecimento de que não seria possível realizar tal vontade. É importante também retomar a luta dos primeiros estudantes do Instituto Multidisciplinar pela criação de uma sede própria. Suas mobilizações através de manifestações no centro de Nova Iguaçu e idas à nova sede do *campus* a fim de acompanhar o andamento das obras marcam uma postura ativa da primeira geração de estudantes, que exerceram uma prática política de reivindicação e denúncia, mantidas pela persistência e por um sentimento de que exigir educação pública de qualidade era um direito do qual eles tinham respaldo para demandar. Essa noção também está presente entre os alunos que fazem parte das turmas que se formaram após a inauguração do IM. Ambas as gerações de alunos reconhecem o histórico de descaso na Baixada, mas entendem estarem respaldados pela lei para exigirem do Estado tais reparações. Podemos ver também que, para além dos direitos que reivindicam, os estudantes do IM entendem que também possuem deveres.

O IM, portanto, foi criado com a intenção de intervir em sua comunidade local e em áreas adjacentes como forma de superar as dificuldades regionais ao mesmo tempo em que serve como espaço de construção de conhecimento. Este desejo de ser um ator local também está presente nas falas dos alunos. Além disso, podemos observar na pesquisa de Renan Arjona (2016) e Douglas Almeida (2016) que os entrevistados desejam contribuir com a região em que estão inseridos. O depoimento abaixo, extraído do documentário, ilustra e sintetiza esse ponto:

(...) gostaria muito de dar de volta. O grande meio seria ser profissional da rede pública de educação. Ser um professor era um sonho antigo... Professor de História é outro grau; ele tem uma responsabilidade social intensa, que é a formação de cidadãos, e essa

⁵⁸ Youtube. O Custo da Oportunidade [The Cost of Opportunity - In English]. Hulle Brasil. 2017. Disponível no endereço eletrônico: https://www.youtube.com/watch?v=O_60CIxvLHY&t=264s (Acesso em: 21/01/2022)

responsabilidade social é fundamental para o meu entendimento que a minha profissão seja pró ativa para os meus, para minha comunidade, para minha classe social, para aqueles que partilham das mesmas experiências da minha família.⁵⁹

Ao comparar a prática política da geração de estudantes do IM — tanto na época em que a instituição operava em prédios alugados quanto após a transição —, podemos ver que há uma diferença de valores no sentido de que as gerações mais jovens entendem estar no direito de exigir do Estado o cumprimento e a garantia de seus direitos. Não queremos, com isso, defender uma ideia de que as gerações anteriores de moradores da Baixada eram passivas, pois isso iria contra a própria realidade histórica da região, que, por muitos anos, foi um espaço de onde surgiram lutas sindicais e de bairros. É crucial entendermos que essas gerações de moradores mais velhos cresceram e viveram em um contexto de ditadura militar, sob a sombra de grupos de extermínio e esquadrões da morte. Esta situação os obrigou a entender e transformar sua realidade com instrumentos próprios. Por outro lado, os estudantes do IM, uma geração mais jovem, cresceram em um período pós abertura política, no qual foi possível a articulação coletiva em torno de reivindicações ao Estado.

Logo, entendemos que, a partir da análise do histórico de criação do IM e dos significados sociais possibilitados por se cursar o ensino superior na Baixada Fluminense, os estudantes do IM, representantes de uma população jovem que cresceu em um período de abertura política, possuem uma noção de cidadania distinta daquela das gerações anteriores. Tal divergência se explica pelas diferentes conjunturas políticas em que essas gerações se formaram: enquanto uma cresceu sob o regime militar, a outra cresceu em um período de expansão do ensino superior público na região. Há, portanto, uma forma diferente de compreensão da política.

A partir da utilização do conceito de cidadania e da observação dos estudantes do IM — membros da classe trabalhadora residente da Baixada —, podemos notar que há uma articulação do pertencimento à Baixada que busca superar as dificuldades da região através desta concepção. Vemos que há, entre os estudantes do IM, a presença de várias

⁵⁹ Youtube. O Custo da Oportunidade [The Cost of Opportunity - In English]. Hulle Brasil. 2017. Disponível no endereço eletrônico: https://www.youtube.com/watch?v=O_60CixvLHY&t=264s (Acesso em: 21/01/2022)

organizações conectadas ou com o anarquismo, ou com o comunismo, ou com o liberalismo de esquerda. Os estudantes do IM flertam com essas correntes sem necessariamente se filiarem, mas isso não quer dizer que sejam apolíticos. Vale ressaltar que o IM foi ocupado pelos estudantes em duas ocasiões, nos anos de 2013 e 2016, mostrando que, apesar do *campus* estar no interior da Baixada, seus estudantes não estão alheios à conjuntura política nacional.

Dentre essas organizações coletivas que se formaram, queremos destacar o movimento “Me avisa quando chegar”, composto pelas estudantes da UFRRJ que buscaram atuar contra os casos de assédio e estupro que ocorrem dentro do *campus*. A razão do destaque se dá pelo fato de que o movimento surge por iniciativa das estudantes; ele é, portanto, fruto das demandas internas das alunas — representantes da maioria das matrículas ativas — diante da administração superior. O movimento também ilustra a noção de cidadania articulada entre os estudantes do IM no sentido de que a organização coletiva deve ocorrer para a solução e superação dos problemas locais. Não há uma pesquisa sobre o movimento; contudo, com base no que foi exposto até o momento, entendemos que este é um tema importante para futuras pesquisas.

O desenvolvimento e expansão da educação, tanto básica quanto superior, pode trazer transformações sociais que encontram seus limites nas crises institucionais e políticas. Na Baixada, tais posições encontram impasses com a persistência de um poder local constituído a partir da prática da violência (ALVES, 2020). Entretanto, devemos entender essas posições sob duas perspectivas: a primeira é a de que defender a função social da universidade em uma região periférica demarca um projeto de sociedade no qual a transformação social é impulsionada por mudanças institucionais, tendo em destaque a área da Educação. A segunda perspectiva é a de que defender as universidades enquanto atores de desenvolvimento social revela o potencial que as mesmas têm de servirem como espaços que sensibilizam os integrantes da comunidade acadêmica a reconhecerem a identidade regional na qual está inserida aquela universidade.

Juliana Morais chama atenção para o fato de que a produção de conhecimento na periferia é uma problemática trabalhada desde o século XX com o processo de construção de universidades e centros de pesquisa na América Latina. Durante as décadas de 1950 e

1960, os debates da época estabeleciam uma analogia entre a assimetria das relações econômicas internacionais e uma divisão internacional do trabalho acadêmico, no qual as universidades da periferia importavam modelos interpretativos das universidades do centro. A descentralização do ensino superior, processo que ocorreu a partir dos anos 2000, possibilitou que houvesse espaços de construção de conhecimento em regiões periféricas (MORAIS, 2020). Um estudante da Carolina do Sul, nos Estados Unidos, em visita ao IM através da parceria entre a UFRRJ e a Duke University, resumiu suas impressões sobre o IM da seguinte maneira:

Os estudantes daqui vão, de uma maneira ou outra, estudar mais a Baixada Fluminense para se orgulhar de ser da Baixada Fluminense, e isso é um pouco [do] que, nessas três semanas, eu aprendi sobre o impacto dessa universidade.

John Victor - Estudante de Economia na Carolina do Sul, EUA⁶⁰

A fala do estudante chama atenção para um processo que se operou no IM. Renan Arjona fez um levantamento dos programas de extensão presentes no IM desde o ano de 2006, e, através deles, podemos ver que a preocupação com temas locais era constante, tais como a violência doméstica, desigualdades raciais, políticas educacionais e trabalho (SOUZA, 2016, p. 81-83). Além disso, um breve levantamento bibliográfico dos trabalhos de conclusão do curso de licenciatura em História mostra que a Baixada Fluminense emerge como objeto de estudos por iniciativa dos alunos⁶¹; porém, os contornos deste processo de reafirmação de identidade regional ainda estão para ser definidos e podem servir como objeto de futuras investigações.

Considerações finais

Neste capítulo, foi percorrido um longo trajeto, que passa pela implementação do Reuni na UFRRJ, atravessando a história da criação do IM até seus impactos sociais tanto

⁶⁰ Youtube. O Custo da Oportunidade [The Cost of Opportunity - In English]. Hulle Brasil. 2017. Disponível no endereço eletrônico: https://www.youtube.com/watch?v=O_60CixvLHY&t=264s (Acesso em: 21/01/2022)

⁶¹ Uma breve análise dos dados disponíveis no Cedim nos mostram que, no período entre 2010 e 2017, foram defendidas 26 monografias no curso de História com o tema “História da Baixada”.

de caráter quantitativo quanto qualitativo. No primeiro subcapítulo, discutimos o processo de implementação do Reuni na UFRRJ, que possibilitou o acesso a verbas que seriam destinadas à construção de uma sede para o IM. No segundo subcapítulo, nos debruçamos sobre o histórico da criação do IM de Nova Iguaçu da UFRRJ. No terceiro subcapítulo, nos dedicamos a analisar o impacto social de sua implementação na Baixada Fluminense.

O IM ofereceu cursos de ensino superior público para a população local permitindo a conciliação entre trabalho e estudo. O instituto possui uma proporção significativa de estudantes do sexo feminino. Ao nos debruçar sobre os impactos qualitativos, analisamos como os estudantes-trabalhadores do IM entendem-se coletivamente. Comparando tais informações com a pesquisa de Linderval Monteiro, podemos observar que, a partir da expansão da oferta de ensino superior na Baixada, a geração mais jovem desenvolveu um sentido diferente para o conceito e prática de cidadania. Ainda há muitas lacunas que podem e devem ser preenchidas por futuras pesquisas. A principal delas, no nosso entendimento, são relativas às questões de gênero e raça no Instituto Multidisciplinar. Tais temas têm um potencial de avanço nos estudos sobre os impactos sociais do IM. Não foi feita uma discussão aprofundada sobre a questão étnico-racial no IM, pois não foram encontrados dados para apoiar uma análise e exposição mais aprofundada.

O Instituto Multidisciplinar possui, então, um alunado formado majoritariamente por alunos-trabalhadores, que escolheram o curso por conta da proximidade geográfica e do horário das aulas (turno da noite). Seus pais são, dentre outras profissões, cozinheiros, pedreiros, porteiros, comerciantes, aposentados, autônomos, assistentes administrativos, professores e/ou profissionais da saúde (MARTINS, 2013). cursar o ensino superior é visto como uma oportunidade de ascensão social e desenvolvimento do senso crítico, mas as necessidades de custear os estudos e de possuir uma renda própria acabam por determinar as escolhas que os alunos tomam no que diz respeito tanto ao curso escolhido quanto ao horário das aulas. O IM é uma instituição cuja formação e impacto social são uma síntese tanto de aspectos históricos-locais da região da Baixada quanto de aspectos das políticas federais na educação superior nos governos Lula.

CONCLUSÃO

Nesta dissertação, buscamos analisar o impacto social da implementação do IM a partir de uma perspectiva histórica de inserção do estudo deste objeto dentro da formação histórica da Baixada Fluminense e da formação e expansão das universidades no Brasil. Em diálogo com as pesquisas já existentes sobre o assunto, tivemos a intenção de preencher as lacunas e aprofundar os debates por elas instigados.

O Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu da UFRRJ é uma síntese de dois processos históricos: a formação histórica da Baixada Fluminense e o desenvolvimento do ensino superior público. Sua implementação permitiu que os filhos dos trabalhadores-moradores da Baixada Fluminense pudessem ter acesso a cursos de Ensino Superior gratuitos. Além disso, a adesão da UFRRJ ao Reuni e a criação do IM marcam uma mudança na atuação da UFRRJ, que deixa sua vocação para as ciências agrárias para assumir a função de uma universidade regional, processo que ocorreu dentro de um contexto mais amplo de reforma universitária, empreendida durante os governos Lula (SILVEIRA, 2011).

O primeiro capítulo teve como objetivo debruçar-se sobre a região da Baixada Fluminense a partir de seus debates conceituais, sua produção historiográfica e aspectos históricos e sociais de sua formação. Apesar da região possuir uma formação histórica muito centrada na história da antiga Iguaçu, sua definição administrativa, formulada a partir de meados dos anos 1970, expande o conceito para abranger mais municípios. Isto se dá devido ao fato de a dinâmica social da região afetar o entorno. A formação histórica da região, como vimos, passou de um objeto de memória, nas primeiras décadas do século XX, para um objeto de estudos a partir dos anos 1950. Ao realizar uma breve sinopse

histórica da região, vemos que a região é historicamente constituída por trabalhadores, que atuam seja nos postos de emprego próximos, seja na capital do estado. Elementos marcantes na formação da região são o seu povoamento periférico, urbanização e violência. A partir da década de 1990, novos processos se instauram dentro da região, porém a Baixada ainda se constitui como uma região formada por trabalhadores.

No segundo capítulo abordamos a evolução do ensino superior, a partir da análise de suas políticas públicas, desde a reforma de 1968, implantada durante a ditadura militar, até a o segundo mandato de Dilma Rousseff. Vimos que o ensino superior privado cresceu em proporção maior ao setor público a partir da reforma universitária de 1968. Observamos a expansão, reestruturação e interiorização das universidades públicas brasileiras a partir dos governos Lula, processo este permeado de polêmicas e críticas dentro da universidade. Nós também vimos como tais mudanças se operaram na Baixada Fluminense nas principais conjunturas e como a relação ensino superior público/ensino superior privado segue a mesma lógica da tendência nacional.

No terceiro capítulo analisamos a criação, implementação e impacto social do IM da UFRRJ. Indo desde a adesão ao Reuni na UFRRJ, atravessando a história da criação do IM até seus impactos sociais tanto de caráter quantitativo quanto qualitativo. Num primeiro momento, vimos que a aprovação do Reuni na UFRRJ possibilitou o acesso a verbas que seriam destinadas à construção de uma sede para o Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu. Analisando a criação do IM em Nova Iguaçu, vimos que haviam movimentos sociais que pleiteavam a criação de uma universidade pública no município desde a década de 1990, mas que as condições políticas e sociais não foram favoráveis pelo menos até o ano de 2003, quando temos a criação da Escola de Governo da Baixada Fluminense. Por fim, analisamos os impactos quantitativos e qualitativos da implementação da UFRRJ.

Os impactos sociais da implementação do IM são muitos, porém nós nos ativemos àqueles relativos ao tamanho do instituto diante do quadro geral do ensino superior público e privado na Baixada, situação na qual o IM, apesar de possuir um tamanho pequeno diante do quadro geral, teve uma evolução significativa num período curto de 12 anos. Em segundo lugar, nos debruçamos sobre a evolução dos cursos, observando que a presença

maior de cursos noturnos indica que o instituto foi criado com o intuito de oferecer ensino superior público para os alunos-trabalhadores do entorno. Por fim, uma realidade que despontou nas fontes foi a presença maior de estudantes do sexo feminino no *campus*, relação que possui variações ao analisarmos a distribuição de matrículas por curso.

Um dos principais impactos da implementação do IM, no campo qualitativo, se dá nos significados que os estudantes-trabalhadores do IM atribuem a experiência de cursar o ensino superior na Baixada Fluminense, especificamente em Nova Iguaçu. Observamos que os significados atribuídos pelos estudantes estão diretamente relacionados com a concepção de universidade presente no PPP do IM e do PDI da UFRRJ. No sentido de que o ensino superior público possui uma dupla função de preparar o estudante para uma profissão, ao passo que o forma para o exercício da cidadania.

Pensamos a relação dos estudantes do IM com a noção de cidadania a partir das contribuições de Thompson sobre o papel da lei no estudo das relações sociais. Em artigo discutindo o papel do Direito na obra de Thompson, o historiador Alexandre Fortes aponta que a lei possui um caráter ambíguo: ela não é apenas um instrumento de dominação da classe dominante sobre a classe trabalhadora, ela também é consenso. A lei serve para legitimar o poder através de meios institucionais, pois ao estabelecer um consenso entre as classes, cria expectativas e limites às ações dos próprios elaboradores das leis, que são as classes dominantes (FORTES, 1995). É a partir dessa expectativa e dos limites impostos pela própria lei que o direito também pode servir como um espaço de contestação. Ele serve como um espaço em que os dominados podem lutar contra os abusos, posicionar-se contra desmandos e impor limites à ação das classes dominantes.

Com base na categoria de *experiência* desenvolvida por Edward Thompson, somada com suas contribuições para o estudo do Direito para a historiografia, vimos que os alunos do IM se articularam coletivamente através das identidades que partilham, que podem ser de moradores da Baixada, mulheres, trabalhadores e estudantes. Através da noção de cidadania, os estudantes entendem que suas demandas são legítimas e, portanto, organizam-se coletivamente para exigir das autoridades responsáveis o cumprimento de seus direitos. Essa articulação em coletivo pode ser vista na luta dos primeiros estudantes do IM pela conclusão das obras da nova sede. Os estudantes do IM também se articularam

coletivamente em outros momentos, e aqui damos destaque para as ocupações estudantis de 2013, 2016 e pelo movimento, que abrangeu toda a UFRRJ, intitulado "Me avise quando chegar". Movimento este que foi composto e integrado apenas pelas estudantes mulheres da universidade. Sabendo que as estudantes do sexo feminino representam mais da metade das matrículas, tanto no IM quanto em Seropédica, a existência deste movimento é um dado significativo que mostra as diferentes formas que estes alunos-trabalhadores articulam-se coletivamente, mas também da realidade presente no cotidiano dessas estudantes, que tiveram que conciliar sua formação universitária com cotidiano muita das vezes hostil.

Ao comparar a prática política dos estudantes com movimentos sociais anteriores na Baixada, podemos ver que os estudantes formam a sua consciência política no sentido de que o usufruto de direitos exige uma mobilização coletiva. A pesquisa de Linderval Monteiro mostra como os moradores entendem sua existência enquanto integrantes de uma periferia negligenciada pelo poder público. Pelo depoimento dos moradores, entendemos que eles tiveram que elaborar estratégias próprias para lidar com a ausência de direitos - que vai desde o saneamento básico até a segurança pública - em uma região controlada politicamente por grupos de extermínio que, aos poucos, inseriram-se na política local. Tais estratégias vão desde a ação direta dos moradores até a justificação por execuções. A partir da categoria *experiência*, nós propomos o entendimento de que tais estratégias não devem ser entendidas enquanto uma apatia por parte dos moradores, mas sim como uma forma de racionalizar sua própria existência a partir de suas experiências. Principalmente num contexto político de ditadura militar. A articulação coletiva em torno de uma noção de cidadania, tal como proposta pelos movimentos de bairro e efetivada pelos estudantes do IM, torna-se mais possível à medida que o contexto político permite que tais práticas sejam feitas. Dizemos isso, pois é importante ressaltar que os moradores da Baixada que são da geração anterior aos estudantes do IM cresceram no período ditatorial, ao passo que os estudantes do IM, em sua maioria, cresceram num ambiente político pautado por um estado de direito (ainda que eivado de contradições e práticas do período anterior). Portanto, as formas de entender e praticar a política vão diferir.

Também vemos que os estudantes do IM também se articulam coletivamente em torno de um pertencimento regional à Baixada Fluminense. Estudar na região sensibilizou os estudantes para as questões e história local e entendem que apesar de ser uma região marginalizada, há a possibilidade de superação das dificuldades locais. Novamente vemos uma relação entre os significados que os estudantes atribuem ao IM com sua concepção presente nos documentos institucionais: de que a universidade pode ser um ator de desenvolvimento regional. Uma das formas encontradas pelos estudantes para atender a essa questão é pesquisar a Baixada dentro da região. Por isso, notamos que a partir dos anos 2000, começam a surgir pesquisas dentro da Baixada cujo objeto é a própria. Os contornos e efeitos deste processo ainda não estão delimitados, mas podem justificar pesquisas no futuro.

Ao observar a formação do ensino superior na Baixada, fica aparente que o processo por trás da criação de universidades é político, pois envolve atores locais e externos, bem como o contexto político geral. Além disso, a formação do ensino superior na Baixada está subordinada à dinâmica de desenvolvimento do ensino superior desigual e combinado (CUNHA, 2004), no qual as universidades privadas detêm um número maior de matrículas e instituições. Com base nisso, nos anos 1970 vemos surgir as primeiras universidades privadas na região, a partir da união dos interesses da elite local com o projeto de desenvolvimento nacional praticado pelo regime ditatorial. Nos anos 1990, a criação de uma universidade pública em Nova Iguaçu não foi bem sucedida pois não houve força política para tal. Porém, ao observamos os anos 2000, vemos que o IM é construído a partir da união dos interesses da UFRRJ, governo federal, parlamentares e movimentos sociais. A criação de uma universidade, portanto, não é um processo unilateral, mas o resultado da combinação de vontades locais com os projetos de desenvolvimento a nível nacional.

O Instituto Multidisciplinar possui, então, um alunado formado majoritariamente por alunos-trabalhadores, que escolheram o curso por conta da proximidade geográfica e do horário das aulas (turno da noite). A proximidade do *campus* funciona tanto como um fator na hora de escolher o curso, mas também como um elemento que garante a permanência do estudante. Os estudantes do IM são filhas e netas dos trabalhadores que

viveram sob os mandos e desmandos dos grupos de extermínio. Cursar o ensino superior, fato inédito para muitas das famílias de moradores, é visto como uma oportunidade de ascensão social, desenvolvimento do senso crítico e um elemento sensibilizador para o reconhecimento de sua identidade regional.

Além do impacto de nível quantitativo e qualitativo, analisado nesta dissertação, existem significativos impactos provocados pela criação do IM e da expansão da UFRRJ via Reuni que podem ser objetos de estudo de futuras pesquisas. Enxergamos seis frentes de estudo que podem resultar em pesquisas que contribuem para o entendimento do IM.

A primeira delas seria a investigação das primeiras tentativas de instalar uma universidade pública em Nova Iguaçu. Tanto a análise da Universidade Popular da Baixada quanto do convênio feito com a UFF, podem lançar luz sobre a dinâmica do processo de criação de uma universidade. Principalmente porque, aparentemente, os projetos foram descontinuados. Portanto, buscar entender as razões por trás do insucesso de tais ensaios podem nos ajudar a compreender os motivos que justificam o sucesso na criação das universidades na Baixada. Certamente que tal temática irá aprofundar uma reflexão sobre o desenvolvimento do ensino superior na Baixada.

Uma segunda frente seria a de ampliar os estudos sobre os primeiros anos do IM. As fontes institucionais dizem pouco sobre o processo, além de que ele funcionava em prédios alugados. Porém, sabemos que foram necessárias adaptações, negociações e que o dia a dia do instituto ocorria em condições precárias. Seria pertinente avançar neste tema a partir do depoimento dos professores. A investigação deste processo, sob o ponto de vista dos trabalhadores do instituto, pode contribuir com essas lacunas.

Uma terceira frente seria a análise da produção e pesquisa feita sobre a Baixada Fluminense. Há uma geração de pesquisadores da Baixada Fluminense dentro do território que constroem um entendimento da região dentro da própria. A criação do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ no ano de 2008 impulsionou este processo cujos contornos ainda estão a ser definidos. No entanto, um estudo sobre a expansão da pós-graduação e sobre a natureza dos temas abordados, e do lugar sócio-econômico dos pesquisadores, pode revelar as questões que a população da Baixada Fluminense trás para a universidade. Além disso, a análise da historiografia da Baixada sobre si, pode servir

enquanto um estudo de caso sobre a função da história em uma região historicamente privada de uma história própria.

Uma quarta frente de estudos que certamente aprofundará o entendimento do impacto do IM é o estudo das ocupações de 2013 e 2016 feita por estudantes do *campus*. A primeira feita no contexto das jornadas de junho e a segunda empreendida durante a onda nacional de ocupações de universidades federais, feita enquanto protesto contra a votação da PEC dos gastos (PEC 55) e da reforma do ensino médio. Além de oferecer subsídios para um fértil estudo de história oral e memória estudantil, também pode ser uma oportunidade para analisar como a fração jovem da classe trabalhadora da Baixada, que acessava o ensino superior, relacionam-se entre si e entre órgãos da administração da universidade. E para compreender de que formas o IM se inseriu politicamente durante as turbulências e agitações da conjuntura nacional.

Uma quinta frente de estudos de análise está nas relações de gênero, a partir do dado de que as estudantes do IM representam mais da metade das matrículas. Um caso que consideramos central para análise é o movimento “Me avise quando chegar”, pois representou uma união e organização das estudantes dos três *campi* da UFRRJ contra uma realidade com a qual elas precisavam conciliar juntamente com seus estudos. O movimento surgiu dentro da universidade e a partir de demandas internas. Por isso, sua investigação pode ser uma oportunidade para melhor compreender as formas que os estudantes entendem a experiência de cursar ensino superior público na Baixada, bem como suas estratégias de organização coletiva.

Por fim, um sexto tema de estudos, de significativa relevância, foi apontado por um aluno entrevistado no documentário “O custo da oportunidade”, no qual ele aponta que o IM o sensibilizou para sua descoberta enquanto pessoa negra. Há, então, um processo de descoberta de uma consciência negra por parte dos alunos, operado a partir da experiência de cursar ensino superior. Um dos resultados deste processo é formação de uma geração de pesquisadores, trabalhadores, artistas, escritores e poetas negros conscientes das questões raciais. Sugerimos, portanto, que seja feita uma investigação mais detalhada deste processo a saber, da experiência desta geração de alunos descobrirem-se como negros e de que formas atribuem sentido a este processo, avançar nesta temática também é investigar os

impactos sociais do IM. Uma perspectiva interessante seria a de cruzar raça e gênero, pois sendo o IM um *campus* majoritariamente feminino, a presença de mulheres negras é significativa.

O Instituto Multidisciplinar, foi criado no final do ano de 2005, como convênio entre o Ministério da Educação e da UFRRJ, em uma notícia no portal do MEC, dizia que “O novo *campus* oferecerá cursos de graduação nas áreas de administração, economia e licenciaturas. Quando plenamente instalado, atenderá 1,6 mil alunos e contará com 90 professores.”. Por quatro anos o *campus* funcionou em prédios alugados em convênios com a prefeitura, diocese e uma escola particular. Apesar das condições precárias das instalações, os estudantes e professores compareciam às aulas. Em abril de 2010, após mobilizações estudantis, a obra da nova sede foi entregue à UFRRJ. Doze anos depois de sua criação, o Instituto que foi concebido para atender 1.600 alunos, atendia 3.300 alunos de diversos cursos, tornou-se palco de agitações políticas, tanto por questões internas (como os assédios e estupros) como por questões nacionais (em 2013 e 2016, respectivamente). Além disso, o Instituto tornou-se objeto de estudos acadêmicos desde o ano de 2013. Apesar de ser um *campus* jovem, se compararmos com outras universidades brasileiras, o IM mostra uma vitalidade e resiliência tal como o entorno em que está inserido.

REFERÊNCIAS

1. Fontes primárias

1.1 Documentos da Secretaria de Órgãos Colegiados

UFRRJ, Conselho Universitário, UFRRJ. **Deliberação nº 32, de 2005.** Disponível em: http://ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/consu/Deliberacoes_2005/Delib32-2005.pdf (Acesso em: 05/10/2021)

UFRRJ, Conselho Universitário **Deliberação nº 4, 30 de março de 2006.** Disponível em: http://ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/consu/Deliberacoes_2006/Delib04-2006.pdf (Acesso em: 05/10/2021)

UFRRJ, Conselho Universitário. **Deliberação nº, 22 de 21 de novembro de 2006.** Disponível em: http://ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/consu/Deliberacoes_2006/Delib22-2006.pdf (Acesso em: 04/10/2021)

UFRRJ, Conselho Universitário. **Deliberação nº 43, 30 de novembro de 2007.** Disponível em: http://ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/consu/Deliberacoes_2007/Delib043CONSU2007.pdf (Acesso em: 09/09/2021)

UFRRJ, Conselho Universitário **Deliberação nº 15, 23 de março de 2012.** Disponível em: <https://institucional.ufrj.br/soc/files/2018/10/Delib015CONSU2012Regimento.pdf> (Acesso em: 21/01/2022)

UFRRJ, Conselho Universitário **Deliberação nº 47, 29 de agosto de 2016.** Disponível em: <https://institucional.ufrj.br/soc/files/2016/09/Delib047CONSU2016-1.pdf> (Acesso em: 21/01/2022)

UFRRJ, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Deliberação CEPE nº 125, 29 de abril de 2009.** Disponível em: http://www.ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/cepe/Deliberacoes_2009/Delib125CEPE2009.pdf (Acesso em: 05/10/2021)

UFRRJ, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Deliberação nº 162. 17 de junho de 2009.** Disponível em: http://www.ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/cepe/Deliberacoes_2009/Delib162CEPE2009.pdf (Acesso em: 05/10/2021)

1.2 Relatórios de Gestão

UFRRJ. **Relatório de Gestão da UFRRJ 2008.** Seropédica: UFRRJ, 2008.

UFRRJ. **Relatório de Gestão da UFRRJ 2009**. Seropédica: UFRRJ, 2009.

UFRRJ. **Relatório de Gestão da UFRRJ 2010**. Seropédica: UFRRJ, 2010.

UFRRJ. **Relatório de Gestão da UFRRJ 2011**. Seropédica: UFRRJ, 2011.

UFRRJ. **Relatório de Gestão da UFRRJ 2012**. Seropédica: UFRRJ, 2012.

UFRRJ. **Relatório de Gestão da UFRRJ 2013**. Seropédica: UFRRJ, 2013.

UFRRJ. **Relatório de Gestão da UFRRJ 2014**. Seropédica: UFRRJ, 2014.

UFRRJ. **Relatório de Gestão da UFRRJ 2015**. Seropédica: UFRRJ, 2015.

UFRRJ. **Relatório de Gestão da UFRRJ 2016**. Seropédica: UFRRJ, 2016.

UFRRJ. **Relatório de Gestão da UFRRJ 2017**. Seropédica: UFRRJ, 2017.

1.3 Planos de Desenvolvimento Institucional

UFRRJ. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2006-2011**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2006.

UFRRJ. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2006.

1.4 Documentos da educação superior:

BRASIL, M. DA E. **A democratização e expansão da Educação Superior no país 2003-2014.**, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais de 2003 a 2012**. Brasília: Governo Federal, 2012.

INEP. **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data>

1.5 Entrevistas

LINO, Lucília Augusta. **Entrevista realizada no dia 13 de janeiro**. 2022

1.6 Vídeos

Youtube. **Campus Já - UFRRJ-IM/ Nova Iguaçu parte 1**. Canal: LeandroMarlon. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=p-kL_eXnN8c&ab_channel=LeandroMarlon (Acesso em 08/01/2022).

Youtube. **Campus Já - UFRRJ-IM/ Nova Iguaçu parte 2**. Canal: LeandroMarlon. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=p-kL_eXnN8c&ab_channel=LeandroMarlon (Acesso em: 08/01/2022)

Youtube. **Lindbergh fala com Nova Iguaçu na entrevista de Reginaldo Barbosa na Rádio Tropical**. Canal: Lindbergh Farias. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6OcsSwTd-yM&ab_channel=LindberghFarias (Acesso em: 08/01/2022)

Youtube. **O Custo da Oportunidade [The Cost of Opportunity - In English]**. Hulle Brasil. 2017. Disponível no endereço eletrônico: https://www.youtube.com/watch?v=Q_60CIxvLHY&t=264s (Acesso em: 21/01/2022)

Youtube. **UFRRJ-IM NEPE 5**. Canal: Conexões da Baixada. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rG_faiCE1bE&ab_channel=conex%C3%B5esdabaixada (Acesso em: 08/01/2022)

1.7 Endereços eletrônicos:

Adur-RJ. **Andes-SN condena a truculência de reitorias para viabilizar o Reuni**. 30/10/2007. Disponível em: http://www.adur-rj.org.br/mobilizacao_ja_44.htm (Acesso em: 09/12/2021)

Adur-RJ. **Estudantes impedem a adesão da UFRRJ ao Reuni**. 26/10/2007. Disponível em: http://www.adur-rj.org.br/mobilizacao_ja_44.htm (Acesso em: 09/12/2021)

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jorge-gama-de-barros> (Acesso em: 24/09/2021)

Facebook. **Ocupa IM-UFRRJ**. Disponível em: <https://web.facebook.com/OCUPAIM> (Acesso em: 05/10/2021)

FAPERJ. **A Baixada ganha curso de Ciências Sociais**. 07/07/2003. Disponível em: <http://www.faperj.br/?id=77.2.1> (Acesso em: 29/09/2021)

Portal MEC. **Convênio permitirá expansão da UFRRJ**. 16/11/2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/4851-sp-1839872847> (Acesso em: 29/09/2021)

Portal MEC. **Parecer Homologado no dia 13/09/2007**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces092_07.pdf. (Acesso em: 04/10/2021)

1.8 Documentos do Cedim

Centro de Documentação e Imagem. **Universidade Popular da Baixada Fluminense**. Cúria Diocesana de Nova Iguaçu. 2018, 962 p.

1.9 Legislação

BRASIL. **Decreto nº 6.096, 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

BRASIL. **Parecer nº 3.716/1974**. Institui o Estatuto da UFRRJ.

2. Bibliografia

ALEXANDRE, M. L. B. DA S. Memória e escrita da História Iguaçuana: uma análise da prática memorialista pela Arcádia Iguaçuana de Letras - AIL (Nova Iguaçu - 1950 -1960). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, v. 14, p. P.211-225, 2018.

ALMEIDA, D. M. **Reuni e o processo inverso de migração: o estudo sobre o Instituto Multidisciplinar em Nova Iguaçu**. In: VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. UFMA, 2015.

ALMEIDA, D. M. **A expansão universitária na Baixada Fluminense: Educação e Desenvolvimento (1998/2010)**. Dissertação de Mestrado—Nova Iguaçu: UFRRJ, 2016.

ALVES, J. C. S. **Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

ARAÚJO, M. A. D. DE; PINHEIRO, H. D. Reforma Gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do Reuni. **Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**, v. 18, n. 69, p. 647–668, 2010.

BARROS, J. D. **A escrita da História: Desafios contemporâneos**. Artigo. **Anais...** In: II ENCONTRO VIVÊNCIAS, REFLEXÕES E PESQUISA. Universidade Estadual da Bahia: 2010.

BARROS, J. D. **História, Espaço, Geografia: Diálogos Interdisciplinares**. 1. ed. Petrópolis, RJ: 2017.

BATISTA, A. D. **Onze prefeitos em onze anos: o campo político iguaçuano nas páginas do Correio da Lavoura (1964-1975)**. Dissertação de Mestrado—Rio de Janeiro: UNIRIO, 2014.

BOMENY, H. A reforma universitária de 1968: 25 anos depois. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 26, p. 51–71, 1994.

BRITO, T. T. R.; CUNHA, A. M. DE O. Revisitando a História da Universidade no Brasil: política de criação, autonomia e docência. [s.d.].

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Economia e sociedade**, v. 21, n. Especial, p. 831–851, 2012.

CARVALHO, C. H. A. DE. Política para a educação superior no governo Lula. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 58, p. 209–244, 2014.

CARVALHO, M. S. M. **A greve da Bayer Belford Roxo: Ascensão e crise de uma indústria multinacional na Baixada Fluminense (1958-1989)**. Dissertação de mestrado—Seropédica: UFRRJ, 2015.

COSTA, P. A. DA. **Duque de Caxias (RJ) - De cidade dormitório à cidade do refino do petróleo: um estudo econômico-político, do início dos anos 1950 ao início dos anos 1970**. Tese de Doutorado—Niterói, RJ.: Universidade Federal Fluminense, 2009.

CUNHA, L. A. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior - Estado e Mercado. **Educação e sociedade**, v. 25, n. 88, p. 795–817, 2004.

ENNE, A. L. S. **“Lugar, meu amigo, é minha Baixada”:** **Memória, Representações Sociais e Identidades**. Tese de Doutorado—Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

FÁVERO, M. L. DE. Autonomia e poder na universidade: impasses e desafios. **Perspectiva**, v. 22, n. 1, p. 197–226, 2004.

FÁVERO, M. L. DE A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, v. 28, p. 17–36, 2006.

FERREIRA, S. Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011). **Linhas Críticas**, n. 36, p. 455–472, 2012.

FORTES, A. O Direito na obra de E. P. Thompson. p. 23, 1995.

FORTES, A. Miríades por toda eternidade: a atualidade de E. P. Thompson. p. 19, 2006.

FORTES, A. Razão e Paixão na construção de uma historiografia engajada: uma homenagem a Eric Hobsbawm e E.P. Thompson. **Projeto História**, v. 48, p. 23, 2013.

FRADE, G. DE S.; SILVA, W. R. DA. Mudanças socioespaciais na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: o caso de Nova Iguaçu. **Revista Continentes (UFRRJ)**, v. 12, p. 25, 2018.

GOMES, A. DE S. Mundo do Trabalho e Catolicismo no Brasil: a Pastoral operária e Nova Iguaçu no Bispado de Dom Adriano Hypólito. **O Mundo do Trabalho e o Catolicismo no Brasil**, v. 02, p. 22, 2011.

GOMES, J. R.; PINTO, V. F. 50 anos da lei N° 5.540/68 da Reforma Universitária: O que há para comemorar? **Revista Ensino de Ciências e Humanidades - Cidadania, Diversidade e Bem Estar**, v. 1, n. 1, 2017.

JUNIOR, J. DA M. P. **A formação do PT na Baixada Fluminense: Um estudo sobre Nova Iguaçu e Duque de Caxias**. Dissertação de Mestrado—Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2007.

LÉDA, D. B. Universidade Nova/Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Mais uma dose da reforma universitária? **GT: Política de Educação Superior**, v. 11, 2007.

LÉDA, D. B.; MANCEBO, D. Reuni: Heteronomia e precarização da universidade e do

- trabalho docente. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 1, p. 49–64, 2009.
- LEHER, R. **Autoritarismo contra a universidade pública**. [s.l: s.n.].
- LINO de Paula, Lucília Augusta. Instituto Multidisciplinar: Construindo a Utopia na Baixada Fluminense. Apresentação em PPT. UFRRJ, 2006.
- MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e sociedade**, v. 30, n. 106, p. 15–35, 2009.
- MARTINS, D. V. **Estudar à noite e trabalhar de dia: desafios de prosseguir com os estudos no Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em Nova Iguaçu**. Dissertação de Mestrado—Duque de Caxias: UERJ, 2013.
- MENDONÇA, C. B. **Escrevendo uma história: A experiência da Cia. de canetas Compactor em Nova Iguaçu (1955-1995)**. Monografia—Nova Iguaçu: UFRRJ, 2014.
- MENDONÇA, C. B. **“Família Compactor”: A trajetória da Cia. de canetas Compactor e a relação com os trabalhadores no processo de industrialização de Nova Iguaçu nos anos 1950, 1960 e 1970**. Dissertação de Mestrado—Seropédica: UFRRJ, 2017.
- MENDONÇA, C. B. A atuação da Cia de Canetas Compactor no processo de industrialização de Nova Iguaçu (1954-1974). **Espaço e Economia. Revista de geografia econômica**, v. 6, n. 12, 2018.
- MONTEIRO, L. A. **Retratos em Movimento: Vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.
- MORAIS, J. A. S. DE M. **Educação superior em movimento: compromisso, afeto e luta na Baixada Fluminense**. Tese de Doutorado—Rio de Janeiro: UERJ, 2020.
- MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NOVAES, A. Os caminhos antigos no território Fluminense. 2004.
- NOVAES, M. A. B. DE; MEDEIROS, J. L. DE; SILVA, A. M. O. O acesso à educação superior no Brasil (1500-1996). **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, n. 10, 2018.
- OLIVEIRA, L. M. **Políticas estatais e meios de transporte no Brasil: estudo de caso sobre o desmantelamento do trecho ferroviário da Linha Auxiliar Japeri - Miguel Pereira (1957-1980)**. Dissertação de mestrado—Seropédica: UFRRJ, 2019.
- OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 219–232, 2010.
- OSÓRIO, M.; VERSIANI, M. H. O papel das instituições na trajetória econômico-social do Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, v. 2, p. 188–210, 2013.
- OTRANTO, C. R. A reforma da Educação Superior do Governo Lula: Da inspiração à Implantação. **Política da Educação Superior**, v. 11, 2007.
- PACHECO, J. A. **Políticas de acesso à educação superior no Brasil: Contradições da**

expansão nos Governos Lula. 1. ed. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

PATRÍCIO, I. Escola de Governo: Um consórcio de universidades na Baixada Fluminense. **Jornal dos economistas**, 2004.

PAULA, A. S. DO N. DE. O desmonte da universidade: O REUNI como política de Estado no PNE (2014-2024). **Em Debate**, n. 11, 2015.

PAULA, A. S. DO N. DE et al. A Pátria Educadora e o abandono da educação superior: a predominância dos interesses dos empresários da educação. **Revista HistedBR On-line**, n. 69, p. 187–204, 2016.

PAULA, M. F. DE. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. **Tempo Social, Revista de Sociologia**, v. 14, n. 2, p. 147–161, 2002.

PAULA, M. F. DE. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Avaliação**, v. 14, n. 1, p. 71–84, 2009.

PEREIRA, W. **Cana, Café e Laranja: História Econômica de Nova Iguaçu.** Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977.

PREDES, F. DA S. DE L. **A implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): Consensos e Dissensos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRR).** Dissertação de Mestrado—Seropédica: UFRRJ, 2015.

RAMALHO, J. R. **Estado-Patrão e a luta operária: o caso FNM.** São Paulo: Paz e Terra, 1989.

RIBEIRO, F. A. DOS S. **A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973).** Tese de Doutorado—Rio de Janeiro: CPDOC FGV, 2015.

RIBEIRO, F. A. DOS S. et al. Explorando os potenciais da história digital: A experiência do Centro de Documentação e Imagem da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Campus Nova Iguaçu. **Estudos Históricos**, v. 33, p. 152–172, 2020.

RIBEIRO, F. A. DOS S.; RIBEIRO, A. M. “Menor atenção das autoridades” versus maior produção acadêmica: novos estudos sobre os movimentos sociais na Baixada Fluminense durante a Ditadura. **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**, v. 5, p. 72–93, 2015.

ROCHA, A. S. Reestruturação urbana e o “novo mercado imobiliário” em Nova Iguaçu - Formas-Conteúdo, Representações e Elitização. **Revista Continentes (UFRRJ)**, v. 14, p. 6–29, 2019.

RODRIGUES, A. **De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833 - 90's): economia e território em processo.** Dissertação de mestrado—Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

SALES, J.; FORTES, A. (org.). **A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar: movimentos sociais, repressão e poder local.** 1ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

SANTOS, B. DE S. **Levantamento dos aspectos relacionados à criação do Instituto Multidisciplinar (IM) e do Campus de Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).** TCC—Nova Iguaçu: UFRRJ, 2016.

SANTOS, A. DE F. T. DOS. **Pedagogia do mercado: neoliberalismo, trabalho e**

educação no século XXI. 1. ed. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012.

SERAFIM, A. S. D. **Adriano: um bispo diocesano e um Movimento de Amigos (1966-1982)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. Anais...São Paulo: jul. 2011.

SILVA, D. L. DE F. **Políticas Públicas e Educação na Baixada Fluminense durante a ditadura Militar: a Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu (SESNI)**. Dissertação de Mestrado—Seropédica: UFRRJ, 2019.

SILVA, R. C. B. DA. **A política de erradicação de ramais antieconômicos na ditadura civil-militar: o caso da Estrada de Ferro Rio d'Ouro**. Monografia—Seropédica: UFRRJ, 2018.

SILVA, L. H. P. De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: Leitura de um território pela história. *Revista de História da Uniabeu*. v. 3, p. 17, 2013.

SILVA, L. H. P. A invenção da Baixada Fluminense: UIIO da FUNDREM (1975/89) e a representação de uma região. 2015.

SILVA, P. T. **Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu (MAB 1974/1992)**. Dissertação de Mestrado—Rio de Janeiro: FGV Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1993.

SILVEIRA, A. L. DA C. A profissionalização ilusória das massas: o Reuni e a UFRRJ como exemplo. *O social em Questão*, v. 14, n. 25/26, p. 303–322, 2011.

SIMÕES, M. R. **A cidade estilhaçada: Reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. Tese de Doutorado—Niterói, RJ.: Universidade Federal Fluminense, 2006.

SOUZA, M. S. DE. **Escavando o passado da cidade: História política da Cidade de Duque de Caxias**. Dissertação de Mestrado—Niterói, RJ: UFF, 2002.

SOUZA, R. A. **O significado social dos cursos de licenciatura do Campus Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro para a Baixada Fluminense**. Dissertação de Mestrado—Seropédica: UFRRJ, 2016.

THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: **A miséria da teoria**. 1ª ed. 1989.

THOMPSON, E. P. Intervalo: a lógica da história. In: **A miséria da teoria**. 1ª ed. 1989

FORUM GRITA BAIKADA; DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. **Um Brasil dentro do Brasil pede socorro**. 2016.

ANEXOS

Anexo A - Entrevista com Lucília Augusta Lino de Paula realizada no dia 13/01/2022

Vou fazer um preâmbulo sobre o IM, a localização de cursos de ensino superior em Nova Iguaçu começou em 2004. O IM só foi criado em 2006 e em 2004 era um consórcio chamado Universidade Pública da Baixada que era constituído por três Instituições Federais de Ensino: a UFRRJ que oferecia curso de Administração, a UFF que oferecia o curso de Economia e o Cefet que oferecia o curso de engenharia (não lembro qual). O Cefet já tinha uma unidade em Nova Iguaçu e oferecia turmas de curso de engenharia lá na sede deles. A UFF oferecia o curso de Economia na sede da Igreja Católica, que era o Centro de Direitos Humanos e a Rural oferecia seus cursos dentro do Monteiro Lobato. Então quando em 2006, com o Reuni, a Rural entra e assina o convênio já em 2005 e é assinado o convênio da rural ingressar no Reuni. A possibilidade era da criação de um *campus* em Nova Iguaçu. A UFF disse que não tinha interesse de ter um *campus* em Nova Iguaçu. E o Cefet já tinha um *campus* lá. Então as duas abriram a mão para que fosse a rural a receber os recursos para fazer o *campus*.

Em 2006, começamos as turmas efetivamente do IM já com uma herança, tínhamos seis cursos: Pedagogia, História, Matemática, Administração, Economia e Turismo e Hotelaria. Fizemos concurso para professores para esses cursos e começamos em março ou abril. As aulas começaram no Monteiro com 6 turmas e mais duas turmas anteriores: uma do segundo e outra do quarto período de administração. Sendo um total de 8 turmas. As turmas da UFF de economia, nós oferecemos as disciplinas no IM e depois eles migraram, era um grupo muito pequeno e optaram por concluir na UFF. Na realidade já havia um comprometimento por parte de já estar determinado que Administração de Empresas e Economia existiriam por conta dos cursos já preexistentes. Inicialmente, a gente só tinha espaço para cinco cursos (...) então não havia muitos espaços (...) e a gente optou por cursos que não iriam precisar, inicialmente, de muitos laboratórios, já que a gente ia ficar um número de anos numa situação provisória.

Quando a gente começou, os primeiros professores concursados tomaram posse em 11 de abril de 2006. Alguns começaram a trabalhar voluntariamente antes de serem nomeados. A nomeação não tinha saído e o período começa em meados ou final de abril. Então tínhamos começado um projeto político curricular provisório. A gente tinha uma comissão que elaborou o projeto político pedagógico dos cursos para o IM. Então depois eu, a diretora nomeada, propus que os professores analisassem o documento e construíssem o projeto pro curso. A equipe que dava aula de hotelaria e turismo disse que não poderia ter esse curso híbrido e transformou em curso de turismo. Então houve uma (consulta com) todos os alunos que fizeram vestibular concordaram que o curso seria apenas de turismo. Futuramente, anos depois, em Seropédica foi criado o curso de Hotelaria.

1. Como era o dia a dia das atividades do Instituto Multidisciplinar quando ele funcionava no Monteiro Lobato? Havia necessidade de algum tipo de adaptação na estrutura da escola?

A primeira adaptação foi porque tínhamos uma aluna cadeirante e o Monteiro só tinha escadas. O prefeito era o Lindbergh e ele fez uma rampa para que a aluna pudesse chegar ao segundo andar. Além da sala de aula ganhamos um espaço nos fundos para colocar as instalações administrativas. Ganhamos duas salas no prédio principal, uma na direção e outra na secretaria. E nos fundos tivemos uma área que era bem ampla, onde construímos/montamos a biblioteca uma sala de informática misturada com a biblioteca que era também uma sala de reuniões. Nós ficamos quatro anos no Monteiro Lobato, só em 2010 foi pro prédio definitivo.

No segundo semestre de 2006 já não eram oito turmas, eram 14 e no outro ano (2007) já eram 20. Então nós ficamos com o Monteiro exclusivamente para nós no horário noturno. E não dava mais, pois nós tínhamos estourado a capacidade de sala de aula no Monteiro para o horário noturno. Em 2007, nós já começamos um contato para alugar um prédio. Foi o prédio da Rua Capitão Chaves, era um terreno da igreja, uma localização boa. Naquele terreno havia três prédios. Um de três andares onde ficavam as salas de aula, um

com dois andares onde colocamos o setor Administrativo e as salas de pesquisas para os professores. E no terceiro instalamos a biblioteca, uma biblioteca espaçosa com sala de estudos. Ficamos nesse prédio até 2010.

Falando especificamente do Monteiro, obviamente que havia dificuldades. E foi pelo fato de ocuparmos uma escola pública. A gente tinha reuniões durante o dia e tinha reuniões de grupos de estudo dos alunos. Mas durante o dia tinha crianças frequentando, então houve um choque de gerações então os alguns alunos. (...) Tinha que ter toda uma negociação. Alguns queriam namorar no pátio durante o dia no horário das crianças. Tinha toda uma negociação para não entrar em conflito com a direção da escola, que na realidade tinha nos acolhido e pelo fato de nos acolherem trouxe uma série de transtornos para eles também. Eles perderam o espaço na noite, da EJA que depois foi deslocado para outras escolas. E nós tínhamos tomado cada vez mais espaço. O cotidiano era sempre mais difícil, mas havia muito um clima de que coisa boa que a gente agora tem uma universidade pública federal dentro do município e como patrimônio da universidade, da cidade, da população. Fizemos adaptações físicas, como instalação da fiação de internet para sala de estudos e laboratório no Monteiro.

Quando nós fomos pra Capitão Chaves ficou mais tranquilo. Mas ao mesmo tempo alguns cursos ficam no Monteiro e alguns vão pra Capitão Chaves. A distância era pequena, mas óbvio que havia uma dificuldade de estar num espaço dividido. No último ano, em 2009, nem o Monteiro e o Capitão Chaves tinham capacidade. Aí conseguimos algumas salas de aula num colégio privado que era o Colégio Leopoldo.

No Colégio Leopoldo não pagamos nenhum aluguel, era uma taxa para estar, o diretor foi bem acessível. No prédio da igreja alugamos uma área imensa por um valor muito abaixo do mercado. O Bispo disse que “é uma universidade pública. Se eles atrasarem nós não vamos cobrar multa, porque eles têm um procedimento burocrático. Nós vamos pagar o preço que eles podem pagar no orçamento deles.”

Na Rua capitão Chaves, nós fizemos uma série de obras. As salas eram muito pequenas, quebramos paredes para ampliar o tamanho das salas. Aquele espaço era uma coisa administrativa e quebramos a parede de três salas para fazer uma sala de aula. Então tivemos as adaptações, mas foi um período muito feliz.

2. Qual era o perfil socioeconômico dos alunos dessas primeiras turmas?

O perfil era variado. Nós tínhamos alunos de camadas populares, principalmente nas licenciaturas que é a marca até hoje. E tinha as camadas média, média-baixa, média. Alunos não só de Nova Iguaçu, mas dos municípios circunvizinhos. Esse perfil era operado conforme os cursos e os tipos de curso, então ele não variava muito do perfil de Seropédica. A diferença é que em Seropédica havia alunos nos cursos - tanto em matemática, economia ou administração - que eram de outros estados. Não era o caso do IM: lá eram alunos da Baixada ou da periferia do RJ (Anchieta, Vigário Geral) e nos municípios do entorno.

3. Há poucas informações disponíveis sobre a construção da nova sede do IM, próxima ao viaduto da Posse, o que você pode nos dizer sobre este processo? Houve algum tipo de pressão por parte da comunidade acadêmica para agilizar o processo?

A construção da sede do IM. Nós éramos bem ingênuos, não tínhamos uma noção do quanto demorava para construir um prédio. Nós recebemos o recurso, fizemos todos os projetos para o MEC para o ganho do recurso, o projeto arquitetônico a gente já tinha aquela área onde está localizada na estrada da posse na Governador Roberto Silveira, que era uma área federal e que foi repassada. Nós tínhamos uma equipe que se chamava de PICNIG (Programa de Implantação do *Campus* de Nova Iguaçu) composta por três professores: Eu era responsável pela elaboração do projeto político pedagógico do *campus*, dos cursos e como iria se configurar. Havia o professor assessor da Reitoria Professor Aluísio Monteiro que era responsável pela documentação a ser encaminhada para o MEC, acompanhar os procedimentos. E o professor Edmundo Rodrigues, que era do IP, responsável pelo projeto arquitetônico. Inicialmente, ele fez um projeto muito inovador, bonito arquitetonicamente, mas não foi aprovado por ser mais caro e possuir capacidade menor de espaço, mas tinha uma área de convivência bonita. Então se optou pelo projeto que está lá hoje, que é menos inovador, mas mais funcional.

Com isso tudo aprovado se conseguiu que o governo federal mandasse a verba. E aí foi feito o processo de licitação que começou em 2006 e havia uma proposta que a construção do prédio levaria 18 meses da assinatura do contrato. No final de 2006, já estávamos com a licitação e o contrato assinado. E começou a primeira tarefa que foi a estruturação do terreno. E quando foi feita uma coisa que chamamos de “bate estaca”, que é colocar estacas no terreno onde vai ficar a estrutura, e descobriu-se que o terreno tinha uma instabilidade que encareceu o orçamento, pois o recurso destinado para fazer essa base precisou ser reforçada.

Me lembro que um grupo grande de professores, nós saímos de uma confraternização conhecer o terreno e todo mundo apaixonado e muito disposto. E ao longo do ano de 2007, vimos que a obra não seria na velocidade que pensamos que ocorreria. Então tiveram os atrasos iniciais na construção da primeira fase de estrutura. Depois que se ergueram os prédios foi relativamente rápido, mas na fase dos acabamentos começou a ficar mais moroso. Então havia uma previsão de que teríamos o prédio em 2008, o que não ocorreu. No final de 2008 ele estava 90% concluído, mas com falhas no acabamento que precisavam ser concluídas, como pisos e pinturas. Que era relativamente rápido, mas a empresa estava com dificuldades, pois estava num processo de semi-falência, ela começou a atrasar e receber multas da universidade por atrasar prazos. Foi um processo muito tenso e desgastante, e havia sim uma cobrança da comunidade para mudar. Já estávamos em três espaços e sem capacidade de absorver mais alunos. Se o atraso continuasse em 2010 teríamos que arrumar outro espaço. Além do desgaste da mudança e do recurso que não estava previsto, houve toda uma pressão e se rompeu o contrato com a empresa (Arte e Engenharia). Então entrou outra empresa para concluir a obra, que era efetivamente pouca coisa, mas a empresa não estava dando conta. Então houve pressão sim da comunidade acadêmica, mas o processo de lidar com empresas é muito desgastante

4. Comparando as turmas do IM de hoje com as primeiras, há alguma diferença? Se sim, quais?

Eu estou afastada do IM, fui diretora até meados de 2009. Eu tenho contato com o IM e professores, eu participo de bancas e palestras, mas não tenho condições de comparar as primeiras turmas com as atuais. Alguma diferença acho que sim, primeiro o IM começa com seis cursos depois aumenta para oito e dez cursos. Hoje tem um número maior, creio que 11. Hoje tem mestrado e doutorado. O perfil continua sendo da Baixada, ele tem diferenças em todas as universidades públicas. Temos uma maioria de alunos das camadas populares e um público proveniente da Baixada e um público das camadas médias. Um público que procura ensino superior público e de qualidade.

5. Existe alguma coisa que você gostaria de falar, mas que não foi contemplado com as perguntas?

Eu fiz uma apresentação interna em 2006, do IM. Depois fizemos outro seminário interno. Havia a construção do PDI e o IM e seus professores, técnicos e servidores foram muito ativos neste processo, então fizemos muitas discussões. Nesse seminário, a minha apresentação, que foi pensada como uma apresentação para a Rural com um todo, se chamava "Construindo um sonho na Baixada Fluminense". Que o IM significou a possibilidade levar o ensino público federal, gratuito de qualidade para o coração da Baixada Fluminense que era Nova Iguaçu. E veio com muita esperança a universidade pública hoje não só a rural, mas todas enfrentam problemas: corte de verbas os ataques a sua autonomia que têm sido impetrados pelo governo federal a partir de 2016 e mais acentuadamente a partir de janeiro de 2019 que obviamente impactam o cotidiano. Mas persiste a possibilidade de construir um projeto de educação pública, de cultura, de ciência e de construção de conhecimento no coração da Baixada em Nova Iguaçu. E havia toda uma preocupação no projeto do IM e nos primeiros anos de que o IM pudesse ajudar a refletir sobre a Baixada e fazer uma intervenção loco-regional. E isso tem sido concretizado através principalmente de projetos de extensão nas mais diferentes áreas.

No campo da educação, que é minha área, fizemos cursos de especialização com municípios, No município de Nova Iguaçu, tivemos três cursos de especialização para professores da rede e hoje isso ainda acontece em aberto para diversos municípios.

Projetos em educação inclusiva e projetos nas relações étnico raciais. Uma série de intervenções que o fato de ter uma universidade federal em NI propiciou. Ainda há muitos desafios a enfrentar, mas acho que o IM tem feito essa possibilidade.

Uma última coisa que quero destacar, e só posso falar da minha gestão. A minha gestão foi de 2005 (*pro tempore*), depois de 2006 a 2009 como diretora. Na minha gestão houve a questão da construção de uma possibilidade de gestão democrática no IM. Naquele momento estava mudando o estatuto da universidade. Mas no IM, na minha gestão, constituímos um conselho estudantil, realizado mensalmente. Antes do conselho departamental ocorrer, havia uma reunião da direção com representantes de todos os cursos, dos estudantes com os Centros Acadêmicos, para discutir as pautas, qual era a pauta dos estudantes. Era algo que havia antes de estar presente no estatuto da universidade, ele ter sido alterado para que o servidor técnico administrativo tivesse assento no conselho departamental.

No IM, eu instituí uma normativa local, que não tinha validade na universidade (mas acatou) , que tivesse representante de técnicos nas reuniões de conselho departamental. Então eu acho que o IM forçou, obrigou a rural a repensar a se abrir mais para a comunidade. Então essa relação desde o início, a própria relação da prefeitura de Nova Iguaçu, que tem altos e baixos, ela ocorreu desde o início, em algumas gestões ela é mais próxima, em outras é mais distante. Mas é essa abertura e possibilidade de ter um contato maior com a vida nos municípios com os cidadãos, e esse é o caminho do IM.

Anexo B - Registros fotográficos do colégio Monteiro Lobato e do prédio na rua Capitão Chaves

Imagem 1: Porta de sala de aula no Colégio Monteiro Lobato (2009).



Fonte: Youtube. *Campus Já* - UFRRJ-IM / Nova Iguaçu parte 2. Canal: Leandro Marlon. Acesso em 08/01/2022).



Imagem 2: Vaso sanitário quebrado da escola municipal Monteiro Lobato (2009).

Fonte: Youtube. *Campus Já* - UFRRJ-IM / Nova Iguaçu parte 2. Canal: Leandro Marlon. Acesso em 08/01/2022).

Imagem 3: Carteira danificada na sala de aula do Colégio Monteiro Lobato (2009).



Fonte: Youtube. *Campus Já* - UFRRJ-IM / Nova Iguaçu parte 2. Canal: Leandro Marlon. Acesso em 08/01/2022).

Anexo C - Registro fotográfico de manifestação feita pelos estudantes do movimento *Campus Já*:

Imagem 4: Alunos manifestando pela entrega do prédio no IM (2009).



Fonte: Youtube. *Campus Já - UFRRJ-IM / Nova Iguaçu* parte 2. Canal: LeandroMarlon. Acesso em 08/01/2022).

Imagem 5: Estudantes manifestando no centro de Nova Iguaçu pela entrega do Campus (2009)



Fonte: Youtube. *Campus Já - UFRRJ-IM / Nova Iguaçu parte 2*. Canal: Leandro Marlon. Acesso em 08/01/2022).

Imagem 6: Estudantes segurando cartaz em reunião na câmara municipal de Nova Iguaçu (2009).



Fonte: Youtube. *Campus Já - UFRRJ-IM/ Nova Iguaçu parte 2*. Canal: LeandroMarlon. Acesso em 08/01/2022).

Anexo D - Registros fotográficos do IM feito por estudantes mostrando a parte da entrada ainda em construção:

Imagem 7: Frente da sede do Instituto Multidisciplinar em obra (2009)



Fonte: Youtube. *Campus Já - UFRRJ-IM/ Nova Iguaçu parte 2*. Canal: LeandroMarlon. Acesso em 08/01/2022).

Imagem 8: Entrada da sede do Instituto Multidisciplinar (2009)



Fonte: Youtube. *Campus Já - UFRRJ-IM/ Nova Iguaçu parte 2*. Canal: LeandroMarlon. Acesso em 08/01/2022).

Anexo E - Registros fotográficos das rampas que conectam os prédios:

Imagem 9: Andamento da construção das rampas do IM (2009).



Fonte: Youtube. *Campus Já - UFRRJ-IM/ Nova Iguaçu parte 2*. Canal: LeandroMarlon. Acesso em 08/01/2022).

Imagem 10: Andamento das obras no IM (2009).



Fonte: Youtube. *Campus Já - UFRRJ-IM / Nova Iguaçu parte 2*. Canal: Leandro Marlon. Acesso em 08/01/2022).

Imagem 11: Andamento das obras próximo as rampas (2009).



Fonte: Youtube. *Campus Já - UFRRJ-IM / Nova Iguaçu parte 2*. Canal: LeandroMarlon. Acesso em 08/01/2022).

Anexo F - Registros fotográficos do IM feito por estudantes mostrando a parede exterior dos prédios:

Imagem 12: Acabamentos finais no pátio principal do IM (2009).



Fonte: Youtube. *Campus Já - UFRRJ-IM/ Nova Iguaçu parte 2*. Canal: LeandroMarlon. Acesso em 08/01/2022).

Imagem 13: Parede externa de um dos prédios do IM sem acabamentos finais (2009).



Fonte: Youtube. *Campus*

Já - UFRRJ-IM/ Nova Iguaçu parte 2. Canal: LeandroMarlon. Acesso em 08/01/2022).

Anexo G - Andamento das obras do prédio da pós-graduação e Cedim:

Imagem 14: Prédio da Pós-Graduação e Cedim ainda em obra (2009).



Fonte: Youtube. *Campus Já - UFRRJ-IM / Nova Iguaçu parte 2*. Canal: Leandro Marlon. Acesso em 08/01/2022).